



Le temps des cerises



viver

vidas e veredas da raia

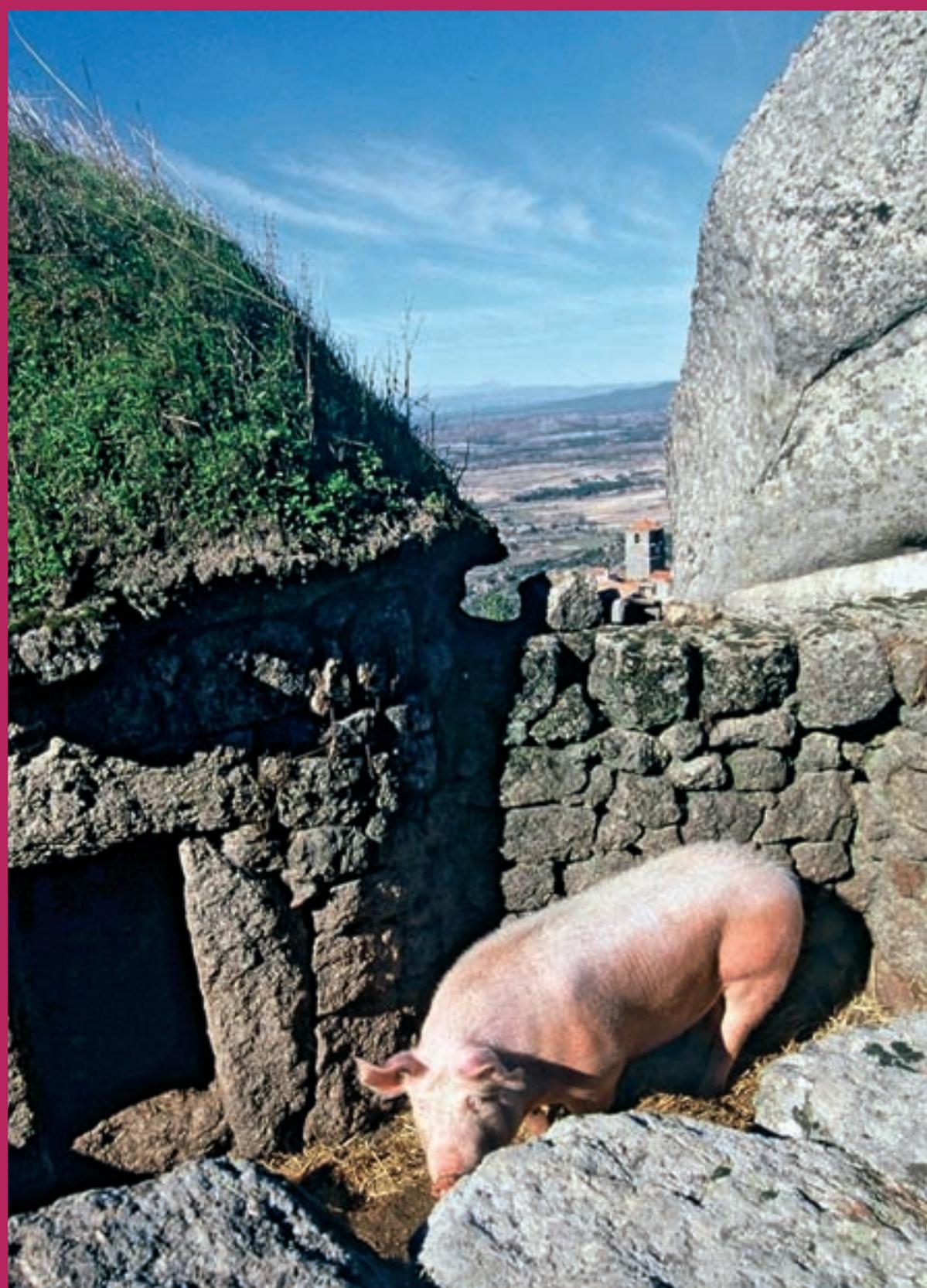
05

Mar. Abr. Mai.

07

o grande tema

Agriculturas e agricultores da BIS



Vocês estão a olhar... Têm é inveja!



António Realinho
Director da ADRACES

Falar claro... para melhor "VIVER"

ESTIMADOS LEITORES.

O que hoje vos escrevo não tem nada de novo. É uma simples reconfirmação do que já foi dito sobre os propósitos e objectivos da ADRACES e da Revista VIVER. Para que não restem dúvidas, repetir-nos-emos tantas vezes quantas as necessárias.

A "BIS"

A designação BIS que aqui utilizamos com frequência não corresponde a nenhuma abstracção mais ou menos rebuscada para baptizar uma qualquer realidade virtual.

A BIS existe!

As pessoas, as paisagens, as ruas, as árvores, as flores, as casas, as pedras e as águas, os animais, tudo quanto existe entre o Erges e o Cibrão, entre o Tejo e as altas nascentes da Meimoa, completamente tudo, também os nossos mortos e as memórias dos que já se foram e dos que ainda por cá andam, tudo, mas tudo, nestes 3.738, 2 Km² de vales e montes, com 76.270 pessoas (salvo alterações de última hora), com os seus interesses e conflitos, capacidades e limites, os seus sonhos, tudo isto é a BIS = Beira Interior Sul.

A INSTITUIÇÃO ADRACES

A BIS é a dama pela qual se bate a ADRACES. Por ela, tudo!

A ADRACES, organização não governamental (ONG) e Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul, é uma instituição-empresa como outra qualquer, com a diferença de ser, ao mesmo tempo, uma associação sem fins lucrativos.

Uma associação instituída essencialmente pelas câmaras da BIS – Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão e Associações Locais de Desenvolvimento (Associação Amato Lusitano, Menagem, CMCD de Vila Velha de Ródão e CMCD de Idanha-a-Nova) – para servir o desenvolvimento e o progresso destes quatro concelhos a que chamamos BIS.

Nasceu para injectar ânimo, confiança, dinamismo e vontades de agir em benefício de todos. Por isso não pode, nem deve, ignorar nenhum sector de actividade, nem ninguém. Não pode nem deve privilegiar uns em detrimento de outros, sobretudo em detrimento dos que menos poder e voz têm.

É sua responsabilidade:

- credibilizar-se a si própria e ao nosso território como merecedores dos apoios regionais, nacionais e europeus indispensáveis à nossa modernização infra-estrutural, económica, social e governativa.
- granjear lá por fora o "sustento" para os nossos projectos e dinâmicas regionais e locais, distribuindo-o, com a participação do maior número possível de parceiros locais, pelas necessidades mais prementes do território.
- animar e estimular toda a reflexão necessária à definição de estratégias mobilizadoras das populações, das comunidades rurais, ao surgimento de ideias, de iniciativas, de projectos.
- zelar pela manutenção e reforço das suas próprias capacidades e competências, para, aumentando-as, poder servir melhor.

Os PROGRAMAS DE APOIO

A ADRACES procura candidatar a financiamentos públicos nacionais e europeus o maior número possível de projectos, obedecendo às regras próprias de cada programa.

De acordo com essas regras, são estabelecidas as parcerias de aplicação de forma a envolver os possíveis beneficiários nas decisões que lhe dizem respeito.

Organizar parcerias, agir em equipa, ouvir e considerar as diferentes opiniões é a regra maior da nossa maneira de fazer desenvolvimento local.

Ao iniciar um novo ciclo de programas, novas relações parceriais têm que ser organizadas. Em especial, a parceria GAL / LEADER – Grupo de Acção Local – que há-de alimentar a reflexão sobre as acções a desenvolver no âmbito do programa FEADER – Fundo Europeu de Apoio ao Desenvolvimento Rural – em particular as acções que integram a chamada abordagem LEADER, integradas nos eixos 3 (Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural) e 4 (Abordagem LEADER) do referido Programa. Pensando nos interesses da maioria dos agentes da globalidade dos sectores económicos, sociais e culturais da BIS, esperamos contar com a colaboração crítica e empenhada das colectividades locais, Juntas de Freguesia, associações, empresas e empresários dos quatro concelhos do nosso território, para essa tarefa.

A Revista VIVER

É outra parceria! As suas páginas estão abertas às iniciativas e opiniões dos habitantes da BIS. É uma revista para informar e divulgar, para debater e reflectir não só o que se vai fazendo, mas também para que aí se discuta e diga o que se fez menos bem, ou não se fez e devia ser feito. Não é uma revista para "loas"!

Se vocês o quiserem, será, para bem de todos, simples candeia acesa a orientar a mesma caminhada.

Da nossa parte, os "jogos" e as acções, vão começar, vejamos quem está preparado para entrar em campo! ☘



PEDRO MARTINS

A Capa: “Le temps des cerises”, o tempo das cerejas. Do alto da Gardunha, neste tempo passado, podemos contemplar, de um lado e de outro, as cerejeiras em flor. Foi o tempo das cerejas! O tempo do Amor, da alegria, da juventude, das dádivas generosas de aventuras e sonhos de Liberdade. Como diz a canção, “é bem breve o tempo das cerejas!” Cantemos “Le temps des cerises” – canção de culto dos amantes da Liberdade!

*... “é bem breve o tempo das cerejas
Brincos de coral, colhidos à mão
Amarei sempre o tempo das cerejas
É esse o tempo que guardo no coração”*

“Tradução livre do original em francês”

- | | |
|---|---|
| <p>01 DO DIRECTOR
Falar claro... para melhor “VIVER”</p> <p>03 DO EDITOR
Vemos, ouvimos e lemos...
Não podemos ignorar...</p> <p>04 TEM A PALAVRA
Entrevistas às Juntas de Freguesia da BIS
Alcafozes, Alcains e Águas</p> <p>07 TRIBUNA DA CIDADANIA
Pinto de Andrade
“Ditosa a terra que tais filhos tem”</p> <p>10 GRANDE TEMA
Agriculturas e agricultores da BIS</p> <p>38 NÓS ADRACES
O Desafio da Sustentabilidade...
para manter o território VIVO</p> | <p>40 OS NOSSOS PARCEIROS
RED – Ruralidade, (Environnement)
Ambiente e Desenvolvimento
MER – Movimento Rural Europeu
Em prol do desenvolvimento rural europeu</p> <p>41 ONDAS CURTAS EUROPEIAS</p> <p>45 CAMPO DA IRONIA:
FICÇÕES SOBRE A REALIDADE
Os cus são todos iguais</p> <p>47 TEORIAS E PRÁTICAS
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</p> <p>49 AO SABOR DA PENA</p> <p>52 SENTIR A BEIRA
Áreas Rurais, que Agricultura?</p> <p>54 QUIOSQUE DA BIS</p> |
|---|---|

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho § **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães § **Editor-Geral:** Camilo Mortágua § **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós § **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão § **Director Comercial:** Luís Andrade
Design: Adriano Rangel § **Paginação / Produção Gráfica:** Isto é, comunicação visual, lda - Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 - 4000-485 Porto § **Colaboradores:** Abel Cuncas, Aída Rechená, Ana Paula Fitas, António Covas, Assunção Pedrosa, Celso Lopes, Clárisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Joaquim Alberto Simões, José Lopes Nunes (Jolon), Joaquim Cabral Rolo, José Portela, Lopes Marcelo, Manuel Gomes, Margarida Cristóvão, Maria José Martins, Marta Santos, Paulo Pinto, Pedro Lino, Rui Morais, Sandra Vicente. § **Capa:** Fisheye

Depósito Legal: 243365/06 § **Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952 § **Propriedade:** ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul - Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 · Fax. +351-272540209 § **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 502706759 § **Sede da Redacção:** Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão § **E-mail:** viver@adraces.pt § **Periodicidade:** Trimestral § **Tiragem:** 4000 exemplares



Camilo Mortágua

Editor-geral

camor@sapo.pt



Assim começava a canção

Vemos, ouvimos e Lemos... Não podemos ignorar...

Porém, por vezes, preferimos ignorar! Preferimos não esgravatar nas nossas feridas interiores, que acabarão por cicatrizar se as esquecermos! É preciso viver... sem deixar que os dramas do Mundo, que são tantos, nos retirem aquele mínimo de alegria que dá valor à VIDA!... Por isso, esforçamo-nos por ignorar!

É Humano que assim seja, mas, por outro lado, para nos sentirmos VIVOS, temos de **fazer parte** do tempo e do espaço em que vivemos. Não é possível VIVER sem **fazer parte** da vida dos outros e vice-versa.

Neste número da VIVER, que é o quinto (esperamos que tenham razão os aficionados da festa brava quando dizem que “no hay quinto malo”), procuramos **ver** as mais diversas situações e **falar** com pessoas de diferentes condições sobre **agriculturas e agricultores, e da sua importância para evitar o despovoamento completo da BIS.**

Como terão oportunidade de constatar, são muitas as opiniões, bem diferentes umas das outras, cada qual dando

testemunho das suas experiências práticas ou das análises e estudos realizados sobre o tema.

Se é verdade que a grande riqueza da Humanidade se encontra na sua diversidade e não na quantidade, os colunistas deste número da VIVER, pela qualidade intrínseca dos textos e pela diversidade de pontos de vista expressos, serão, para cada um dos nossos leitores, de grande utilidade.

De maior utilidade, sobretudo, para aqueles que preferam não ignorar o que pensam e dizem os outros, mesmo que os outros venham desassossegar-nos, colocando em dúvida as nossas certezas.

Se depois de **vermos e ouvirmos, também... lermos**, quer fiquemos mais ou menos seguros das nossas convicções, estaremos mais VIVOS porque mais conhecedores da VIDA que nos rodeia.

Faço votos para que assim sejamos compreendidos e usados. ☘

DE A a Z, têm a palavra os Presidentes das Juntas de Freguesia da BIS. Na medida das nossas disponibilidades, daremos vez e voz a todos os Presidentes que se disponibilizem para aqui expressar as suas opiniões.



Texto: *Filipa Minhós*

Foto: *ADRACES*

Freguesia de Alcafozes

A autarca das causas sociais

Alcafozes foi terra de franca produção de lenha e carvão. Seu pão sempre foi dos mais afamados do concelho. Com o lento rumo a uma anunciada desertificação, estas actividades estão a desaparecer, ao ritmo do despovoamento do território.

Hoje, restam somente cerca de 230 habitantes, maioritariamente idosos, dedicados a uma agricultura de subsistência e de entreajuda. A escola primária fechou. Os risos infantis não passam agora de recordações de outros tempos.

Resta-lhes a fé na Senhora do Loreto, padroeira universal da aviação, cuja festa se realiza anualmente atraindo milhares de turistas e visitantes - por alguns dias, os eternos silêncios transformam-se em restolhares de alegria contagiante.

Alexandra Pereira tem 30 anos, é solteira e sem filhos. Natural de Lisboa, veio para Alcafozes, terra dos seus pais, com somente oito anos, onde concluiu o ensino primário. Depois de terminar o 12º ano em Idanha-a-Nova, Alexandra Pereira rumou a Castelo Branco em busca de trabalho e acabou por ficar. Hoje, continua a fazer da capital de distrito o seu espaço de vida. Trabalha numa empresa ligada a estradas e vem a Alcafozes três vezes por semana para desempenhar as suas funções na Junta.

Aceitou concorrer para a função de Presidente de Junta nas últimas eleições autárquicas, devido ao seu sentido de responsabilidade cívica e à sua premente preocupação em apoiar a contínua melhoria das condições de vida dos alcafozenses

QUE FAZER?

É uma aldeia que, infelizmente, ainda está muito sombria. Está quase tudo às escuras. Por isso, um dos compromissos da equipa da Junta, entrou no orçamento da Câmara este ano, é o de proceder à instalação de iluminação pública desde a rotunda até ao Centro de Dia.

sucesso assegurado. Nem sequer é preciso fazer marketing, porque ele já está feito pelo boca-a-boca.

Mas, o mais importante era revalorizar o campo de futebol e o seu espaço envolvente. Temos um projecto idealizado, se o pudéssemos concretizar, ficaríamos com as condições mínimas necessárias para receber os muitos milhares de al-

Gostava muito de deixar a aldeia iluminada.

O orçamento é pequeno, temos de apertar “os cordões à bolsa”. Não chega para tudo quanto a gente deseja. Uma das minhas maiores preocupações assenta nos idosos, porque eles estão sozinhos. Temos médico ou enfermeiro quatro vezes por semana. Havendo consultas e serviços de enfermagem gratuitos.

Uma boa aposta seria a continuidade da produção do pão de Alcafozes. Neste momento, temos somente uma padeira. Tenho procurado incentivar jovens, até porque é um negócio de

cafozenses e forasteiros que nos visitam, ao mesmo tempo que criaríamos postos de trabalho e outra atractividade para a terra.

Apesar da extrema escassez de meios, este ano foram contemplados 20 alunos, com bolsas de valores a variar entre os 100 e os 150 euros. É só uma pequena ajuda para que as despesas com a educação não pesem tanto nas carteiras dos encarregados de educação e os jovens possam permanecer por mais algum tempo na Aldeia. ✿



Freguesia de Alcains

Texto: *Camilo Mortágua*

Foto: *ADRACES*

Fala: Manuel Marujo, Presidente da Junta

Alcains qualquer dia passa a ser um bairro de Castelo Branco?

Temos muita gente da zona de Castelo Branco, mas também da zona de Monfortinho e de Idanha-a-Nova a habitar em Alcains. Agora, de Castelo Branco, há muita gente que trabalha na cidade, mas que compra aqui a sua vivenda ou o seu apartamento. E sentem-se bem a viver em Alcains.

Mas eu refiro-me ao facto de isto deixar de ser freguesia e se tornar um bairro de Castelo Branco...

Isso não! Eu nunca concordaria com isso. Eu como alcainense a 100 por cento nunca entraria por esse ponto.

Mas a vila está a aproximar-se tanto de Castelo Branco... Não há limite?

Eu estou há 10 anos nesta Junta de Freguesia, vou no terceiro mandato, e considero que a

Zona Industrial de Alcains não devia andar para o lado da Lardosa, antes devia ter ido ao encontro de Castelo Branco. Só assim é que nós teríamos mais segurança em tudo. Mas já era um passo que estava dado e já não podíamos voltar atrás.

É marujo de quê?

Marujo só de nome. Nunca andei no mar.

Ouvi dizer que é da área da pedra.

Sim, a minha área são os granitos e os mármore. Tenho pedreira e transformo mármore e granitos. Mas a pedreira é só apenas de granitos.

Um bom produto para complementar a grande explosão da construção em Alcains?

Sim, não haja dúvida que aqui o nosso produto de Alcains é muito apreciado, principalmente o granito amarelo e o branco. Eu forneço uma área de 100 km aproximadamente. Fazemos artigos para a construção civil, cemitérios e decoração em pedra granítica.

O senhor é natural de Alcains?

Nasci em Alcains e tenho muito orgulho em ser alcainense. Toda a minha família também é de Alcains.

Há 10 anos que é presidente de Junta. E porque é que lhe deu na cabeça de entrar nestas lides?

A primeira fase foi devido ao Joaquim Morão, o nosso presidente da Câmara. Já há alguns anos que éramos amigos e ele acabou por me convidar para este desafio. Não aceitei à primeira, nem à segunda, nem à terceira, mas depois lá acabei por aceitar, também derivado da forma como ele acabou por falar comigo. Mas eu sempre achei que isto era – é! – um bocado de dor de cabeça. É preciso coragem para enfrentar o povo...

Mas o povo tem razão ou não?

O povo tem razão e não tem. Por qualquer coisa também reclama, a gente já sabe como é. No segundo mandato, também já não queria, mas lá continuei. E no terceiro cá estou novamente, com mais um bocado de experiência. E não há dúvida que Alcains merece pelo esforço que se faz.

Esta actividade trouxe-lhe desilusões?

Não. Aprendi a lidar com o povo, que era algo que eu desconhecia, e com algumas actividades que havia no povo. É muito bom, aprende-se sempre, embora me roube muito tempo à minha vida. Mas, enfim, quando é por gosto não cansa!

Ganha-se bem como presidente de Junta?

Sim, ganha-se bem e sai-se cedo (risos). Ganha-se pouco mais de 250 euros.

O facto de ser presidente da Junta também ajuda os negócios?

Não, por acaso não me tem ajudado em nada. Mas ajuda-me a mim próprio e estou satisfeito em lutar por Alcains.

Quais as dificuldades do que você queria fazer, mas ainda não conseguiu fazer?

Eu sou um homem de trabalho, gosto de fazer o mais possível e sinto que precisava de fazer ainda mais por Alcains. Não tenho feito porque os números não têm deixado. Exemplo do que está por fazer é a nova sede da Junta de Freguesia e a zona de lazer de Alcains.

E o que falta? Dinheiro?

Estou à espera de ordens da Câmara, nós dependemos da Câmara. O amigo Morão terá muita vontade – que tem! –, mas só a vontade não chega... É preciso haver dinheiro. Eu sempre acreditei no homem que está à frente da Câmara e acredito que essas obras vão ser realizadas em breve.

Quais foram as maiores satisfações como presidente de Junta?

Tive diversas. A primeira e a maior delas foi a piscina de Alcains. Há tantos anos falavam na piscina e ninguém a conseguia fazer. E eu consegui-a logo no primeiro mandato – uma piscina em condições, uma das melhores coisas que temos na vila. Inclui piscina aquecida à base de gás a funcionar e sempre ocupada. A segunda satisfação foi a recuperação do Solar Ulisses Pardal. Alcains ganhou muito com esta obra. Funciona lá o Museu do Canteiro e a Biblioteca da Junta de Freguesia de Alcains. ☘



Freguesia de Águas

Texto: *Filipa Minhós*

Foto: *ADRACES*

José Barreto diz:

“Os partidos são para o Governo, a nível das autarquias, penso que se tem é de encontrar pessoas válidas para trabalhar em conjunto.

E todos somos muito poucos para procurar desenvolver este Interior que está cada vez mais esquecido”, defende.

E já lá vão 13 anos a gerir os problemas e as ambições da pequena freguesia

Inicialmente com uma candidatura pelo PSD, entra para a Junta de Freguesia de Águas como tesoureiro. No mandato seguinte chega ao comando da autarquia. Na terceira recandidatura apresentou-se como independente, posição que tem mantido até hoje.

Criou o posto de combustível na freguesia e detém uma empresa de máquinas agrícolas e de pequena jardinagem.

Águas... o que é?

Somos 400 eleitores. Penso que é pouco para esta freguesia que tem um grande potencial. O nosso desenvolvimento passará muito pela legalização das termas. Existem umas termas que estão em regime experimental, numa fase de legalização. Precisamos de ter alvará definitivo para que pos-

samos fazer outro tipo de investimentos na freguesia. Temos tido o apoio da Câmara Municipal de Penamacor e da Universidade da Beira Interior (UBI), com quem estabelecemos uma parceria e um protocolo. Além disso, temos uma equipa excelente a trabalhar nesse sentido, com toda a dedicação.

Para além das termas, que mais pode ser feito para fixar a população?

Enquanto Junta de Freguesia, fazemos o máximo que podemos. Muitas vezes, passa por conversar com as pessoas que estão a viver fora para que venham reconstruir as suas casas, criando aqui uma segunda habitação de férias ou de fim-de-semana. Depois, podemos tentar criar zonas turísticas, até porque temos uma reserva de caça excelente, a funcionar em pleno com muita diversidade cinegética, com um grupo de perto de 50 associados e que atrai muitos caçadores de fora da Região.

Estamos a qualificar de alguns monumentos históricos. E já metemos um projecto para recuperar açudes na Ribeira, criando uma zona de lazer.

Neste momento a freguesia ainda conta com todas as suas valências. Ainda temos médico, enfermeiro, análises clínicas semanais, jardim infantil, o primeiro ciclo funciona, igualmente um Centro de Dia que emprega sete funcionárias.

Concorremos a todos os programas de juventude do IPJ, mesmo programas de longa duração, para ver se conseguimos fixar as pessoas. O nosso objectivo, dentro das fracas possibilidades, é procurar fixar as pessoas, para que a freguesia não morra aos poucos.

O nosso primeiro e principal projecto são as termas. Neste momento, já somos visitados por cerca de 400 pessoas numa época balnear. Muito mais virão, se essas pessoas tiverem a possibilidade de fazer uma estadia de 15/20 dias na estância termal, acabando por juntar o tratamento a um espaço de lazer, uma vez que o concelho tem muito para visitar.

Acreditamos que vai ser em breve. Talvez daqui a um ano ou dois este sonho seja já uma realidade.

Fazendo uma retrospectiva de toda a sua carreira autárquica, quais foram os projectos de que mais se orgulha ter desenvolvido?

As termas, sem dúvida, porque estiveram à beira de encerrar durante um anterior mandato. É claro que só foi possível graças à parceria, ao bom entendimento e ao grande investimento que a Câmara fez nas termas e no balneário. Temos o balneário apetrechado do melhor equipamento que existe, igual ao que funciona em São Pedro do Sul. E temos mesmo o apoio de uma equipa médica e de enfermagem. Tudo o que é essencial para que as termas possam funcionar com todo o tipo de condições e de higiene.

Não foi esse o único projecto, estivemos envolvidos noutros como o calcetamento e ampliação de ruas, os espaços de lazer...

Posso dizer que há uma obra minha em cada rua da freguesia. ☘

*Também neste caso se
justifica plenamente dizer:*

“Ditosa a terra que tais filhos tem!”

Sobe hoje a esta tribuna da Cidadania, com inteiro mérito e muita honra nossa, um Grande Cidadão nascido e marcado pela sua paixão por Castelo Branco: Vergílio António Pinto de Andrade.

*Texto e Fotos:
Camilo Mortágua*

Lá num alto quinto andar de um prédio banal da nossa Capital, uma incompreensível gestão dos nossos recursos humanos, (em nossa opinião) “esconde” da juventude escolar portuguesa, um insigne educador, um exemplo vivo e actual do que é... SER cidadão!

QUEM É... VERGÍLIO ANTÓNIO PINTO DE ANDRADE, PELO QUE FEZ... E NÃO PELOS TÍTULOS ATRIBUÍDOS

Nasceu em Castelo Branco a 18 de Junho de 1935. Desde então, formou-se em medicina veterinária, tem sido investigador, professor, homem de iniciativas educativas, militante de causas sociais, líder de equipas universitárias, lutador incansável pela consolidação dos Institutos Politécnicos Portugueses etc., etc. É casado com uma senhora da Região, tem dois filhos, vive actualmente em Lisboa onde, desde 1999, exerce as funções de vice-presidente do Conselho de Avaliação da Associação dos Institutos Politécnicos Portugueses.

Eis um pequeno resumo das suas múltiplas actividades:

- Investigador do Instituto de Investigação Veterinária de Angola – Huambo (9 anos).
- Professor da Faculdade de Medicina Veterinária de Luanda (8 anos).
- Investigador principal, docente e sub-director da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (9 anos).
- Presidente da Comissão Instaladora de 80 a 95, Membro do Conselho Científico e seu Presidente de 90 a 95, presidente do Conselho Administrativo de 80 a 95, da Escola Superior Agrária de Castelo Branco.
- Coordenador da Comissão Instaladora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.
- Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco.



- Responsável pelos serviços de Acção Social escolar.
- Vice-presidente do Conselho Coordenador do ensino superior politécnico.
- Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Centro
- Fundador da Associação para o Desenvolvimento Integrado da Raia (Adira).
- Director da Revista AGROFORUM.
- Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco.
- Investigador-consultor da Fundação Calouste Gulbenkian e Banco Mundial, para missões de estudo em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Missões de estudo à Guiné (Bissau).

Na maioria dos casos, os cargos desempenhados, são a consequência natural do seu empenho em criar novas instituições que depois passaria a dirigir.

Ao longo de todo este percurso, o que é que mais o afectou? Qual a sua frustração maior, se é que houve alguma?

Frustração? Eu vivi todos os momentos da minha vida com muita intensidade e dediquei-me às coisas em que estava envolvido, não só com aquilo que sabia, mas com paixão. Todas as coisas vivi-as 24 horas por dia, o que me trouxe dissabores, porque querer fazer coisas rapidamente, num País que está habituado a um determinado ritmo e com as dificuldades burocráticas existentes, com mudanças constantes de governos e de orientações, é sempre difícil. Vamos lá ver, frustração... Gostaria de ter feito aquilo que acabou por ter sido feito mais tarde e que eu ainda tentei: a inclusão da Escola Superior de Enfermagem no Instituto Politécnico de Castelo Branco. As tentativas feitas não resultaram pois não estava definido o sistema onde se integrariam e o Ministério da Saúde não queria

perder a tutela dessas Escolas. Anos mais tarde, tudo se processou pacificamente. Ainda pedi a reserva de terreno ao então Presidente da Câmara Municipal, para a instalação da Escola, terreno esse onde está agora a ser feita. Talvez essa tenha sido a maior frustração.

Quer deixar-nos uma palavra ou duas sobre o futuro do Politécnico de Castelo Branco?

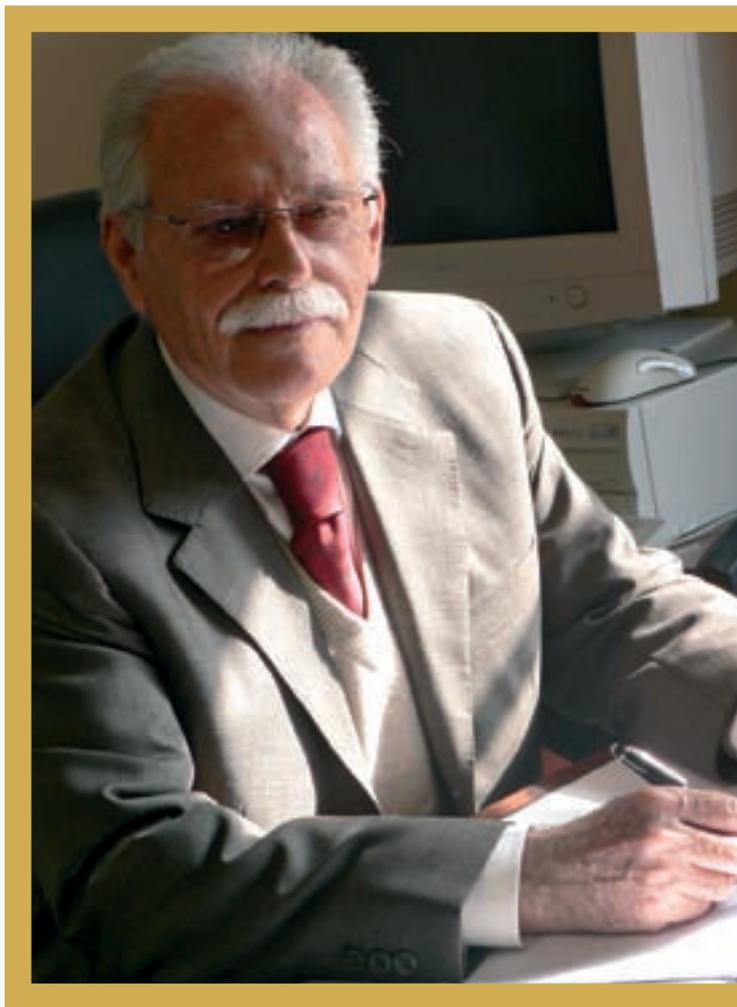
Relativamente ao politécnico, aquilo que eu desejo, como instituição que me orgulho de ter fundado e ajudado a crescer, é que ela saiba encontrar o seu lugar próprio e que saiba definir a sua missão, os seus projectos e objectivos e que consiga alcançá-los. Que seja uma instituição reactiva e que lute por alcançar os objectivos definidos, em vez de ser ou se tornar um sujeito passivo que vai atrás daquilo que é definido por outros. Julgo que isso só se conseguirá se o Instituto continuar a fazer esforços para se integrar cada vez mais na sociedade em que deve estar inserido. Não podemos esquecer que o Instituto tem, como uma das suas missões, formar pessoas e essa formação deve ter em conta não só o aspecto científico e tecnológico mas também a componente social.

A cidadania é um aspecto que não deve ser esquecido, e a formação superior, universitária ou politécnica, deve apontar também para essa vertente, indispensável à formação de jovens capazes de se integrarem e interagirem, numa sociedade cada vez mais exigente e nem sempre justa. O Instituto Politécnico se, por um lado deve fazer esforços para se integrar na sociedade onde está inserido, até porque esse é um dos factores de sobrevivência do próprio politécnico, por outro não pode esquecer as ligações a outros países. Julgo que esse aspecto é fundamental. Não só na Europa, a que pertencemos, mas também com os países com os quais a Língua cria laços de união muito grandes.

O que é ser cidadão hoje, 33 anos depois de Abril? Podemos continuar a ser Cidadãos como o tem sido o Dr. Pinto de Andrade?

É uma pergunta complicada. Os cidadãos hoje, aquilo de que se podem orgulhar mais do 25 de Abril e aquilo que se tem mantido, mais ou menos imutável, é a noção, que têm, de liberdade. Essa permanece. Julgo que não há ninguém que não se orgulhe e não se sinta satisfeito de ter a liberdade de expressão e de se sentir livre de criticar ou apoiar, livre de se deslocar, de escrever ou de falar... Essa sensação é irrepetível. Surgiu nessa data e tem-se mantido sempre.

Quanto à esperança que se depositava nas mudanças esperadas, devo dizer que, efectivamente, se registaram mudanças significativas nas reformas, na saúde, na criação de muitos pólos de ensino superior, mas a verdade é que na vida do dia-a-dia, muitos não têm sentido as melhorias que todos esperávamos. E, hoje em dia, os problemas das falências, a competição a nível nacional e internacional, e o desemprego têm vindo a aumentar. A própria função pública vive numa instabilidade permanente, com a aplicação das reformas que o Estado quer impor, quanto a mim de uma forma um pouco brusca e intempestiva. Tratam-se as pessoas como se fossem móveis que se mudam e afastam dos lugares, sem ter em linha de conta que não é apenas uma pessoa: é toda uma família, por vezes bem numerosa. Portanto, quando se desloca uma pessoa e se lhe condiciona o vencimento e as condições do local de trabalho, está-se a mexer com muita gente



ao mesmo tempo. Este aspecto humano, penso que não está a ser devidamente encarado. Acho que há economia a mais e sociologia a menos.

Para si tem algum significado especial ser Beirão?

Tem. Eu orgulho-me de ser de Castelo Branco e de toda aquela zona. Julgo que parte das coisas que fiz e o facto de ter ido para Castelo Branco e de me ter lá fixado se deve, fundamentalmente, ao facto de ter havido algum chamamento, se assim se pode dizer, às minhas origens. Castelo Branco marcou-me muito. Os meus amigos mais íntimos andaram todos comigo na escola, no Liceu, e mantiveram-se ao longo de toda a vida. E o meu desejo de que aquela zona deixasse de ser uma zona que está em degradação quase contínua de há anos a esta parte, esse desejo de alteração, contribuiu muito para que eu regressasse e que, de algum modo, ajudasse a tentar inverter essa situação. Devo dizer que conseguimos, exactamente porque queríamos ter um papel importante no desenvolvimento regional, que o Ministério da Educação, acabasse por concordar em reservar 50 por cento das vagas para alunos da Região. A Escola Superior Agrária foi a primeira que começou a funcionar neste sistema. E os alunos dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre tinham 50 por cento das vagas prioritariamente para eles. Também os que vinham dos Cursos Tecnológicos de Agricultura tinham prioridade no acesso. Quem dizia que isso constituía uma discriminação, eu concordo que sim, mas é uma discriminação positiva e, portanto, justa. Hoje em dia, com a diminuição de alunos, a preferência regional já não se justifica, porque o número de vagas é superior à procura. Mas, no início, foi muito importante, pois tiveram acrescida possibilidade de acesso ao ensino superior e, muitos, acabaram por



aqui se fixarem e contribuírem para a melhoria de muitas indústrias que se estabeleceram.

Acha que não haverá alternativa ao despovoamento contínuo e à desertificação do Interior?

Diminuindo a população e abandonados os campos para ir para as cidades, e das cidades do interior para as cidades do litoral, não havendo indústria que fixe a mão-de-obra que eventualmente ainda exista, não havendo medidas governamentais para discriminar positivamente as zonas do Interior levando à fixação de técnicos de saúde, técnicos do ensino e industriais, é evidente que a degradação se vai acentuando cada vez mais. E as cidades deixam de ser pólos atractivos. Mesmo Castelo Branco ou a Covilhã, vão diminuindo, ou pelo menos não vão aumentando a sua população, ou vão aumentando à custa do despovoamento das aldeias que estão à sua volta. Podem dar até uma falsa noção de crescimento, mas esse crescimento não é natural, é um crescimento devido à saída das aldeias, que começam a ficar desertificadas.

Os governos têm de tomar algumas medidas no sentido de inverter esta situação, o que, confesso, não estou a ver, ou melhor, não tenho visto muito. O que estou a ver é uma grande preocupação economicista, de tudo contabilizar, sem ter em linha de conta as necessidades específicas e a obrigação que todos os governos têm de auxiliar, por igual, todas as populações e todas as Regiões. Se efectivamente se querem diminuir as assimetrias, há que fazer algum esforço nesse sentido. Confesso que, com os encerramentos disto e daquilo, agora até com uma certa ameaça de encerramento de estabelecimentos de ensino superior, não posso deixar de ficar muito preocupado com o futuro dessas zonas. Isto tudo agravado por outra característica que é o clima.

O clima está a sofrer modificações. A nossa zona está a caminhar acentuadamente, pelo menos uma parte dela, para ser pré-desértica. As carências de água são significativas, pensa-se que no futuro se acentuarão mais e, se não houver cuidado em se constituir reservas adequadas, o problema da água vai ser dos mais complicados de resolver.

Em sua opinião, há cursos a mais ou a menos?

Há cursos superiores a mais. E sobretudo com designações aberrantes.

Boas motivações para viver?

Penso que é o sentimento do dever cumprido, os que o têm, que nos alegra a última fase da vida...

Sim, é a compensação que temos.

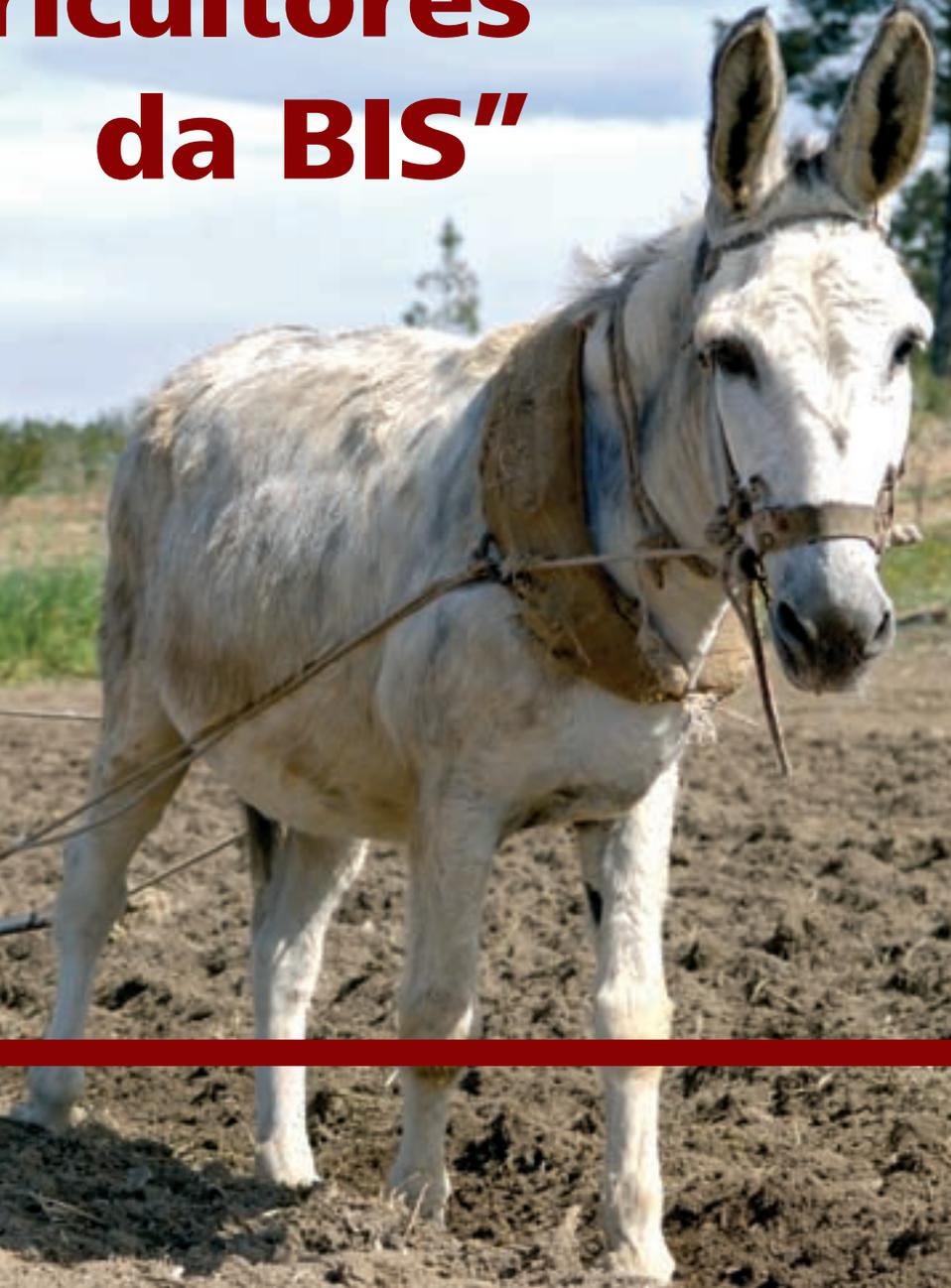
A solidariedade ainda é um valor actual?

Não, já não. Está transformada numa coisa diferente. Cada um pensa em si, salvo honrosas excepções. Toda a vida me foi chegando o ordenado. Não procurei outros proventos. Outros acham que o importante é que surjam mais afluxos e que a conta vá crescendo. Cada um tem as suas ambições. O “Ser” tornou-se na realização material. O “Ter” é que constitui o sucesso. Eu confesso que estou desfasado, reconheço isso. Como já não tenho hipótese de mudar...bem ou mal, sou assim.

Somos assim! – Vai ter de descer pela escada porque o elevador está avariado... Desci e lá ficou mais um amigo que gostávamos de encontrar a “pregar” cidadania pelas escolas da BIS. ☼

Grande Tema:

“Agriculturas e Agricultores da BIS”



Tendo decidido falar de Agriculturas e de Agricultores, compreendemos que para falar deles era necessário falar com eles. Foi isso que fizemos. Veredas fora, encontramos os RURAIS da BIS.

De variadíssimas condições e lugares, cada qual com a sua visão sobre a agricultura que faz ou não pode fazer. A vós, caríssimos leitores, deixamos as “histórias” que nos contaram, para que as possam apreciar, e delas concluir, ou não, o que entenderem. Falaram-nos de várias agriculturas: A agricultura da vergonha e da honra da família; a agricultura terapêutica; a agricultura complementar; a agricultura competitiva; e de muitas outras variantes que não tivemos a capacidade de reter. A título de exemplo citamos algumas:



FISHEYE

A Agricultura da vergonha e da Honra da família

Bom dia Ti Zé Grilo... e a Senhora?

É a Laura... a minha mulher há mais de 60.

Tantos? Então já celebraram todas as bodas?

Quais bodas quais catano, nós por cá não ligamos a essas coisas, nem da primeira vez... isso que dizem ser a boda de mel... Olhe, fez-se debaixo duma azinheira com um chouricinho assado em cima dumas pedrinhas... então nan tá a ver?

Para onde vão tão cedo?

Tem de ser... é por esta hora, assim entre cão e lobo como se diz, pela fresquinha, que custa menos o caminho ali prá boiça dos currais velhos.

Têm por lá coisa de valor?

Nan senhor, lá grande valor nan tem nan senhor, mas temos por lá umas oliveiritas jeitosas que ainda dão um reboque de azeitoninha galega, da boa, pró azeitinho das nossas necessidades,

isso e umas batatinhas, (até demais pró que podemos carregar,) coisa pouca, uma frutinha e umas novidades no tempo delas e vai-se vivendo até que Deus queira, limpando e cuidando dos cadinhos que nos deixaram, lá limpinhos andam eles, que eu e a minha Laura não esperamos pelo meio dia para ir à luta, e não podemos desrespeitar os nossos antigos, temos que zelar pelo que nos deixaram!

Gostamos muito de ter as nossas coisinhas, e uns montinhos delas pra quando a cachopada nos visita.

E as cruzes?

Sabe... já dobraram... e a burros velhos já não nascem dores.

Então... quem vai cuidar dos “cadinhos” quando vocês se forem?

Os cachopos... têm de ser eles! Como nós fizemos quando os nossos defuntos nos deixaram... mas essa é a nossa freima... os de agora já não têm tanto amor a isto. ☘



FISHEYE

A Agricultura Terapêutica

Então Senhor Ernesto, porque é que não vai pra sombra? Anda praí afiando a enxada nas pedras... com esta esturreira! Como vão essas forças?

Aqui... como vê... rijinhos graças a Deus. **Sabe que dia é hoje?**

Sei sim senhor, sei até muito bem! É dia da visita do médico à Aldeia. Já para lá estão uns rapazes da minha idade e mais novos à espera, sentados no banco do largo, de olhar ausente, à porta do lar, que eu bem os vi quando passei.

Então... e vossemecê?

Cá o Ernesto? Longe vá o agoiro... (batendo 3 vezes no cabo da enxada) nan preciso... prefiro ficar cansado deste trabalhinho, que meio aparvalhado (que Deus me perdoe) de tanto remédio! Esta hortinha é a minha farmácia... aqui tenho de tudo! É um consolo. Tá a ver... ervinhas medicinais prá mezinhas, frutinhas prá vitaminas, coivinhas para o bom funcionamento da tripalhada, uns ovinhos amarelinhos das minhas pitas e carninhas das boas criadas cá em casa. Daqui levo de tudo... lá em casa e na dos filhos nan falta que comer e vai-se pouco à mercearia do Hilário. Eu inté nan devia dizer isto publicamente, mas sabe... fiz um acordo com ele...

Com quem?

Com o Hilário da mercearia, que é a única cá da terra, nós cá nan temos dessas mercearias muita graaandes!... Daquelas que até lhe dão um nome esquisito que deve ter a ver com cavalos... nan senhor, sabe... o povo

da Aldeia compra pouco... todos temos! **Conte lá essa do acordo com o Hilário da mercearia.**

Pois sim, como ia dizendo, fiz um trato, eu levo ovos, coelhos, azeite e de vez em quando umas florzinhas e ele dá-me uns quilinhos de arroz, sal, e açúcar e às vezes umas bolachinhas para adoçar a vida.

Olhe... pra dizer a verdade toda, até essa coisa que chamam da terapia do físico eu faço aqui na horta... Tá a ver a quantidade de movimentos que é preciso fazer! Sabe... aqui só falta é pessoas como o senhor para poder conversar e dar que fazer à cabeça, quando ando praqui a falar com os meus fantasmas, penso coisas perigosas. Pra dizer a verdade toda, até me ponho a discordar desses doutores que falam na televisão e dizem que a agricultura acabou, que já morreu e tal e coisa! Como eles não fazem... põem-se a dizer essas coisas!

Eu e cá esta gente da Aldeia e das Aldeias aqui à volta, que eu conheço, cada um produz pouquinho, mas cá pra mim, se um quarto dos portugueses cavassem e produzissem tanto como eu, no nosso Portugal havia tanta farturinha como lá em casa, não era preciso importar tanta comidinha, essa coisa das finanças podia andar direitinho, o nosso Portugal seria mais competitivo porque se gastava muito menos com a saúde! Quando andava lá por fora sempre ouvi dizer que o trabalho dá saúde... Se calhar é por isso que temos por cá tantos doentes. ☘

FISHEYE



A Agricultura complementar

Oh Tia Rosa, vá mais devagar que ainda se espalha com o carrinho de mão. Onde vai sozinha e com tanta pressa? Então o seu pessoal ficou na cama?

Isso é que era bom... lá em casa, de dia não se alimentam pulgas.

Então que é feito deles?

O meu home foi à cidade pra ver se vende uns cestinhos de flores e um saquinho de nozes e aproveitou para levar a mais novinha pra escola em Castelo Branco. O meu Francisco anda lá prós Carriçais de Baixo a cozer pedras!...

É tanta a fominha que já cozem pedras?

Gargalhadas... nan senhor! Fominha é coisa que nan sabemos o que seja, graças a DEUS. Vê-se bem que o Senhor nan é destas bandas...o meu rapaz coze daquelas pedras brancas que por lá há, para fazer cal, pra vender ao povo cá da terra e arredores, pra ter as casinhas sempre brancas.

Mas a Senhora tem uma grande família!

Pois tenho sim senhor, graças a DEUS. Olhe a minha Beatriz que está pra casar no mês que vem, se Deus quiser, anda com o

namorado a fazer carvão ali pra serra.

Uns fazem o branco, outros o preto, tudo da mesma casa.

Fazemos branco, preto, e de todas as cores que a vida tem, porque ela tem de ser governada.

E ainda fazem mais coisas?

De acordo com a época fazemos muitas coisas. Olhe, o Carlitos passou por cá às sete e meia a conduzir a carreira e há-de voltar às mesmas ao fim do dia. E a Joana anda praí a lambuzar-se na terra, para arranjar

barro para os pratinhos que ela pinta, é muito dotada prás artes a minha Joanhinha!

Então os filhos estão todos por cá?

Graças a Deus, sim senhor. E tudo se vai governando.

Então quem são os agricultores da família?

Na nossa família não há agricultores... como costumamos dizer... "Somos uma família de rurais pluri-activos", fazemos várias actividades e também um pouquinho de agricultura, para alimentar toda a família e alguns amigos, sem ter que comprar.

Então a vida corre-lhe bem...?

Quando mal, nunca pior... podia ser muito melhor, se tivéssemos quem nos desse uma ajudinha... mas só nos aparecem tralhas e andamos praqui sozinhos e abandonados sem ninguém que nos defenda... nem

as comperativas pagam a gente aquilo que pra lá mandamos, as azeitonas e as uvas do ano passado... se fossemos grandes e instruídos...

Então porque não pedem ajuda à Associação?

Ai senhor... a qual Associação?

À Associação dos Agricultores!

Nan somos associados nan senhor... nan podemos ser!

Então porquê?

Então nan está vocemessê a ver... já viu que para ter quem nos defendesse tínhamos que ser sócios de tantas associações como de actividades temos, não ganhávamos prás cotas e para ir às reuniões... nam pode ser... a gente precisa é, como agora diz o Sócrates, dum SIMPLEX cá pra nós, uma Associação só, pra defender os Rurais Pluri-activos como nós, com todas as coisas ligadas. ☘



FISHEYE

A Agricultura com Escala Empresarial e competitiva

Bom dia senhor Engenheiro. Que está o Senhor a admirar cá do alto da Serra?

Estou para aqui a ver e a pensar... a ver aquela gente que ali trago a instalar os "pivôs" para regar (ainda não sei muito bem o quê), as máquinas a endireitar a terra... E a pensar se tudo isto vale a pena... Se calhar, no fim ainda tenho que pagar por estar aqui a ver!

Está tão pessimista logo ao nascer do dia? Levantou-se cedo!

Teve que ser. Ainda tenho que estar em Lisboa antes do meio-dia para uma reunião importante e ir buscar a filha às três horas da tarde ao aeroporto.

Ainda está estudando?

Não senhor, já acabou este ano, é economista. Foi de férias ao Brasil

como prémio pelo fim do curso. Teve que ser, era uma promessa antiga.

Para estar em Lisboa antes do meio-dia, já não pode ir muito devagar, vai de jipe?

Não, não, ainda tenho que passar por Castelo Branco para apanhar o Mercedes.

Então ainda não decidiu o que vai semear?

Olhe, já cheguei à conclusão que o melhor é ficar quieto, quanto menos fizer menos perco. Tenho que assegurar as pastagens para o gado, isso é obrigatório. O resto será milho, mas ainda não sei muito bem... Do jeito que isto está, não se pode viver da agricultura, o que vai amparando são os subsídios, se isso acaba, acaba-se a agricultura em Portugal. ☘

Carlos José Dias Lourenço, 41 anos, casado, dois filhos a estudar em Castelo Branco. É Agricultor e Empresário Agrícola em Vila Velha de Ródão. “Eu e o meu pai somos os primeiros a chegar e os últimos a sair da exploração. Ultimamente, nos sectores a que me dedico, não tenho perdido dinheiro”.

O que é que podemos pedir ou sugerir aos proprietários de terra, aos agricultores da Região, que possa ajudar a manter a economia da Região e evitar uma maior desertificação dos territórios?

Que não abandonem as explorações!

Diz-me que em Vila Velha é o único a ter uma exploração desta dimensão (à volta de 700 hectares)?

Sim, com esta dimensão, é a que tem mais representatividade no concelho.

Então porque é que há tão pouca gente a tentar? Se você conseguiu, significa que outros também poderiam conseguir, ou não?

Sim, eu até costumo dizer que “o sol quando nasce, nasce para todos”. Tem toda a razão.

Fez o curso na Escola Agrária de Castelo Branco...?

Tirei primeiro na Escola Técnico-Profissional na Paiã, na Escola Agrícola da Paiã, depois ingressei aqui na Escola Superior Agrária de Castelo Branco, onde tirei o Curso de Maquinaria Agrícola.

Tirou Maquinaria Agrícola... então e onde é que você adquiriu o conhecimento de todos os incentivos que havia, como é que você se mexeu para candidatar projectos para cercas, para irrigação, para as ordenhas, etc... Como é que esses projectos todos lhe vieram parar à mão?

Isto foi sempre um pouco a minha dedicação que o consegui. A nível da Direcção Regional, tinha conhecimentos e dava-me bastante bem com eles, ia a formações quando surgia um programa novo... Eu sempre fiz por me manter informado e a par dos programas existentes.

Agricultor e empresário agrícola, diz:

Texto e Fotos:

Camilo Mortágua

“Eu sei fazer todo e qualquer serviço dos meus empregados”

Esta exploração, quando eu cheguei aqui, era praticamente zero. Não era nada do que está aqui. Estava um pouco ao abandono. Isto foi feito com bastante esforço ao longo dos anos. As barragens, as vedações, tudo foi feito por fases, com algum cálculo dos investimentos realizados ao longo dos anos, para que realmente não existissem grandes riscos (embora o risco exista sempre na agricultura).

Na sua opinião, qual foi a coisa mais importante para você chegar onde chegou?

Foi a ajuda que tive da parte familiar. No início, ninguém acreditava em mim. Era somente um rapaz que tinha acabado os estudos, encarado como mais um candidato ao falhanço, no meio de tantos outros no sector. Tive sempre o apoio de uma pessoa ao longo dos projectos que fiz durante todos estes anos, que tem sido sempre um grande amigo e um grande colaborador nos momentos mais difíceis (já são alguns) – o meu pai.

Isso foi a ajuda. Mas o que é que considera que foi mais importante para o formar a si e o tornar capaz de fazer o projecto que fez? No fundo, o que é que você tem, que os outros não têm?

Acho que parte do meu êxito se deve à minha dedicação acima da média a esta exploração. As horas que tenho feito ao longo destes anos têm intrínsecas um esforço muito grande.

Onde é que aprendeu gestão agrícola?

Aprendi um pouco de gestão agrícola na Escola Agrária. Tudo aquilo que sabia inicialmente aprendi na Escola Superior. Depois é claro que a experiência, de fazer menos bem em muitas das vezes e ter a noção de que falhei em determinados pontos, é que me permitiu evitar no futuro novamente os mesmos erros.

Mantém alguma ligação técnica com a Escola Agrária? Ainda lhes pede ajuda algumas vezes?

Sim. Há muitas vezes que, por este ou aquele motivo, lhes peço ajuda. E depois quando eles precisam também se lembram sempre desta casa; já têm feito aqui algumas experiências, com visitas de alunos da Escola, que vieram assistir à plantação do tabaco e outras situações. A nível da Direcção Regional, tenho feito com eles algumas experiências na parte do olival. Tenho sempre disponibilizado a minha exploração às novas tecnologias que têm vindo a evoluir a cada momento que passa. Tenho mantido sempre o espírito de evolução e de nunca estar satisfeito com aquilo que tenho.

Mas ainda estou para perceber o que é que você tem que os outros não têm... Tem de ter qualquer coisa, senão muita gente teria feito aquilo que você fez...

Eu acho que é muita dedicação e profissionalismo. Na minha exploração,

cada sector tem as suas contas: o sector dos ovinos tem as suas contas, o sector do tabaco tem as suas contas, o olival tem as suas contas, e em todos eles eu consigo ver onde é que ganho ou perco.

Qual é o sector mais rentável?

Ultimamente nestes sectores a que me dedico não tenho perdido dinheiro e, por isso, tenho apostado neles. Tenho empenhado um profissionalismo grande em todos eles e tenho ganhado dinheiro neles todos. É muito difícil escolher “o mais”. Tem sido um acumular um bocadinho de um lado, um bocadinho do outro, e assim se tem conseguido amealhar.

O mais rentável nestes últimos anos foi o tabaco. É claro que ultimamente já não o tem sido.

Mas entre o azeite, as ovelhas, a floresta, etc, qual destas actividades é a mais rentável?

Os ovinos representam na exploração mais de 40%. A queijaria em Vila Velha de Ródão é à parte. Somos três sócios – eu, o meu pai e a minha irmã – que são as mesmas pessoas praticamente que estão aqui na exploração. Mas como empresas são coisas diferentes.

de ovelhas abaixo do que eu mencionei. E quando acabarem com certos apoios vai ser ainda mais complicado.

Se de repente acabassem os prémios para as ovelhas?

Muito poucas explorações se manteriam. Só mesmo aquelas que estejam muito bem equipadas poderiam ter algum sucesso. Todas as outras duvido que se aguentassem. O preço de venda dos ovinos é o mesmo de há oito, nove ou 10 anos atrás. E os factores de produção aumentaram drasticamente. No caso do leite, ele chegou a ser vendido a 200 ou 220 escudos. Hoje em dia, duvido que aqui alguém o venda a mais do que 160 escudos, 80 cêntimos, portanto.

Mas vocês não podem diminuir a produção de leite e queijo com o objectivo de subir o preço de venda?

Não, porque na actualidade há cada vez mais fartura e cada vez temos menos pessoas, porque realmente com a taxa de natalidade a diminuir cada vez temos uma população mais envelhecida. Há alguém que me tem dito sempre, a última vez foi agora na Feira dos Queijos em Alcains: “cada vez que um velhote morre é menos um queijo que se vende”.



E que sugestão daria ao pessoal que queira vir entrar na área? Porque toda a gente diz que a agricultura não dá nada, que a agricultura já morreu, mas depois a gente vê que no meio do deserto há oásis...

Sim, há explorações onde foi feita muita coisa de bem.

É a agricultura que é menos rentável hoje do que era no passado ou os agricultores hoje não podem viver com os rendimentos que a agricultura dava no passado? Quer dizer, os agricultores do passado viviam de uma maneira e se calhar não precisavam de muito dinheiro para viver como viviam. Hoje os agricultores, e sobretudo aqueles que têm formação académica, já precisam de um rendimento muito maior?

Sim, hoje é diferente. Se não tiramos rentabilidade, um ordenado equivalente ao que eu ganharia se desempenhasse uma outra profissão qualquer, as pessoas simplesmente desistem desta vida. Mas muitas vezes se tem vestido a camisola também a esse nível. Talvez também seja este um dos factores de êxito da exploração. Houve vários colegas meus que desistiram quando as dificuldades começaram a surgir e foram procurar rentabilidade para outros sectores. Actualmente, todos nós procuramos a melhor situação de vida.

Hoje em dia, uma exploração com menos de 400/500 ovelhas e que precise de pagar salários é muito difícil aguentar-se com um número

Será que não há aqui uma margem e um esforço a fazer para atingir outros mercados?

Esta é uma questão com a qual me tenho preocupado realmente. Eu tenho tentado exportar alguma coisa.

Eu não tenho dúvida que nós não vendemos por falta de qualidade dos produtos. O problema está na falta de capacidade de organização de certos projectos. As pessoas sozinhas devem empenhar-se nas suas explorações, mas depois só isso não chega. É necessária uma organização de todos os agricultores para que juntos possamos conquistar o mercado. Eu acredito nesta via. E na ideia de fazer uma loja onde se coloquem toda uma série de produtos agrícolas que vendam directamente ao consumidor. Quando chegarmos a este ponto vamos ter o nosso problema resolvido. Porque todos nós produzimos, não está é garantido o escoamento dos nossos produtos. É a realidade. É fundamental uma organização conjunta dos agricultores. Só que, de cada vez que nos tentamos organizar, há sempre alguém que tenta furar o esquema. Ou há sempre alguém que vem dizer que “isto não dá”. Depois também há pessoas com interesses em que a coisa não dê certo e não ande para a frente. ☘

AFIRMAÇÃO DE Nuno Megre

Engenheiro Técnico Agrário ou Regente Agrícola (como o próprio se intitula), empresário agro-pecuário natural e residente em Lisboa, com actividade na Freguesia de Proença-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova. Numa propriedade de 700 hectares, herdada da família, dedicada à criação de gado ovino, pastagens complementares e florestas, esta última componente na posse da Celtejo.

"A agricultura evoluída não gera empregos directos"

Texto e Fotos:
Camilo Mortágua

Quais as suas perspectivas em relação ao novo Programa de Desenvolvimento Rural 2007/2013?

Eu acho que há um equívoco muito grande em relação à definição deste Plano de Desenvolvimento Rural. Para já ele é contraditório e tem muitos aspectos que são incoerentes relativamente à caracterização que se estabelece e que se faz das condições agrícolas do País. Acho que há uma sobrevalorização, uma avaliação quer técnica quer agronómica errada das verdadeiras potencialidades da agricultura. E forma-se o PDR pondo em foco a competitividade – e aqui é que eu tenho sérias dúvidas. E todo o PDR é construído nessa óptica, realçando o factor da competitividade quase como o factor mais importante e de maior peso. Agora, a competitividade denota boas intenções. Toda a gente quer ser competitivo. O problema é que a competitividade denota também um desconhecimento profundo da realidade agrícola e dos factores que condicionam negativamente essa actividade. Quando o actual ministro fala de competitividade, fala de competitividade em função do mercado e através do mercado. A competitividade de uma exploração pode ser realizada através do mercado e em função do mercado, mas pode ser feita através de uma outra componente que a sociedade tem de começar a aceitar, assente nos critérios ambientais, na preservação do ambiente, da paisagem e da biodiversidade, preservação do solo, a questão do carbono e a produção de oxigénio, que é o que faz a agricultura.

Não só em Proença-a-Velha, como nas outras freguesias em redor, têm-se verificado perdas galopantes de população. Em volta daquelas freguesias o que há é terra, mas o que se faz nessas terras não lhes dá emprego! Que fazer?

Eu penso que esse é um problema que não é de agora, é um problema que se arrasta há mais de 40 ou 50 anos, em que a maior parte da agricultura estava num mercado extremamente proteccionista. Nós tínhamos as fronteiras fechadas, tínhamos preços políticos para o pão ou para campanha do trigo em 1950, a seguir à II Guerra Mundial. E a agricultura começou a não ter capacidade para poder remunerar as pessoas que ali viviam. A agricultura mesmo assim vivia de uma mão-de-obra extraordinariamente barata e começou a acontecer a emigração para França, para o Luxemburgo, para a Alemanha, para todos os lados... As pessoas começaram a abandonar a Região porque ali não tinham perspectivas de poder. E depois há aqui uma questão: a **agricultura desenvolvida não gera emprego directo**. Quanto mais desenvolvida é a agricultura, menos mão-de-obra activa emprega. O que a agricultura gera é

empregos a montante e a jusante da actividade agrícola. São as empresas que prestam serviços à agricultura, aos agricultores e às explorações agrícolas, vendendo factores de produção, equipamentos, rações, adubos, etc., e depois é tudo aquilo que está a montante que são as agro-indústrias e tudo o que lhe está associado, e que representa, parecendo que não, uma economia que, se for uma agricultura desenvolvida, vai permitir a sustentabilidade dessas Regiões. Se calhar é uma situação irreversível e dou-lhe um exemplo que eu conheço: Penamacor em 1952 tinha 18 mil habitantes e actualmente tem cerca de seis mil. Não poderá ser com certeza somente a agricultura e tudo o que está a montante e a jusante da actividade agrícola que poderá evitar o êxodo das populações. Terá de haver com certeza outras coisas ligadas ao turismo e a outros sectores da economia que poderão eventualmente estancar esse êxodo da maior parte dessas Regiões. Nós olhamos para certas freguesias que há ali naquela zona, nomeadamente em Proença, onde provavelmente a escola está fechada, e não há crianças e a aldeia tem cerca de 100 a 120 pessoas em que a maioria tem para cima de 60 e tal anos. Vai ser muito complicado inverter essa situação.

Por outro lado, se alguém quiser fazer um bom empreendimento, moderno, tem mão-de-obra...?

Esta questão da mão-de-obra às vezes também é algo subjectiva, porque a agricultura desenvolvida não gera emprego directo. Agora, nós temos, nomeadamente na agricultura de regadio, uma possibilidade maior de ocupar mão-de-obra. Mas, infelizmente, o grande problema é que nós regamos uma área que, no País inteiro, se calhar representa somente 15 por cento da superfície agrícola útil (SAU). E as possibilidades de virmos a regar mais, com o Alqueva e com mais algumas obras que se possam fazer de regadio, muito dificilmente ultrapassará os 20 por cento da superfície agrícola útil. Os outros 80 por cento são as zonas do



sequeiro, onde as possibilidades, quer por questões climáticas quer pela capacidade de uso dos solos, e as alternativas são extremamente reduzidas.

Mesmo no regadio as culturas que se podem fazer não são geradoras de emprego?

Não é isso. As culturas que se fazem são geradoras de emprego. Nomeadamente no olival, nas horticulturas, têm até uma mão-de-obra intensiva. E nós temos de levar em linha de conta que, para se ser competitivo, é necessário equipamento evoluído. Quanto mais evoluído se é, menos mão-de-obra é necessária.

Põe-se o mesmo caso quando há uma hortofloricultura com transformação local?

Isso era o que eu falava há bocado: da possibilidade de a montante e a jusante da actividade agrícola criar esse emprego que a agricultura desenvolvida permite gerar, que, se calhar, não gerava numa agricultura subdesenvolvida.

Mas, em sua opinião, porque é que quando se fala em alternativas possíveis ao tabaco, sobretudo em alternativas a culturas de regadio, as hortofrutícolas, os legumes e a transformação não são apontadas como soluções e as pessoas fogem?

Tenta-se eleger, como no passado, fileiras estratégicas e sectores competitivos. Agora assenta no olival, nas hortofrutícolas e na vinha. Eu penso que a competitividade não depende de sectores. A competitividade depende de factores, quer estruturais quer conjunturais, nomeadamente a dimensão das explorações, a capacidade de uso do solo, as condições climáticas das Regiões, a disponibilidade de água para rega, o custo da mão-de-obra, o custo dos factores de produção, a maior exposição que têm determinados produtos aos mercados internacionais, a capacidade técnica e de gestão do agricultor e o seu nível de vida, entre muitas outras coisas. Se eu tiver dois mil hectares

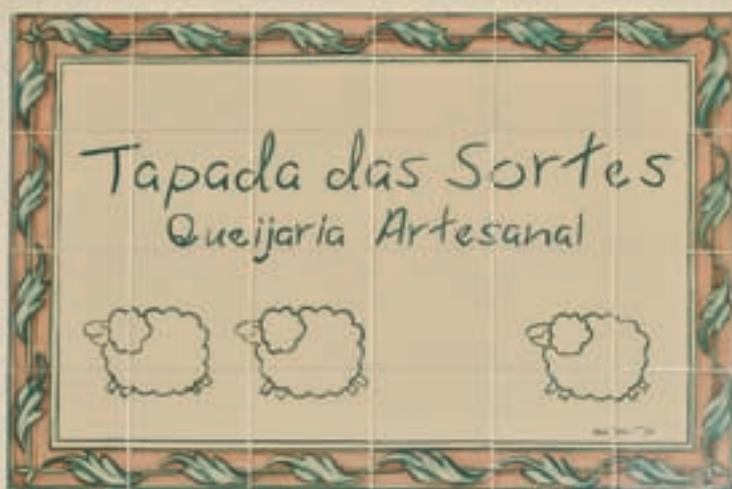
com ovelhas, sou mais competitivo do que se tiver um hectare com vinha. Ou seja, tenho dimensão. A estrutura fundiária média em Portugal anda na ordem dos 10 hectares e isto provoca grandes constrangimentos, quer ao desenvolvimento de algumas explorações agrícolas quer à possibilidade de ela ser competitiva. Nós temos de ter a noção de que a agricultura é condicionada por factores que o Homem não controla nem altera, nomeadamente os factores edafo-climáticos e a capacidade de uso dos solos, que pode alterar-se e melhorar-se – uma das coisas é a disponibilidade de água para rega. A rega é um factor de competitividade enormíssimo nas nossas condições edafo-climáticas. Só que nós apenas regamos cerca de 20 por cento da superfície agrícola útil, como referi há bocado, e o que está a acontecer é que com as novas medidas político-agrícolas que estão para sair neste PDR marginalizam 80 por cento da superfície agrícola útil, porque toda a construção do PDR está baseado na questão destes três sectores estratégicos e, portanto, marginaliza toda a área de sequeiro do País que são cerca de 80 por cento da superfície agrícola útil, sem alternativas. É que onde eu faço vacas e ovelhas, aquilo não tem condições para eu fazer mais nada. Aliás, eu até sou de opinião que aquilo não tem condições para fazer ovelhas. As ovelhas e as vacas é que conseguem tirar algum aproveitamento das fracas condições que nós temos.

Portanto, toda a sua abordagem deste problema está condicionada pela questão fundamental: sequeiro ou regadio?

Fundamentalmente. Eu penso que o regadio e a disponibilidade de água para rega são um factor de competitividade com um peso muito grande.

Então o que é que se poderia fazer? Se é que alguma coisa é possível fazer... O que é que se poderia fazer para que o sector agrário pudesse dar uma contribuição maior?

Hoje em dia, no cenário actual da globalização dos mercados e das imposições no seio da OMC (Organização Mundial de Comércio), eu penso que a agricultura portuguesa sem protecção nunca poderá ser competitiva e muito menos sustentável. A agricultura portuguesa terá de ser uma agricultura não exclusivamente de produção, mas uma **agricultura multifuncional**. Uma agricultura **multifuncional** é uma agricultura que, além de produzir bens alimentares, presta um serviço à sociedade. Ocupa o espaço rural, mantém o ambiente e a paisagem, mantém a biodiversidade, protege o solo, tem a questão da fixação do carbono, etc. Ou seja, produz oxigénio e ocupa o espaço rural. ☘



Jorge Silva, o "fazedor" das:

Caganitas de Alcains



Já nos disseram que o Senhor é natural da Moita. Então diga-nos lá como veio produzir "caganitas" para Alcains.

Sempre gostei de agricultura, embora não tenha raízes na agricultura, e vim estudar para a Escola Superior Agrária de Castelo Branco.

Os seus pais faziam o quê?

O meu pai era um operário da Setnave e a minha mãe era doméstica. Depois lançaram-se como empresários do ramo da hotelaria. A minha vida antes de vir para aqui estudar era no ramo da hotelaria – restaurantes e cafés. O meu primeiro contacto na agricultura foi mesmo na Escola Agrária.

E porque é que veio estudar para a Escola Agrária?

Quando acabei o 12º ano, inicialmente, a ideia nem era continuar a estudar, mas depois decidi que só continuaria a estudar se ingressasse numa coisa de que gostasse. Depois de uma reunião com a psicóloga de acompanhamento escolar, onde lhe disse que gostava de agricultura e de animais, ela aconselhou-me este curso. Candidatei-me e entrei para a Escola Agrária. Ainda me lembro que, quando cá viemos, achámos que isto era muito longe e que tinha muitas pedras. Ficámos desiludidos, nunca eu imaginei que cá vinha parar. Tirei o curso de Engenharia de Produção Animal.

Acabada a escola...?

Acabada a escola, já conhecia a minha mulher da Escola Agrária, ela também estudava

lá, quando entrei já ela estava no terceiro ano, começámos a namorar. Ainda estivemos uns meses em que eu estava na Moita e ela cá em Alcains, só aos fins-de-semana é que éramos casados. Só depois vim para Alcains. Larguei o trabalho no Montijo numa sexta-feira e comecei a trabalhar aqui logo na segunda-feira a seguir. Mas encontrei aqui uma Região muito diferente. No Montijo eram porcos e vacas leiteiras e só aqui é que tomei contacto com as ovelhas.

Portanto, só aqui é que conhece as ovelhas e um belo dia resolve dedicar-se a elas!

Quando comecei com as ovelhas foi por brincadeira. Comprei a quinta e até era para fazer uma casa, não era para fazer uma exploração. A minha quinta tem 11 hectares e meio, depois arrendei mais um bocadinho ao lado com quatro hectares e tal e agora é que arrendei uma parte grande. Já comprei a quinta há oito ou nove anos. Pouco tempo depois comecei com as ovelhas, mas só por brincadeira. Eram só umas poucas ovelhas que me deram. Os produtores, os meus clientes de rações, davam-me ovelhas e aquilo era a brincar. Assim mais a sério foi antes de fazer o projecto. Mas já estou a dar um salto muito grande no tempo.

Voltando atrás, quis sair das rações e consequi trabalho na Cooperativa de Produtores de Queijo de Alcains. Estive lá durante dois anos. Foi aqui que eu aprendi a fazer queijo. Entretanto, pensei que ou se fazia uma coisa a sério na quinta ou então mais valia acabar com ela. Foi quando aumentei o número

de ovelhas. Empenhei-me na procura de ovelhas de melhor raça, comprei borregas pequeninas que foram criadas na quinta a biberão, tal como estão a ser agora as cabras. Também tinha comprado carneiros "Lacone" e, então, as crias já começaram a sair com produções jeitosas, como quem diz, porque na altura ainda não ordenávamos. Só começámos a ordenhar depois de fazermos o projecto, há sensivelmente quatro anos. Fiz primeiro um projecto de instalação como jovem agricultor e a partir daí é que vieram todos os investimentos por acréscimo. Aumentou-se e melhorou-se o rebanho e o maior investimento foi a queijaria. Pelo que me apercebia pela vida dos meus clientes, comecei logo a ver que, com os custos de produção que eu tinha com áreas pequenas, as ovelhas eram praticamente tratadas à manjedoura (pronto, pastam todos os dias, mas é um regime semi-intensivo), ou seja, vivem muito das forragens que compramos e de concentrados, e, portanto, com os custos de produção que tinha, só a vender o leite não tinha hipótese de me manter. A única maneira de viabilizar o projecto – e foi este o projecto que apresentei ao IFADAP – era fazer um projecto que contemplasse o ciclo completo, desde a ovelha até ao consumidor.

Ou seja, vender o seu queijo, mas não ao intermediário...

Exacto, não vendo a intermediários. A minha produção é vendida em 60 ou 70% directamente ao consumidor.



Texto e Fotos:
Camilo Mortágua

Você dedica quantas horas à sua actividade diariamente?

Essa é uma pergunta difícil. Eu dedico-me todos os dias e a toda a hora à minha actividade, mas na exploração passo talvez cinco ou seis horas por dia, o resto é para a comercialização.

Portanto, tem empregados...?

Tenho. Tenho dois empregados, uma senhora a tempo inteiro e outro a meio tempo.

Você nunca ouviu dizer aqui pela Região que a agricultura não dá, que não vale a pena apostar neste sector...

Todos os dias oiço essa conversa dos meus clientes, vejo um cenário um pouco negro.

Se todos os dias ouve essa conversa, porque é que se meteu no negócio das ovelhas?

Olhe, porque gosto e porque acho que fazendo o ciclo completo a actividade é rentável (claro que isso implica mais mão-de-obra, implica mais custos).

Mas normalmente os produtores vendem mais caro do que nas lojas...

Não é isso. Vendem mais caro, porque é aquela história do consumidor que se vê que está bastante interessado no produto e aí aproveita-se para pedir mais algum dinheiro. Mas o que é certo, e digam o que quiserem, é que quem vende (e a maior parte dos produtores vende a intermediários), vende a preços baixos. Os preços estão muito baixos. Os intermediários é que vão vender a lojas e as lojas depois é que vendem ao consumidor, e o preço final fica altíssimo. E a minha ideia, desde o início dos meus projectos, é abrir uma loja mesmo minha, não aqui em Alcains, porque aqui não consigo acrescentar essa mais-valia (eu aqui já consigo vender, mesmo sem ter loja), mas num meio urbano, em Castelo Branco ou noutra cidade.

Quanto é que custa uma “Caganita de Alcains”?

Agora custa 1 euro e meio. As “caganitas” (Miniaturas do Queijo de Ovelha de Alcains), pelo seu tamanho e tempo de cura, são um bom produto que se vende muito bem. Antigamente era um bocadinho mais barata. Quando se diz que isto está mal, é verdade. Se nós formos vender o leite, com o decréscimo constante do preço do leite, nem toda a gente consegue produzir leite abaixo do preço a que o vende. Mas acho que se conseguirmos produzir queijo e conseguirmos vendê-lo o mais à frente possível da cadeia, a um consumidor que seja o último da cadeia, aí vamos conseguir ter rentabilidade. É diferente vender a um consumidor que está próximo do produtor do que vender a um que está longe do produtor. E a gente vê que os queijos chegam ao consumidor do meio urbano muito caros. Por exemplo, um queijo à ovelheira aqui da Região chega a 17 euros ao consumidor, enquanto nós aqui vendemos a 11 euros e meio ou 12 euros. Os meus queijos não chegam ao quilo, são mais pequenos. É muito difícil hoje em dia vender queijo de quilo. Mas, se for vendido a um intermediário é ainda pior, o queijo de ovelha é capaz de ser vendido a nove euros e meio (já é bom) e chega ao consumidor por 17 euros. Se nós conseguirmos vender directamente ao consumidor já não digo por 17, mas por 14 ou 15 euros, já há muito lucro. Eu acho que aqui toda a gente sabe produzir muito bem, isso não se pode apontar. Toda a gente sabe fazer leite, toda a gente sabe fazer queijo. Acho que o problema é que os produtores não têm sabido vender. Acho que onde estamos atrasados é na comercialização.

A quejaria, as ovelhas e a sua actividade, uma vez liquidados os encargos de investimento (atenção que eles nunca acabam...), dão para levar uma vida decente?

Não dá para uma vida de luxo, mas dá para tirar um ordenado para mim de acordo com o que eu trabalho. O senhor acha que não dá?

Eu não sei. Portanto, diz-me que dá... E à partida, quando começou esta actividade, tinha o quê? Tinha dinheiro, tinha propriedades?

Não tinha nada.

Então porque é que os jovens que andam por aqui na Região não fazem o mesmo que você fez?

Algumas pessoas ganham dinheiro. Toda a gente se queixa, mas lá está, nem toda a gente pode fazer aquilo que eu fiz e oxalá que nem toda a gente faça, porque aí estava eu tramado. Quando digo que dá para tirar um ordenado, muitas vezes não é o que muitas pessoas pensam, não se ganha muito dinheiro. Mas esta actividade da agricultura de ovelhas de leite, com este mesmo modelo que estou trabalhar, é viável, dá para tirar um ordenado. Agora, as pessoas queixam-se, porque ainda estão a trabalhar no modelo de quando o leite de ovelha valia 200 escudos. E hoje já não vale isso.

Dá para tirar um ordenado para o carrinho, para umas férias, etc.?

Sim. Aliás, essa é a minha filosofia. Na minha exploração agrícola, todos nós temos férias, todos nós temos dias de folga. A ideia da agricultura, para mim, só faz sentido assim. Apesar de ser uma actividade que necessita diariamente de alguém e durante muitas horas por dia, tem de se assemelhar o mais possível com qualquer outra actividade. ☘



*João António Vicente Barata,
55 anos*

“A ser verdade aquilo que as pessoas pensam, os agricultores portugueses hoje estavam todos milionários”

*Texto e Foto:
Filipa Minhós*

Nasci filho oriundo de agricultores, em Alcains. Aos 14 anos aprendi a arte de serralheiro civil. Entretanto, aos 15 anos, fui estudar e tirei o curso industrial de formação de serralheiros. Aos 20 anos, cumpro o serviço militar obrigatório. Fui furriel miliciano, mobilizado para a Guiné e estive lá durante alguns anos. Em 1974, regresssei em Setembro, em Dezembro casei. Ainda estive um mês a trabalhar na oficina de serralharia, mas sonhava um bocadinho mais alto e comecei a trabalhar no matadouro de Alcains até 1985. Fui chefiar a parte da manutenção da actual Oviger (ex-Consal). Nesse ano, lá estava o bichinho da minha infância a despertar... Surgiu a oportunidade de vir para este Monte e já vai fazer 22 anos que aqui iniciei a minha actividade a título principal. Dos meus seis filhos, dois já nasceram aqui.

Qual a sua situação aqui no Monte da Marateca?

Eu aqui simplesmente sou rendeiro, não sou dono da propriedade. De uma maneira geral, quem trabalha a terra não tem poder económico para a ter, não lhe é facilitado esse poder

económico na altura de força e de idade para a pessoa se aventurar num bom empreendimento e num bom investimento.

E é claro que as pessoas também não se sentem motivadas a trabalhar e a desenvolver uma coisa que não é delas. A política da agricultura devia encaminhar-se no sentido de haver projectos elaborados com dinheiros emprestados da banca, no sentido de ajudarem as pessoas que gostam de trabalhar a terra a criarem um património e uma propriedade que pudessem ser desenvolvidos em moldes modernos.

Quais são os sectores agrícolas desenvolvidos na propriedade?

Ao todo são 280 hectares, segundo o RPU, e eu estou exclusivamente virado para a produção de leite e exploração de ovinos. O efectivo ronda os 650 animais, que eu tenho vindo a melhorar desde que para cá vim. Mas não há grandes incentivos para as altas produções. Produzir para quê, para quem e como? O que eu tento aqui é tirar o máximo partido da terra, dentro das condições existentes. É um sistema extensivo, as ovelhas andam no campo durante todo o ano e vão sendo beneficiadas através do tratamento de algumas rações. Também faço alguns cereais virados para a exploração.

As ovelhas são só de leite. Mas também têm uma boa carcaça de borrego, dão um borrego por ano, em média. Neste momento, tenho apenas um trabalhador fixo, o restante é feito por mim e pela família. Se, neste momento, eu tivesse de meter mais dois funcionários, tinha de fechar a porta, porque não conseguia sobreviver.

Considera que a agricultura continua a ser um sector vital?

Toda a gente sabe que, se deixar de existir agricultura, vamos ter uma mata contínua, de norte a sul do País.

Antigamente não havia incêndios. O que havia era mais agricultura nessas zonas, que hoje são matas. Havia lá mais pessoas, havia pessoas que faziam lá as suas hortas e havia descontinuidade das matas. Hoje, essa descontinuidade, em algumas zonas, quase que não existe, permitindo a fácil propagação das chamas. As condições de subsistência e as exigências de hoje já não são as mesmas de antigamente. **Ou se consegue dignificar a profissão de quem trabalha a terra, de quem é agricultor, ou as pessoas evidentemente que recorrem a outros meios para sobreviver.** O que é caricato no meio de isto tudo é que, através do que vemos e ouvimos na comunicação social, há uma aversão aos subsídios que os agricultores recebem. **A ser verdade aquilo que as pessoas pensam, os agricultores portugueses hoje estavam todos milionários.** E a realidade não é essa.

Só consegue estar na agricultura realmente quem goste mesmo de agricultura. É uma vida de muito sacrifício e baixo rendimento. E o que se tem verificado é que, quando havia incentivos para a formação de jovens agricultores, isto há cerca de 20 anos, apareceu uma onda de jovens agricultores que vieram trabalhar para a terra. Mas desses poucos sobreviveram. É uma profissão desgastante e a compensação não é suficiente. ☼



Engenheiro Bernardino

“Não apenas desenvolvimento florestal... mas sim Desenvolvimento Rural Integrado”

*Texto e Foto:
Camilo Mortágua*

AFIRMAÇÃO PEREMPTÓRIA DO ENGENHEIRO JOSÉ BERNARDINO CARDOSO DIAS, CHEFE DO NÚCLEO FLORESTAL DO PINHAL E BEIRA INTERIOR.

Senhor Engenheiro, como é que o sector florestal em geral, e as florestas em particular, podem ajudar a diminuir o despovoamento e a desertificação dos nossos espaços rurais?

Hoje temos uma noção muito abrangente do nosso trabalho. Preocupamo-nos com o “**espaço rural**” e não apenas com os espaços florestados. Queremos trabalhar com as pessoas de forma construtiva e ser capazes de as cativar e motivar para uma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Temos que ser capazes de disponibilizar aliciantes motivadores de uma nova confiança no trabalho rural, começando pelos económicos. Como podemos fazer isso? Agilizando os instrumentos ao nosso dispor como as ZIFs (Zonas de Intervenção Florestal) e potenciando várias coisas:

A primeira é **proteger a floresta contra os incêndios**. Temos que voltar a fazer com que as pessoas se sintam seguras no meio rural, estão sendo feitas obras neste sentido.

A segunda é **potenciar desenvolvimento**. Mas... o que é isto de potenciar desenvolvimento? É assumir a floresta com área florestal dentro do espaço rural, numa perspectiva mais lata, mais geral. Quando falamos de floresta, temos sempre a desvantagem de falar de investimentos com retorno a médio e longo prazo. Nesta zona em particular, quais as espécies florestais com expressão significativa para economia da BIS...? Temos o pinheiro, o eucalipto, o sobreiro e a azinheira. Se analisarmos alguns números sobre a rentabilidade destas quatro espécies temos que o pinheiro bravo está instalado numa zona mais desfavorecida de difícil orografia e, salvo raras exceções, os rendimentos obtidos não são muitos. O sobreiro, que começa a ser importante como actividade económica, só permite colecta das mesmas árvores de nove em nove anos. A azinheira tem de ser olhada essencialmente numa perspectiva ambiental. Finalmente, resta-nos o eucalipto, que é o curto prazo em termos florestais. Embora seja uma opção ecologicamente menos boa, a verdade é que o eucalipto continua a ser o mais curto prazo em matéria de produção de material lenhoso.

Porém, temos que considerar que a floresta é parte do espaço rural, não podendo limitar-se apenas à produção de material lenhoso. Há toda uma série de produtos e bens associados à floresta e às actividades florestais que, se bem explorados e valorizados, serão importantes potenciadores de desenvolvimento pelos curtos espaços de tempo que medeiam entre o trabalho e o rendimento.

A caça, a pesca, a apicultura, os cogumelos, os percursos turísticos, a recolha de ervas aromáticas e medicinais, a limpeza e o aproveitamento da biomassa para a produção de energia, em articulação com as actividades da agricultura e da pecuária, devem concorrer para fluxos mais constantes de rendimentos susceptíveis de cativar mais pessoas. Se não conseguirmos motivar as pessoas pelo lado económico, dificilmente seremos capazes de o fazer de outra maneira.

Ao referir-se às Florestas, integra-as, como é óbvio, no espaço rural.

Porque será que quando falamos com empresários agrícolas eles se referem sempre à “agricultura”, sem nunca se referirem ao contexto espacial em que a sua agricultura se faz?

Eu penso que as coisas estão a mudar, mais do que nas definições e na forma como definimos as coisas, estamos a alterar atitudes e práticas no bom sentido. As pessoas começam a perceber que isoladas não vão a parte nenhuma. São raras as explorações somente agrícolas ou florestais, ninguém é só uma coisa e ainda bem. O futuro passa por alargar o leque de actividades mesmo para além das actividades agrárias, diversificar ao máximo as fontes de rendimento das famílias que optem por viver nos meios rurais. ☼

Bio-Agro-Cultural
Luís Coutinho e Graça Passos

Texto e Fotos:
Camilo Mortágua

“Percebemos que esta era a nossa vida, juntar a vertente agrícola com a vertente cultural”

Luís Coutinho: Desde sempre, que eu e os meus pais fazíamos aquela agricultura de fim-de-semana, que era a possível, dado que o meu pai não era agricultor, e que era penosa no fundo, trabalhar aos domingos, nos feriados, nas férias...

A partir dos meus 18 anos, vinha a Vila Velha de Ródão às vezes, estava cá alguns dias, consoante as disponibilidades e as necessidades, mas só nos anos 90 é que realmente me mudei de armas e bagagens para aqui, e aí passámos a fazer disto uma casa de família, permanente.

Sou casado, tenho um filho, quando viemos para cá ele já tinha três anos, hoje tem 16. Viemos por um conjunto de razões. Era importante pegar na casa agrícola de uma forma mais intensa, era toda aquela fase das candidaturas e dos projectos, ou se tomava o comboio ou se largava... Agricultura de fins-de-semana já não dava. Mesmo quando estamos presentes as coisas já não correm como queremos, quanto mais ausentes...

Outro motivo da vinda foi o projecto do CENTA (Centro de Estudos de Novas Tendências Artísticas), que coincide com o projecto que fizemos em 1989, cuja proposta era a criação de actividade cultural neste espaço e que contou igualmente com o apoio do Inspector Baptista Martins, presidente da Câmara de então, que o considerou desde o início um projecto interessante e com força para a Região e para o País. Nesta altura ainda não era o CENTA, foi apenas um projecto que, mais tarde, veio a originar a criação do CENTA. Depois entra nisto tudo a Graça Passos, que é a minha mulher. Aliás, foi com o CENTA que eu a conheci melhor e, no fundo, foi com o CENTA que nasceu a minha família agora directa.

Todos estes projectos só fariam sentido se viéssemos para cá, só assim poderiam haver projectos no CENTA mais contínuos e não somente uma acção por ano como fizemos nos primeiros anos – em 89 (projecto de nova dança), 90 (projecto de teatro que envolveu a vila toda), 91 e 92 -, e só a partir daí então passámos a ter uma programação anual contínua. A partir daqui, percebemos que era um pouco esta a nossa vida, a de juntar a vertente agrícola com a vertente cultural. A minha mulher era efectiva em Lisboa do Ensino Secundário, era fácil pedir transferência para aqui, de modo que conseguiu-se conciliar tudo e para mim também foi bom.

Portanto, a minha mulher está cá e é professora de Ciências /

Biologia na Escola Secundária de Vila Velha de Ródão e é directora do CENTA. E é com esta estrutura que se tem desenvolvido todo um trabalho também nessa área. Ainda em relação à minha esposa, convém dizer que a área que lecciona não é área artística, mas sim Ciências, mas tem algum currículo nas artes desenvolvido em Lisboa, em termos de direcção de galerias, etc.

Viver: Passemos agora à agricultura...

Esta é uma propriedade só, ou melhor, são duas quase pegadas, uma é esta em que estamos aqui, onde está o monte e onde fazemos o regadio, são 20 e tal hectares, e depois temos as zonas da charneca, com os olivais e o montado de sobro na fronteira com o Rio Tejo, com cerca de 250 hectares. Ao todo, não chega aos 300 hectares. É uma propriedade de família, aliás não é minha, é do meu pai, eu sou o gestor, estou a gerir o património da família, é essa também a minha motivação. No fundo, é quase uma responsabilidade, no sentido em que achei que teria de ser eu a assumir essa continuidade da exploração agrícola na família. Esta herdade foi comprada pelo meu bisavô em 1900 ou 1905, chegando até nós por herança, aquelas coisas normais das partilhas ao longo das gerações.

Início a minha actividade como agricultor com um projecto de instalação de jovem agricultor.

Nessa altura, decido que tínhamos de pegar a sério nisto ou então não era possível manter. Então, eu faço aquele curso de jovem agricultor e início actividade agrícola. Isto foi em 1989.

Esta é uma propriedade que, basicamente, como quase todas as propriedades da Região, tem um olival, neste caso com cerca de 100 hectares, depois o resto é pastagem. Alguns terrenos de sementeira, floresta, montado de sobro e, portanto, o que havia a fazer era manter isso, manter o efectivo pecuário, temos ovelhas, embora hoje tenhamos menos – um rebanho de 200 cabeças em números redondos, mas já tivemos 400. Mas temos sofrido ataques de cães selvagens, que só no fim do ano mataram



cerca de 50 ovelhas, enfim as coisas normais. É como eu costumo dizer: nós aqui na agricultura estamos a saque completamente. Somos roubados nos subsídios, somos atacados pelos cães selvagens, temos de ter cuidado com os assaltos de quem for, enfim, temos de fazer os papéis todos... Por isso, é que a agricultura é um stress enorme. O melhor conselho que eu dou é que quando alguém não quer stress, então não venha para o campo, mais vale ir para a cidade (risos).

Depois temos ainda uma coisa interessante, que me dá imenso trabalho mas muito gozo, que é um lagar de azeite que, no fundo, todas as herdades tinham antigamente. É um lagar tradicional dos anos 50, que o meu avô construiu com um sistema muito moderno para a altura, a partir de um outro lagar mais antigo que lá existia, o que nós chamamos de Lagar Velho, portanto, era o lagar do meu bisavô, que tinha ainda as pedras cilíndricas utilizado para o bagaço.

No fundo, tínhamos estas opções culturais e tínhamos o lagar. Esta é uma herdade pequena, 300 hectares somente. Havia que saber aproveitá-la muito bem para ser minimamente viável. Depois temos uma área de construção grande, que é difícil de manter - são os telhados, são os canos, é o saneamento básico que não existe e que a pessoa é que tem de tratar de tudo, foi a ETAR, de tudo isso sou eu que trato. Porque penso que um agricultor, realmente, e é uma noção já de alguns anos e a mais correcta, é o gestor de um espaço, não é só criar ovelhas, ou fazer azeite ou vinho, é também zelar pelo ambiente, zelar pelo espaço arquitectónico, ou seja, espaço construído. E há uma coisa com a qual nós temos aqui sempre muito cuidado e a que eu sou bastante sensível: a preocupação em não descaracterizar os espaços. Acho horrível. Quer dizer, já morar isolado e no campo ainda vá que não vá, mas se fosse num espaço descaracterizado, isso nunca.

O lagar funciona?

O lagar funciona. É onde moemos a nossa azeitona e mais alguma pouquinho de alguns familiares e amigos que são produtores biológicos e que os incentivei a que reactivassem os olivais. Mas 90 por cento da azeitona que é moída é a nossa, aqui da Tojeira. É a partir desta azeitona que sai o azeite de produção biológica, a pasta de azeitona e a azeitona de conserva, os três produtos biológicos a cuja comercialização nos dedicamos.

Também faz conserva?

Fazemos um bocadinho de azeitona de conserva e também a pasta de azeitona - um paté de azeitona, que fomos nós que começámos aqui em Portugal. Em

Portugal não há tradição de patés de azeitona, que é um disparate, porque nós somos mediterrânicos, mas depois nunca temos como os espanhóis, os italianos e os gregos essa panóplia de produtos, desde o tomate seco à beringela em calda ou à azeitona nos bares. Quer dizer, nós somos um povo conservador no mau sentido...

Conservador, imobilista, cinzento, invejoso e mesquinho. São pelo menos cinco adjectivos que me lembro assim de repente para caracterizar este povo. E, por isso, o País não pode avançar muito, não é? Todos os nossos governantes, todos os nossos dirigentes, todos os nossos responsáveis seja do que for, nós próprios somos reflexo do povo que somos, deste povo luso, enfim, deve ser esse o problema.

No azeite as coisas melhoraram?

Melhoraram, com bastante trabalho de várias pessoas. E está a passar-se no azeite aquilo que se passou no vinho. Hoje temos muitos azeites de muitas marcas, azeites por Região, azeites por variedade, monovarietal e não monovarietal, muitos provadores, e concursos e provas, e as coisas deram um salto enorme. Felizmente que não foram só as auto-estradas a melhorar aqui a Região, embora continue a concordar que foi o melhor investimento aqui para a Beira Interior. No entanto, já dizia, num colóquio realizado há muitos anos pelo Inspector Baptista Martins, uma professora: "as auto-estradas servem mais para levar do que para trazer". E é verdade. Mas, pronto, para nós que cá estamos, e para nós que viemos e ficámos, é bom, porque rapidamente também temos acesso mais fácil a coisas que não podemos ter aqui, e até para o escoamento dos produtos.

Fomos os primeiros produtores bio. Ao fim desses três anos de conversão, tínhamos a nossa azeitona biológica e, portanto, passível de se transformar num azeite também biológico. O regulamento só saiu mais tarde para a pecuária e nessa altura também convertimos os animais todos a bio. Hoje realmente temos tudo em biológico. ☘

João Fernandes Antunes,
empresário agrícola em Idanha-a-Nova

Texto: Camilo Mortágua

Foto: ADRACES

"As pessoas não querem trabalhar na actividade agrícola e têm razão!"

"Talvez a grande questão da agricultura portuguesa seja a de não existir uma política agrícola... do outro lado existe. Existe planeamento, eles sabem o que querem atingir.

Aqui existe a gestão dos dinheiros da Comunidade. Como tal, é difícil nós atingirmos objectivos, quando não existem objectivos definidos. Basta nós analisarmos e vermos que os nossos últimos três ministros eram funcionários em Bruxelas. Isso diz tudo!"

Qual é o principal problema da Região?

A Desertificação.

Desertificação ou despovoamento?

É capaz de ser um pouco isso...

Despovoamento que leva à desertificação. Será que a agricultura e os agricultores podem fazer alguma coisa, por eles próprios, para ajudar a parar a hemorragia do despovoamento e da desertificação?

Eu diria que têm um papel muito limitado, por duas razões: Uma, porque hoje a agricultura tem o peso que tem na sociedade portuguesa e na actividade económica em geral (é uma percentagem muito baixa daquilo que representa a actividade hoje do PIB nacional); a segunda assenta na questão da desertificação, que surge pelo declínio da agricultura a partir dos anos 60 e porque não surgiram actividades que substituíssem a quebra da actividade agrícola. Portanto, ultrapassa a questão da agricultura e dos agricultores em si. Hoje, o desenvolvimento só se fará com outras actividades, que é o normal não só aqui como em todo o lado.

Aquilo que se produz e se cultiva é indiferente para o emprego que existe no sector primário?

De certa maneira é, porque o que se constata é que existe uma porção muito grande de pessoas que deixaram de trabalhar na actividade agrícola. Digamos que uma das questões que acelerou o declínio da actividade agrícola nos últimos anos foi o facto de as pessoas não quere[m] trabalhar na actividade agrícola. E isso é fomentado por várias razões. E as pessoas têm razão. Se hoje lhes é permitido um nível de vida diferente em actividades socialmente reconhecidas de outra maneira, é natural que queiram ter outras actividades e que não queiram trabalhar na actividade agrícola.

Por um lado, há pessoas que não querem trabalhar na agricultura. Por outro, há pessoas queixando-se de que não há emprego, de que não há trabalho, mesmo na agricultura da zona. Quer dizer, há as duas vertentes... ou não?

Por isso é que nós assistimos à imigração, que em certa altura colmatou a necessidade de mão-de-obra! Eles vieram fazer trabalhos que os portugueses já não queriam fazer. Mas nós conhecemos essa experiência da Europa e dos países mais desenvolvidos. Isto não é nada de novo também para nós. É uma realidade que a gente conhece bem.

Será que o desemprego, como agora se diz, não tem escala suficiente para suscitar o aparecimento de projectos ditos estruturantes?

O despovoamento de que estávamos a falar resulta também da industrialização. O trabalho na agricultura deixou de ser manual para se tornar mecanizado e, a partir daí, passou a haver menos empregos. Portanto, há vários factores que concorrem para a mesma questão.

Porque é que do outro lado da fronteira existem actividades agrícolas que podem ser classificadas de relativa intensidade de mão-de-obra e deste lado isso é impossível?

É talvez a grande questão que se tem de colocar hoje na agricultura portuguesa. Eu penso que hoje, em Portugal, não existe política agrícola. Do outro lado existe. Existe planeamento, eles sabem o que querem atingir. Aqui existe a gestão dos dinheiros da Comunidade. Como tal, é natural que seja difícil nós atingirmos objectivos, quando não existem objectivos definidos.

Então podemos concluir que o problema é falta de política e falta de organização?

É um conjunto de vários problemas, entre eles esses também. Basta nós analisarmos e vermos que os nossos últimos três ministros eram funcionários em Bruxelas. Isso diz tudo.



A primeira grande questão que se tinha de colocar é que os partidos políticos deviam assumir a responsabilidade de discutir uma política agrícola. Essa é uma discussão que, parece-me a mim, não está feita, nem ao nível dos partidos nem ao nível das organizações. Muitas vezes, o que se tem assistido nos últimos anos é à discussão de verbas da Comunidade e da forma como elas se distribuem, e não o que é que pretendemos atingir para que essas verbas estejam ao serviço de uma política.

Mas, pelos vistos os agricultores também não têm protestado muito... Será que alguns também acabam por beneficiar dessa política?

Não. O que os agricultores têm feito, e que é natural que façam, é adaptarem-se a uma coisa que não conseguem controlar. Têm de se adaptar, e têm-se adaptado à política que tem existido, uns melhor outros pior.

Dou-lhe um exemplo, acho que podemos ir a questões mais concretas: temos ouvido falar há muitos anos que o País tem poucas terras agrícolas de qualidade e que se devia investir na floresta. Como é que se pode ter este discurso e depois assistir aos fogos que se assistem? Como é que se pode investir na floresta nestas condições? Acho que isto diz tudo.

O empresário agrícola que o senhor é, e que produz várias coisas, qual acha que é o sector ainda hoje mais rentável, nas condições actuais e de acordo com a sua experiência?

Se quer que lhe diga, não se lhe sei responder neste momento a essa questão. Fui, porque este ano já não o fiz, agricultor de tabaco. Fui um dos principais agricultores de tabaco do País, tenho estado a investir na floresta, tenho umas centenas de hectares

de terra que transformei em floresta, trabalho no sector dos ovinos também... Digamos que não é só na actividade agrícola... De uma maneira geral as coisas não estão bem e a rentabilidade é relativamente baixa em vários sectores. E hoje temos um problema acrescido que não sabemos ou temos dificuldades em definir: o que é que vamos fazer no futuro e o que será melhor fazer para o futuro?

Vão fazer cana-de-açúcar?

Esse é um projecto que se tem falado aqui para a Região. É bom que apareçam novas possibilidades e novas oportunidades para a Região. Com certeza que é provável que apareçam.

Aí temos um caso prático. Faziam tabaco. O tabaco, apesar de tudo, oferecia um certo número de empregos aqui na Região. Se se concretizar o projecto do etanol, penso que é mais ou menos consensual que irá dar 40 vezes menos emprego (ou coisa semelhante). Até que ponto é possível que nas soluções que os agricultores e os proprietários de terra encontram para resolverem a sua situação, sejam ponderadas ao mesmo tempo, com uma certa responsabilidade social, as questões do emprego? As famosas questões da agenda de Lisboa? Ou os agricultores devem dizer "isso não é problema nosso, o Estado que resolva o problema do emprego"?

Não. Eu próprio considero que tenho responsabilidades e, por isso mesmo, apresentei uma proposta que tinha que ver com a reconversão do tabaco e, juntamente com a APT (Associação de Produtores de Tabaco), temos vindo a defendê-la, eu em nome da Caixa de Crédito Agrícola e da APT. Apresentámos uma proposta ao Ministério e temos vindo a trabalhar nesse sentido – na reestruturação da cultura do tabaco. Portanto, a cultura do tabaco está ameaçada, vai deixar de ser financiada. Sem ser financiada pela Comunidade não é possível produzi-la, de maneira que não é possível concorrer com os preços do Terceiro Mundo e, como tal, temos de encontrar uma solução. E, como eu dizia ao princípio, uma das razões que eu acho que leva a esta situação, não só a nível agrícola mas também ao nível do País em que se destruíram vários sectores (as pescas, a metalomecânica, um conjunto de sectores que o País tinha e que se destruíram), é que não houve nada que viesse a substituir esses sectores. Nós, desta vez, por uma questão de responsabilidade social também, definimos e apresentámos uma proposta que tinha em vista o seguinte: aproveitar as verbas do tabaco, ou parte das verbas do tabaco, para fazer a reestruturação da actividade económica. Na proposta não dizíamos que era uma reestruturação agrícola, antes falávamos de uma reestruturação económica para a Região. E defendemos que haveriam três partes interessadas nesta reestruturação: por um lado, os próprios agricultores e empresários agrícolas; por outro lado, as pessoas que até agora trabalhavam nesta actividade; por fim, a própria Região. Eram os três vértices que serviram de base à nossa proposta. E o que a gente considera é que devem surgir novas actividades ligadas eventualmente, se possível melhor, à actividade agro-industrial, turística, florestal. No entanto, não fecharíamos a porta caso aparecessem outras actividades que criassem riqueza e que criassem emprego na Região. Se calhar novos empregos, melhores empregos, que é o que as pessoas desejam, para colmatar o fim de uma actividade que era geradora de muito emprego. ☘

Falando sobre “agriculturas e agricultores da BIS” não podíamos deixar de ouvir o Engenheiro Rui Moreira, actual Director da Agricultura para a Região Centro, com sede em Castelo Branco. Quisemos conhecer mais as ideias e opiniões do beirão e Engenheiro Agrónomo com um percurso técnico e profissional realizado tanto na área privada como institucional, do que propriamente do Director Regional. Da longa conversa que com ele mantivemos, aqui vos deixamos um resumo.

Um dos grandes objectivos da ADRACES é o de contribuir, com a maior eficácia para atenuar e, se possível, a médio prazo reverter a actual hemorragia demográfica e a consequente desertificação dos espaços rurais da Beira Interior Sul – BIS.

Sabendo que isso só poderá ser conseguido se forem criadas condições de atractividade que permitam fixar pessoas, naturais ou exógenas, que contributos podemos ou devemos esperar das actividades do sector primário, (agricultura, florestas, pecuária, etc.) para a criação dessas condições?

Bem, tentarei perspectivar o problema segundo o meu próprio olhar. Face à atractividade que exerce o corredor viário entre Guarda e Castelo Branco, onde todas as cidades crescem à custa do esvaziamento dos espaços rurais envolventes,

assumpção de uma outra relação com o seu lugar na terra. Contrariar isto não é tarefa de uma só pessoa, organização, ou Ministério. É tarefa de todos e, como tal, ainda pouco assumida por cada um de nós.

Se o nosso modelo de desenvolvimento passa por conseguir um equilíbrio entre o interior e o litoral, deve acautelar-se a concentração excessiva no litoral causadora de muitos outros problemas por vezes difíceis de resolver.

Se a maioria não tiver possibilidade de ganhar o seu sustento nos seus territórios, hoje, com muito mais facilidade que no passado, o que acabará por acontecer é que, para o litoral ou para outro país, partirão em busca das oportunidades que por aqui lhes faltam.

O modelo que está sendo perseguido tem conseguido algum equilíbrio, as cidades do interior ganharam mais atractividade do que tinham no passado, quer pelas novas vias de comunicação quer pelos muitos equipamentos que se construíram durante estes anos de integração na União Europeia com muito apoio dos programas comunitários.

Texto:
Camilo Mortágua



Director Regional da Agricultura

o que lhe posso dizer é que, de facto, a agricultura só por si e enquanto actividade produtiva não consegue contrariar esta tendência. As necessidades das pessoas não se resumem a comer e beber, têm outras necessidades e, para as poder satisfazer, têm que tirar alguns rendimentos da sua pequena actividade agrícola. Ora, hoje em dia, com a liberalização do comércio internacional, a abolição das fronteiras, os preços dos produtos importados, etc., tirar rendimento da pequena agricultura é muito complicado.

Estes condicionalismos afectam todos os agricultores europeus, mas com maior impacto os agricultores portugueses, devido à maior lentidão do nosso processo de reestruturação rural em relação com os outros países da União Europeia.

Os nossos empresários agrícolas ainda não estão suficientemente municiados para fazer face a este mercado cada vez mais agressivo, têm dificuldades e há aqui carências diversas: carências de educação e de formação, carências de transportes, carências de acesso à cultura, até de acesso à televisão e a ambientes de diversão, que os jovens sentem e os impele a vir para os centros urbanos da região e até para o litoral.

A população mais idosa é capaz de viver em espaços privados desses serviços, seja por uma questão de habitação à austeridade da vida rural, seja pela

Apoios direccionados mais para as obras físicas do que para o imaterial. Agora, se calhar vamos de ter de começar a virar de rumo, pelo menos em algumas coisas. Já temos situações em que existem equipamentos e não temos pessoas para os utilizar. A época do betão parece-me estar a chegar ao fim, claro que ainda há coisas por fazer, mas não com o mesmo volume do passado.

Agora é preciso voltar a olhar para o essencial, para o trabalho, para o valor do trabalho, porque os países crescem e desenvolvem-se nessa base, com esforço e em concorrência aberta, sem lugar para protecctionismos perenes que minam as dinâmicas sociais e económicas e incentivam a acomodação e o imobilismo dos empreendedores.

Aqui e agora, sem demoras, o que temos de fazer enquanto há massa crítica, porque sem um mínimo de pessoas já não pode haver sustentação para dar corpo a que modelo seja, é apostar na capacidade e dinamismo das pessoas e ajudar com presteza e privilegiando positivamente os que

a si próprios se ajudam, trabalhando directa e afincadamente pelos seus justos rendimentos.

Penso que no nosso caso ainda existe esse mínimo de massa crítica. Temos uma sociedade civil relativamente dinâmica e organizada que tem de ser chamada, e pode e deve ser chamada, a esta acção, a este trabalho que nos é exigido, a todos sem subterfúgios de indisponibilidade ou falta de preparação. Isto é como ser pais, com ou sem cursos para o efeito, quando chega a hora, todos, ou quase, procuramos ser bons pais, e isso faz-se todos os dias fazendo!

Para facilitar o nosso trabalho e dar-lhe maior eficácia, aí temos a chamada metodologia LEADER que nos permite uma abordagem simplificadora de burocracias ao chamar para a acção o maior número possível de agentes locais empenhados no desenvolvimento integrado e global dos seus territórios.

É uma metodologia que ensina a olhar transversalmente para os problemas e a procurar complementaridades e sinergias entre os diferentes sectores de actividade e que tende a acabar com

mercado submetendo-se às leis da concorrência; todos, em articulação com os representantes dos outros sectores de actividade, sem excepção, devem contribuir para melhorar as condições de vida e a atractividade do seu Local de existência.

Mas, embora deva ser tarefa de todos, há organizações que têm a responsabilidade específica de animar este processo de mudança e revalorização dos nossos territórios rurais. Organizações que têm como objectivo esse tipo de preocupações, portanto esses não podem virar a cara para o lado e têm também a responsabilidade de convencer os outros da bondade das suas propostas e levá-las a agir nesse sentido. É um trabalho difícil, mas é esse trabalho que constitui a sua própria razão de existir. Enquanto uns estão preocupados em ganhar dinheiro para benefício próprio, e oxalá que o façam bem e com eficácia, outros, como as Associações de apoio ao desenvolvimento rural e local e os diversos serviços da Administração Pública a todos os níveis, devem trabalhar pa-



as visões parcelares que nos fazem perder a noção do todo. O Homem da agricultura vê os problemas na óptica da agricultura, o sociólogo pela óptica da análise sociológica, o Homem de medicina, O da educação, O ambientalista etc. Cada um tem a sua visão parcelar, é necessário evoluir para uma maior articulação, para uma maior e mais efectiva cooperação entre os diferentes sectores das actividades sociais e económicas de um mesmo território.

Para alcançar este objectivo perseguido pela abordagem LEADER, todos fazem falta: os já reformados que fazem agricultura como terapia e complemento essencial à parca reforma, os pequenos e médios agricultores e criadores de gado que sobrevivem com dificuldade das produções das suas pequenas parcelas, os agricultores a tempo parcial e que sabem combinar o exercício de uma outra profissão com a de agricultor (o desenvolvimento rural requer pluriactividade), os proprietários florestais, os empresários agrícolas que por terem explorações com escala suficiente têm de produzir para o

ra servir as comunidades existentes nos espaços rurais, global e socialmente compreendidas.

Por último, e para responder de forma sintética à pergunta inicial, gostava de manifestar a minha convicção de que é urgente tornar clara a distinção entre o que deve ser a agricultura competitiva de mercado, a viver sem artificialismos, e as outras agriculturas, porventura também competitivas, se no conceito de competitividade incorporarmos todos os valores produzidos em meio rural (paisagem, ambiente, lazer, energias renováveis, identidades estruturantes de culturas de valores, rendimentos complementares das baixas reformas, manutenção de actividade e independência física dos idosos etc.), sem significado para as estatísticas da rentabilidade económica. Da atenção e cuidado com que tratarmos destas diferentes agriculturas e agricultores, dependerá, disso estou certo, a manutenção e paulatina recuperação da vitalidade dos nossos territórios rurais. ☼



Texto: **Paulo Pinto**
Fotos: **ADRACES**

Agricultora dos Sete Ofícios

Natural de Zebreira, eis Maria Luísa Pereira Afonso Romão, com 53 anos, casada com João Romão, mãe de dois filhos. “A Paula quando deixou a escola rumou a Lisboa para trabalhar lá, à procura de novas oportunidades e o João Miguel foi ficando por cá, ele é como eu, gosta muito do trabalho do campo”. Sempre trabalhou na vida dura do campo. Aos 17 anos decidiu casar. Depois decidiu começar a sua vida de agricultora. Comprou 20 ovelhas e cinco vacas e lá começou a levar a vida para a frente. “Como os tempos estavam difíceis tive que aproveitar para ganhar dinheiro”. Mesmo com o gado que tinha, nunca deixou de trabalhar para os outros patrões, dividindo o seu tempo entre as duas actividades. Durante o dia trabalhava para o patrão e, após o dia de trabalho, chegava a casa e lá ia tratar dos animais que tinha comprado. Lembra com alegria que as duas primeiras vaquinhas que comprou custaram 250 escudos.

Mas o que a levou a “agarrar-se” à agricultura foi a doença do marido, que o impossibilitou de trabalhar. Claro que quando pode colabora e ajuda sempre, mas o seu filho João Miguel tem sido realmente o suporte vital no trabalho mais pesado. E foi devido à insistência do filho que Maria Luísa acabou por ir tirar a carta de condução de tractor, para evitar ter de carregar os materiais pesados à mão. Hoje, sabe que foi o melhor que fez, tornou-se numa ajuda preciosa no trabalho. É curioso ser agricultor e não ter terrenos próprios! Todos os terrenos que trazem são arrendados ou emprestados. Os primeiros são pagos, os outros são trocas de favores. Neste momento, dedica-se à produção do gado ovino e bovino e vão vendendo alguns borregos. A agricultora aproveita também para tomar conta de umas vacas como troca de uns pastos, para fazer sementeiras. Este ano não sabe como vai ser no Verão. Uma vez que não vai produzir tabaco, provavelmente terá que se dedicar a tempo inteiro à vida dela.

Refere que vai encontrar muitas dificuldades no futuro, ainda mais com a crise que se encontra instalada no País, pois quem tira bons rendimentos da agricultura são os grandes agricultores (produtores de tabaco, etc...). Sempre teve uma actividade rentável com a criação do gado bovino e ovino. Dá pouco trabalho e é rentável. A venda das crias sempre rende algum dinheiro, que vai dando para as despesas. Todavia, hoje têm um problema muito grande com

o escoamento dos borregos. Se tiverem mais de 7 kg, os compradores já nem os querem. Além disso, o preço de venda é muito baixo. Maria Luísa sabe que se não fossem os subsídios que dão aos agricultores, hoje não haveria agricultura em Portugal. Mas afirma que o nosso governo está a estragar e a acabar com a agricultura, porque hoje até há subsídios para **não semear e produzir**. Questionada sobre a forma como consegue conciliar as duas actividades, o trabalho do tabaco na época do Verão e o negócio próprio, garante que é preciso ter muita força de vontade para poder ajudar a família.

Toda a vida trabalhou no campo e sempre gostou do que fez. Ser somente dona de casa nunca a aliciou. Se não for todos os dias ao campo fazer o que seja, é quase como morrer, porque quem lhe tira a actividade agrícola tira-lhe a vida.

Numa altura em que o marido foi operado e ficou internado no hospital para recuperação, a agricultora andava todo o dia a trabalhar no tabaco e, quando chegava a casa por volta das 17 horas, pegava no tractor e lá ia sozinha tratar do gado. “Graças a Deus sinto-me feliz com o meu trabalho e com a minha vida, mas para ficar feliz na perfeição só faltava o meu marido ter um pouco mais de saúde”, confessa. ☘

Por motivos de ordem técnica, não nos será possível incluir a reportagem realizada com um conjunto de agricultores do Ninho do Açor na presente edição da VIVER. A mesma será devidamente publicada no próximo número da Revista. Pedimos, desde já, sinceras desculpas e a compreensão dos visados e dos nossos leitores.

Joaquim Cabral Rolo

Investigador da Estação Agronómica Nacional (EAN)

Rural, agricultura e agricultores da Beira Interior Sul

FISHEYE

1. INTRODUÇÃO

No presente texto¹ vão-se apresentar as características da relação entre a população rural, o espaço e a agricultura da Beira Interior Sul (concelhos de C. Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Rodão), evidenciando aspectos incontornáveis numa perspectiva de desenvolvimento regional. Esta região, relembre-se, é marcada por uma perda continuada da população, pela presença muito elevada de inactivos, sendo que os montantes médios das pensões e dos ganhos dos assalariados não agrícolas são bem inferiores aos constatados a nível do Continente. Em termos de actividade produtiva, a riqueza criada provém, principalmente, do sector terciário, em particular dos serviços públicos /sociais: em 2003, aquele sector representava, em termos de valor acrescentado bruto (VAB), um pouco mais de 60%. O contributo da agricultura situava-se em redor dos 10% o que, face à média do Continente ($\approx 4\%$), é de assinalar. De assinalar são, também, os factos de o seu impacte no conjunto da actividade económica (as compras e as vendas da agricultura aos outros ramos de actividade), assim como de o peso dos residentes com vivência agrícola (*a população agrícola*) atingirem valores bem superiores às respectivas médias do Continente. À agricultura voltaremos adiante. Por agora, concentremo-nos na população rural.

2. A POPULAÇÃO RURAL E A SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO

Tomando como definição da população rural a população residente em aglomerados com menos de 2000 habitantes, ela corresponde, na Beira Interior Sul, a pouco mais de metade da sua população residente e apresenta uma relação com o espaço marcada por uma baixa densidade rural (≈ 11 hab./Km²). Esta população rural tem vindo a decrescer acentuadamente (30% no período 1981-2001), crescendo nela o peso dos inactivos que ascendem agora a mais

de 65% (55% no Continente). Esta evolução explica largamente os resultados encontrados num inquérito efectuado, em 2003, numa freguesia da região, que mostram que só 50% das receitas dos residentes têm origem no trabalho, ascendendo os proventos dos não activos a 30% das receitas e representando as receitas não monetárias (em géneros e habitação própria) a proporção não despidiada de 20%.

Pelo que é dos activos rurais, estes encontram no sector terciário (serviços e comércio) o principal sector empregador ($\approx 45\%$), seguindo-se o sector secundário (indústria e construção) e, finalmente, as actividades territoriais² (um pouco acima de 20%, com o emprego na agricultura a representar 15%).

Estas proporções já de si esclarecedoras da menor capacidade empregadora destes último grupo, aparecem ainda mais acentuadas quando se analisa os resultados do inquérito acima referido, onde os rendimentos auferidos pelos residentes que nele trabalham só representam 10% do total dos rendimentos do trabalho.

Este facto, em si elucidativo do distanciamento entre as populações rurais e o espaço rural que os rodeia, aparece mais uma vez sublinhado quando se consideram, na população estudada, apenas os residentes com cultivo de terras. Nestes, a quota-parte dos respectivos réditos proveniente da actividade agrícola (e ou florestal) – contabilizando, também, a componente de subsídios associada à

política agrícola comum (PAC) – não chega a significar 25%; ou seja, a parte substancial dos proventos destes residentes tem outra origem, que não o cultivo dos campos, seja nas transferências inerentes às reformas/pensões (mais de 50%), seja por via do exercício de actividades exteriores à exploração agrícola (no essencial, nos serviços públicos e na construção/indústria).

Por fim, um balanço. Fazendo a junção dos vários tipos de receita dos residentes (transferências, exercício de actividades económicas e receitas não monetárias) com as que auferem os não residentes e entidades (*peças não singulares*) pelo cultivo de *terras* que detêm na freguesia é possível verificar que o contributo agrícola e florestal se fica por menos de 25% sendo no entanto os não os residentes, que se apropriam da fatia mais expressiva deste rendimento agro-florestal (acima de 70%).

3. A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO E A RELAÇÃO COM O MERCADO

O território da Beira Interior Sul pode ser classificado quase no seu todo como “espaço agro-florestal”³. Cerca de 40% desse espaço integra a superfície florestal, repartindo-se o remanescente, em partes similares, pela superfície agrícola (das explorações agrícolas) e pelos designados “incultos”.

Relativamente à área florestal e tendo em conta as espécies florestais e a classificação dos povoamentos segundo as classes de “coberto arbóreo”, podemos inferir que cerca de 35% da superfície florestal não tem uma orientação prevalente de produção de lenho/cortiça orientada para e pelo mercado.

Quanto à superfície agrícola, se se retiver a parcela cujos bens cultivados eram, em 2000, predominantemente valorizados pelo mercado – o que é dizer, com mais reduzidos níveis de suporte de preços por via das ajudas da PAC – conclui-se que a mesma tem, sensivelmente, idêntica importância relativa daqueloutra cujo uso tem tido, sobretudo, uma função de captação de subsídios.

4. EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA

Nos últimos quinze anos assistiu-se ao desaparecimento de um número expressivo de explorações agrícolas (ainda que em escala inferior à média do Continente), acompanhado pelo declínio do trabalho agrícola. Neste movimento, a dimensão média das explorações agrícolas vai duplicar e o mesmo ocorre no índice de utilização da energia mecânica.

As terras dedicadas em exclusivo à floresta (no quadro das explorações agrícolas) mantém o seu peso e, assim, a porção relativa de superfície agrícola utilizada (SAU) persiste inalterada. Mas vai ser no aproveitamento da SAU que se assinalam mutações relevantes, em linha com as condições de mercado (dos produtos, dos factores de produção e de trabalho) e, acima de tudo, com os apoios financeiros decorrentes das políticas públicas.

Com efeito, diminui a importância das culturas permanentes e, em particular, do olival; mais que duplica o peso relativo das *pastagens permanentes espontâneas* (mais de 20% da SAU, que compara com $\approx 10\%$ em 1989); a extensão de culturas realizadas no ano agrícola de 2004/5 (*culturas temporárias*) fica-se por cerca de 65% do registo do ano de 1988/89 – reflectindo, sobretudo, o enorme recuo dos cereais e das leguminosas para grão; mingua, também, o cultivo de hortícolas; em contraponto, alarga-se a dimensão dedicada às forragens anuais e, mais ainda, às culturas industriais (o impacto do tabaco) – ambas com o ponto alto no ano agrícola de 1998/99 e, entretanto, em claro decréscimo desde então. Marcante é ainda o traço de uma agricultura que reforça o predomínio dos cultivos de sequeiro.

5. AGRICULTURAS E AGRICULTORES

Com uma rendibilidade da terra⁴ que não chega a metade da média do Continente, a remuneração do trabalho⁵ situa-se, pelo contrário, acima daquele referencial e ao nível do que, em 2000 e na Beira Interior Sul, era o “ganho médio anual” dos trabalhadores por conta de outrem ($\approx 7\,650\text{ €}$).

Mas esta relativa superioridade competitiva em termos de rendibilidade do trabalho tem de ser balanceada com o facto de se tratar de uma agricultura que tem contado, em termos relativos, com um elevado nível de ajudas financeiras públicas (em redor de 40% do VAB agrícola e florestal, que compara com $\approx 25\%$ na média do Continente). Ajudas que, entretanto, têm uma distribuição vincadamente assimétrica: a 2% dos beneficiários, a auferirem mais de 50 000€/ano, coube-lhes quase 60% das ajudas afectadas à zona; no outro extremo (os que recebem $\leq 500\text{€}$ /ano), estão um pouco mais de 55% de beneficiários que repartem entre si menos de 3% do montante global das ajudas.



FISHEYE

Assim, se olharmos para os montantes de transferências de rendimento geradas pelas medidas de política com incidência nas actividades levadas a cabo nas explorações agrícolas em 1999, concluímos que apenas cerca de 20% da superfície agrícola era utilizada na Beira Interior Sul por actividades *principal* ou *predominantemente economicamente competitivas*; a fatia substancial da SAU catalogava-se, assim, como (*principal ou predominantemente subsidio-dependente*)⁶.

6. SÍNTESE CONCLUSIVA

Concluindo, a actividade agrícola (e ou florestal) já só representa uma parte significativamente menor dos rendimentos da população rural da Beira Interior, sendo que uma parte largamente maioritária dos rendimentos gerados nessa actividade são apropriados por não residentes. É uma actividade fortemente e muito assimetricamente subsidiada, ocupando as áreas principal ou predominante competitivas uma parte reduzida da superfície agrícola. Nesse sentido, a questão central que se coloca para os espaços rurais da Beira Interior é o da criação de condições para a sua valorização – na parte, largamente maioritária, que já se encontra ou virá a encontrar-se a prazo excluída de qualquer relação com o mercado – como suporte de novas actividades produtivas e de usos residenciais e recreativos ou no seu papel de reserva ambiental.

1 O teor deste texto resulta em grande medida dos resultados do *Projecto Agro Dinâmicas Socio-económicas dos Espaços Rurais do Continente Português*. Projecto coordenado pelo Prof. Fernando O. Baptista e que integrou equipas das instituições: DEASR/Instituto Superior de Agronomia, DEESA/EAN/Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e ANIMAR.

2 Esclarece-se que as “actividades territoriais” são entendidas como actividades que se expandem (utilizadoras do) pelo espaço, aqui tendo o suporte físico (como a agricultura, floresta e as indústrias extractivas) ou dele fruindo (como as actividades turísticas e de lazer, para as quais se adoptou como indicador de avaliação os que exercem profissão na actividade económica “alojamento e restauração”).

3 O conjunto da “área social”, “águas interiores” e “improdutivos” não chega a representar 3%.

4 VAB da agricultura/SAU.

5 VAB agrícola e florestal por unidade de trabalho agrícola (ano), UTA.

6 Cf. F. Avillez et al. (2004:197-8).



Agricultura: do pão nosso de cada dia à paisagem agrária⁽¹⁾

ADRACES - PAULO PINTO

José Portela

Departamento de Economia, Sociologia e Gestão
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A agricultura é um poliedro, que pode ser encarado de muitos e diversos ângulos, com variegadas luzes e sombras incidentes. Vejo-a como uma actividade humana que tem lugar no seio do sistema ecológico e do sistema social em que os agricultores se inserem. Não há agricultura sem terra e não há agricultura sem agricultores. Ora, conceptualmente, podemos atentar nos *lavradores*, nos *fazedores da agricultura*, como produtores de corpos humanos. Sim, os agricultores produzem corpos, porque o seu labor é produzir alimentos, bens perecíveis que são revestidos de forte singularidade. Todos os dias lidamos com eles, mas do seu carácter distinto, em geral, nós não nos damos conta. São *produtos* a deglutir, que têm que ser ingeridos e que têm de percorrer o tubo digestivo, que são parcialmente assimilados e que se convertem em biomassa humana. Parte da maçã que como converte-se em mim.

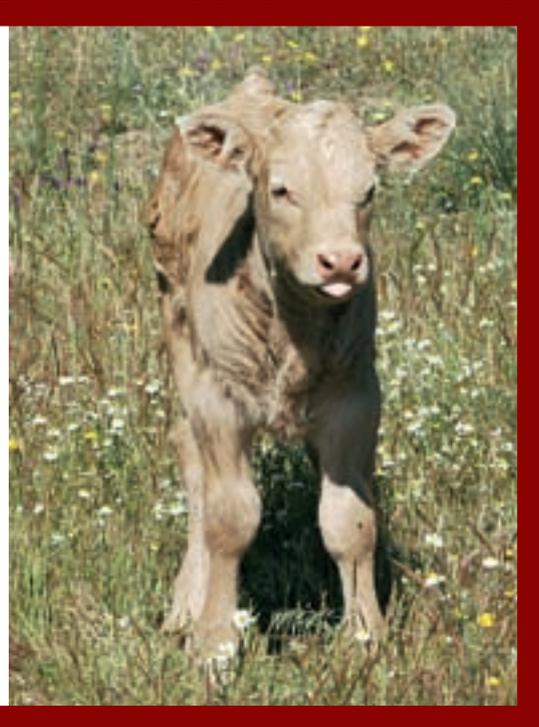
Em regra, esta banalidade é esquecida, é impensada. Por exemplo, do ponto de vista da formulação das políticas. Conceptualmente os alimentos são bens *mui* estimáveis, com ligações fortes e antigas a valores sociais e a práticas culturais. Por exemplo, a boa mesa, o bom pão e o bom vinho, a boa saúde e o bem estar espiritual, e até mesmo a defesa e a segurança nacional, que são condições primárias de vida colectiva. Sem elas, a desordem surgirá. Ora, interroguemo-nos: qual é o valor mínimo que deveríamos fixar para a fatia de alimento nacional no todo do abastecimento alimentar da população portuguesa?

Sublinho aqui que, salvo duas ou três excepções, não vejo esta questão ser tratada no espaço público, nem por políticos, nem por militares, e ou outros cidadãos. Claro que, para alguns, este ponto pode parecer excessivo, mas, crendo em fontes seguras, teremos de convir, sem dúvida, que o século XX se eleva bem alto como uma era militarmente conflituosa. E, portanto, esta questão da nossa dependência de produtos que incorporamos diariamente,



vira problema de segurança de todos. Assim, deveria ser desocultada, exposta minuciosamente no espaço público e claramente pensada. Para ser muito concreto, porque é que aceitamos perder o saber e a capacidade de produção de batata-semente em território nacional? Não está só em causa o alimento batata, mas também a questão de ter o “poder” de produzir a respectiva “semente”, o factor de produção que vai permitir a reprodução da batata, enfim, a multiplicação de um pão-nosso-de-cada-dia. Seguramente, não temos falta de condições edafo-climáticas para que tal produção possa ocorrer entre nós.

Em suma, vejo a agricultura, na sua praxis quotidiana, ligada a outras práticas, que são também diárias, a saber: a alimentação e a *fabricação* da saúde. Note-se, a propósito,



ADRACES - PAULO PINTO

(1) Este texto corresponde a uma certa revisão de dois pontos da comunicação escrita "Cuidar o futuro é cuidar do pão, da água e do solo", a qual, por sua vez, é uma revisão da intervenção oral que fizemos no painel "Que carga suporta a Terra? Questões sobre Qualidade de Vida". Este painel abriu o Seminário Prospectivo "Pensar o Futuro", organizado pela Fundação Cuidar o Futuro, Pequeno Auditório da Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 21-22 de Outubro de 2005.

o valor da alimentação infantil e a problemática dos riscos associados, tudo isto intimamente unido às questões da qualidade e da segurança alimentar.

Como disse acima, a agricultura pode ser perspectivada de muitos modos. Ora, numa certa perspectiva ambientalista, a agricultura seria uma acção de embelezamento do território a dada escala, talvez uma série de operações de arquitectura paisagista. Os agricultores e os produtores florestais, por sua vez, seriam os *jardineiros*. Julgo que há aqui um grande equívoco, uma conversa fácil de quem não conhece esses *empresários*, pois nem uns, nem outros, desejam tal estatuto e a ele se reconverterão. Isto, porque os agricultores produzem primariamente alimentos crus e fibras. Sim, é verdade, produzem ainda paisagens agrárias, mas quase como um subproduto inseparável daqueles bens. Amiúde, trata-se dum efeito "invisível" para eles próprios. No geral, o que eles vêem, isso sim, é a terra, as árvores, os animais, a quem por vezes dão nomes. É o caso da Mimoso, da Cereja, da Laranja, tudo vacas bem baptizadas. Mas a paisagem propriamente dita não a vêem, pelo menos com os nossos olhos de não agricultores. A paisagem surgiu como noção e visão gerada pela pintura da Natureza, um conceito estético.

Em qualquer caso, tanto as molduras como os quadros do *ambiente*, ou seja, as paisagens "naturais", rurais, ou agrárias que nós valorizamos e de que os agricultores também têm percepção por via do seu fazer quotidiano, são questões que merecem discussão. Para os agricultores e produtores florestais, o essencial centra-se no quadro produtivo, na dignidade e

utilidade do seu trabalho, não na visão estética de outrem. Note-se, porém, que isto não significa que os valores simbólicos e materiais da floresta e da paisagem agrária não possam ser, e não sejam, reconhecidos pelos cidadãos urbanos. Igualmente, isto não significa que os correspondentes bens e serviços públicos prestados pelos agricultores não possam ser valorados do ponto de vista económico.

O exposto acima leva-nos a nova indagação: até que ponto, em profundidade, é que nós olhamos para a agricultura como um sector económico? Tenho a percepção que muitas pessoas, e entre elas uma ampla maioria da elite intelectual, discutem o agro como equiparável a outros sectores económicos. Discordo profunda e radicalmente desta percepção, e isto por muitas razões, que aqui e agora não posso explanar por falta de espaço. Destacarei somente uma delas: entre os vários sectores económicos não há paralelismo quanto à incerteza e ao risco que envolve a actividade agrária. Os riscos são tamanhos: climático, biológico, comercial, financeiro e até mesmo institucional, ou seja, a actividade agrícola é cada vez mais politicamente regulada e nenhum agricultor está seguro contra a instabilidade dessa regulação miudinha.

A enorme insensibilidade de economistas, políticos, planeadores e técnicos quanto à especificidade e singularidade da produção agrária e da sua transformação (artesanal e industrial) em bens alimentares tem de ser combatida. A agricultura é uma actividade básica, vital, não se trata de jardinagem. Tomemos consciência colectiva do quanto dependemos do agro. É urgente. ☘

A agricultura mudou uma página da sua história e, com ela, o mundo rural. É verdade que o espaço rural deste novo milénio traz um equilíbrio diferente entre as actividades, com um lugar cada vez mais importante reservado aos empregos de produção artesanal e industrial e, sobretudo, aos empregos nos serviços. As actividades agrícolas continuarão, no entanto, a ser um dos sustentáculos dessa nova ruralidade baseada na solidariedade, através de medidas de salvaguarda dos equilíbrios sociais e ecológicos.

Esta crise estrutural da actividade agrícola e do mundo rural torna premente repensar o compromisso que é forçoso desenhar, actualmente, entre a agricultura

negocial das organizações de produtores e dos poderes políticos, que é o de tentarem criar, nas médias e grandes superfícies, espaços especialmente dedicados à venda de produtos locais e regionais, originando, por essa via, melhorias de inserção comercial dos produtos alimentares tradicionais.

É fundamental, paralelamente, colocar as áreas rurais em posições que lhes permitam filtrar as oportunidades que vão surgindo, através da inovação, da investigação e das

Agricultura e território: as margens de regulação à escala local



ANA ALVIM

Domingos Santos

Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco

e os cidadãos, no que respeita à territorialização da intervenção pública. Já lá vai o tempo em que a agricultura era somente avaliada pela sua capacidade em fornecer matérias-primas a preços acessíveis, em quantidade, destinados à transformação pela indústria agro-alimentar, sem atenção particular à sua ligação ao território e ao seu impacto sobre o ambiente natural. Actualmente, o enfoque é colocado sobre a capacidade de fornecer alimentos sãos, de qualidade, diversificados e bens e serviços de natureza pública (paisagem, qualidade da água, ...). Os poderes públicos não podem, nestas circunstâncias, deixar de se adaptar a esta profunda mudança que caracteriza o sector.

Não vejo que o caminho do sector agrícola possa ocorrer fora dos desafios globais do mundo rural que passam, no essencial, por valorizar as suas fontes e capacidades endógenas de renovação e de competitividade, graças à procura de especificidades que possam ter tradução social e económica. Nestas matérias é importante ter presente que, pese embora todo o voluntarismo e capacidade de organização e gestão estratégicas, resta limitado o poder regulador das esferas de intervenção de âmbito local, já que, como se sabe, o financiamento estruturante da actividade agrícola provém, essencialmente, da União Europeia. Resta, assim, uma margem de manobra relativamente limitada para os actores locais no apoio à actividade agrícola, sobretudo por via de apoios indirectos mas, ainda assim, e eu sublinhava este aspecto, deveras relevante, quer no âmbito da promoção, da animação e da formação, actuando, não raramente, como um contra-peso e uma almofada aos principais efeitos da liberalização e do ajustamento estrutural do sector agrícola.

Nesse sentido, têm vindo a ser dados passos interessantes na promoção de produtos agrícolas e pecuários locais, designadamente por via da realização de feiras e certames onde o grau de organização e profissionalismo é cada vez maior. É um caminho que importa ir sedimentado, eventualmente até, como há anos defende empenhadamente o meu caro amigo Lopes Marcelo, utilizando, cada vez mais, essas feiras e mostras como instrumentos de animação urbana. No fundo, é tornar esta complementaridade um jogo de soma positiva, ficando ambos, mundos rural e urbano, a ganhar. Creio que, nesta matéria é ainda importante dar um passo adicional, especialmente através do esforço

novas tecnologias, o que pressupõe o desenvolvimento efectivo de um caminho de aproximação entre os agricultores e toda a infra-estrutura educativa e investigativa que existe na região. Creio que as excelentes capacidades formativas e de investigação presentes na região estão longe de se traduzir em mais competitividade do sector, pelo que, a meu ver, esta deve ser, também, uma aposta inquestionável rumo a uma agricultura de valor acrescentado, contribuindo para a criação de emprego com melhores níveis de qualificação e de remuneração, a vitalidade económica e a criação local de riqueza.

Existe, manifestamente, um claro défice de reflexão estratégica sobre futuro agrícola da região, mau grado o recente surgimento de algumas iniciativas avulsas.

É importante que se perceba que a adequação dos instrumentos de política às especificidades locais, o diagnóstico e o mapeamento dos investimentos na região deve partir, em primeira instância, dos seus principais actores, e não ser decidido, à partida, por Bruxelas ou Lisboa.

Há novos desafios para o papel do Estado na regulação da actividade agrícola que passam não somente pela afirmação de lógicas de eficácia sectorial mas acentuem, cada vez mais, à escala local, critérios de redistribuição territorial e de equidade social. Está na altura de recolocar na agenda política regional o apoio à actividade agrícola como prioridade. A articulação de objectivos de competitividade entre os meios urbanos e os meios rurais só pode trazer benefícios para toda a região. De facto, as áreas rurais e as áreas urbanas enfrentam os mesmos desafios: criar vantagens competitivas sustentáveis em mercados cada vez mais globais e dinâmicos. ☼

“Quanto mais um agroecossistema se parece, em termos de estrutura e função, com o ecossistema da região biogeográfica em que se encontra, maior será a probabilidade de que este agroecossistema seja sustentável”.

Stephen Gliessman

António Covas

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

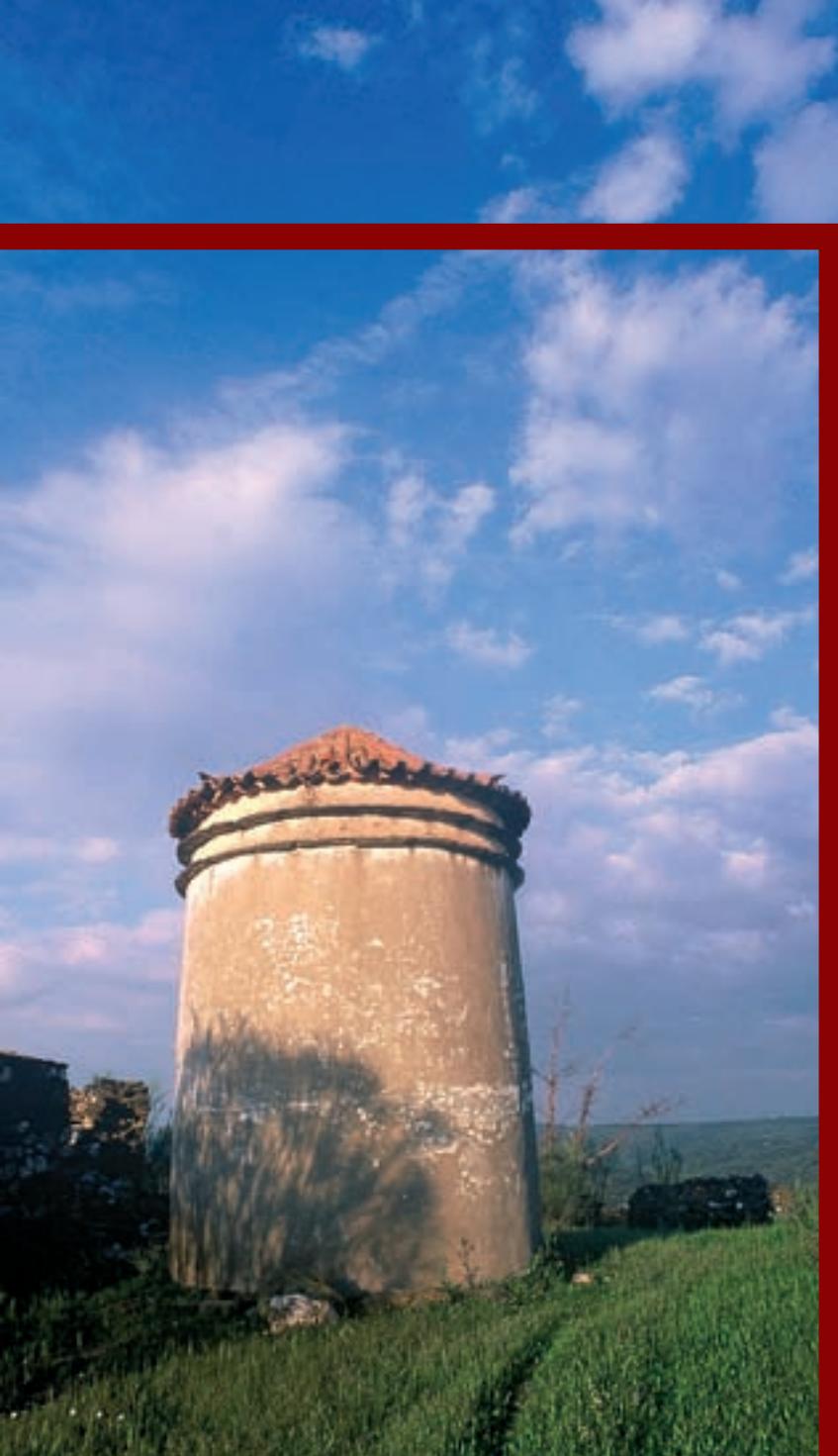
A gestão sustentável e multifuncional dos espaços rurais

Entre a agricultura convencional, assente no modelo produtivista (da produção para a conservação) e a agricultura biodiversa, assente no modelo ecossistémico (da conservação para a produção), alongam-se várias categorias de agricultura que se vão complexificando em redor do conceito de agroecossistema que poderíamos, de forma simples, definir como a coabitação dos sistemas ecológico e sócio-económico em ordem à produção conjunta de alimentos, fibras e outros serviços comuns. **Estamos, assim, a fazer a transição que nos levará das “economies of scale” (escala e especialização) para as “economies of scope” (diversificação e multifuncionalidade).** Trata-se de um caminho muito longo, intensivo em conhecimento, que tem tudo a ver com a aplicação dos princípios da gestão sustentável e multifuncional dos espaços rurais. Eis, a seguir, alguns conceitos e princípios de funcionamento a esse propósito.

1. CONCEITOS QUE ENQUADRAM OU DELIMITAM A SUSTENTABILIDADE EM GERAL

- a) o **grau de concorrência**: maior concorrência significa maior pressão sobre os recursos naturais e o ambiente, maior esmagamento das margens comerciais dos operadores e maior socialização dos prejuízos;
- b) o **nível de contingência**: o risco previsível e o risco imprevisível, a prevenção e a cobertura de riscos, são factores que afectam o grau de expectativas e, portanto, a confiança dos agentes económicos;
- c) a **escala do ecossistema**: cada escala tem uma complexidade própria, logo uma sustentabilidade de acordo com essa complexidade; nuns casos a gestão sustentável recomenda que se renaturalize o ecossistema, em outros propõe que se artificialize para criar as condições mínimas de viabilidade económica;
- d) o **grau de regulação**: a regulação torna a concorrência praticável, a contingência tolerável e a escala compatível com a gestão sustentável; a passagem da regulação de stocks (com fronteira) para a regulação de fluxos (sem fronteira) implicou a criação de uma nova geração de reguladores gerais, sectoriais e multifuncionais, sendo que estes últimos, se exceptuarmos o programa Leader, não viram, sequer, a luz do dia.

A referência a estes conceitos, ao mesmo tempo movediços e poderosos, significa que não se pode definir a sustentabilidade em abstracto, uma vez que ela é uma construção social por excelência, logo, portadora de conflito em todas as suas dimensões.



PEDRO MARTINS

2. AS GRANDES OPÇÕES AGRO-RURAIS EM PRESENÇA

Se quisermos polarizar as grandes opções agro-rurais em presença diremos que a primeira gira em redor da “economies of scale” e a segunda em redor das “economies of scope”. Dito de outro modo, a primeira opção segue o rumo da agricultura convencional, mitigando e compensando sempre que a gravidade das circunstâncias o recomende. Teremos, neste caso, especialização e dissociação de actividades e territórios. Na segunda opção, de natureza e finalidade mais agroecológicas, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, ambiental e social) podem e devem resolver-se no quadro regional apropriado (a escala das CCDR’s), única escala com profundidade suficiente para resolver as arbitragens mais delicadas. Teremos, neste segundo caso, mais diversificação e consociação de actividades no quadro de sistemas produtivos locais (economias de proximidade e vizinhança com um elevado potencial de confiança por explorar, feitas de arranjos e combinações de actividades em contínuo reajustamento e integração).

Na primeira opção, é o mercado quem mais ordena, tal como pode retirar-se, em primeira instância, das deliberações da Organização Mundial de Comércio (OMC), na segunda opção são os distintos reguladores (europeus, nacionais e regionais e as distintas comunidades de “stakeholders”) e o seu poder ordenador quem determinará a coerência dos diferentes sistemas produtivos de base territorial.

Nesta matéria, é impossível dissociar qualidade ambiental, territórios ocupados e agricultura multifuncional, mas para que esta convergência positiva aconteça é necessário que a OMC não hegemonize, por via estritamente mercantil, a

problemática contida nesta relação a três. De forma mais simples, falta um regulador internacional acreditado para as questões do ambiente e da ruralidade (ambiente rural).

3. OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO MULTIFUNCIONAL

Os princípios da gestão multifuncional podem ser reconduzidos a três orientações fundamentais: regionalizar o regulador-árbitro, aprofundar a agricultura multifuncional e desenvolver os sistemas produtivos locais. Vejamos, mais de perto, alguns princípios de funcionamento da gestão multifuncional de empreendimentos rurais:

1. Os factores ecossistémicos não são uma restrição para ser contornada, são uma condição para ser respeitada e acrescentada por serem produtores de mais-valias contextuais;
2. Os subsídios públicos não existem para ser concedidos e avaliados como um direito adquirido à priori, mas sim para serem considerados à posteriori como um prémio por uma decisão acertada e bem sucedida e a sua revisão deve ser apreciada no quadro de um sistema produtivo local (SPL);
3. A diversificação da produção deve ir até onde for possível a complementaridade útil das suas funcionalidades respectivas;
4. A diferenciação consociada de produtos e territórios é útil e necessária para criar uma família de produtos que possa fazer a diferença entre um *cluster price-taker* e um *cluster price-maker*;
5. A verticalização dos processos produtivos é necessária por razões de economicidade dos custos e retenção de mais-valias tecnológicas, organizacionais e comerciais;
6. Quanto mais complexo mais completo: a complexidade do sistema produtivo local (relações, transacções e cumplidades) é necessária para aumentar o número e a qualidade das externalidades e internalidades positivas e o seu poder de auto-regulação;
7. A disciplina colectiva é necessária para estabilizar os mercados, reduzir ao mínimo os “free raiders”, organizar uma cadeia de valor e crescer o poder próprio de auto-regulação;
8. A regionalização dos SPL’s é fundamental para conciliar e operar os “trade-off” necessários entre as especificidades produtivas e as exigências ambientais e ecológicas, bem como as arbitragens respectivas da política pública;
9. A conversão agroecológica não se resume a uma simples substituição de *inputs* negros por *inputs* verdes, ela é um teste decisivo para a aprendizagem da gestão multifuncional e, portanto, para a viabilidade dos agroecossistemas;
10. A regulação local-regional é fundamental para a sustentabilidade microeconómica dos empreendimentos: regula a concorrência, protege-a da contingência, impõe-lhe moderação no uso dos recursos naturais e exige-lhe responsabilidade social.

Num tempo de grandes alterações climáticas e de perigos vários, nada pode já impedir a mudança paradigmática em curso que introduz o paradigma ecológico em todas as nossas equações de vida. A gestão sustentável e multifuncional dos empreendimentos rurais é, neste contexto, uma antecipação do futuro. Ficam mais estas reflexões pessoais a propósito. ☘

O decano dos artistas da BIS

*"Ti" Moisés, entalhador, dourador,
restaurador... é quem diz!*

"Aos oitenta e seis, sou eu que acabo com o trabalho, não é o trabalho que acaba comigo..."

Mas até à minha arte chegou a crise! Antigamente a maioria dos meus clientes eram senhoras que gostavam de comprar peças artísticas para mobilar e decorar a casa, agora as senhoras só querem é ir até à pastelaria beber um cafezinho, ou um chá, comer uns bolinhos e dar a volta pelas "botiques" para comprar um vestido novo! Já não se dá valor à arte de quem, com as suas mãos, cria obras capazes de evidenciar, pela diferença, a originalidade do criador e a personalidade do comprador.

Agora entre 20 encomendas só uma aceita o preço que lhe peço. Parece que quem tinha o gosto ficou pobre e quem engordou gosta muito é de chocolate.

Pode crer, no meu banco de trabalho, à medida que vou dando forma ao que imaginei, sinto-me como se tivesse 40 anos... até talvez melhor, com mais paciência, que é das coisas que um bom entalhador mais necessita.

Um dos últimos aspirantes a aprender esta arte, entrou aí por essa porta e esteve um bom bocado a ver-me trabalhar. Depois, com um ar surpreendido e sem grande entusiasmo, foi dizendo: "estou a ver que é preciso muita paciência..."; pois é, disse eu, mas não faz mal, leva esse balde e vai à farmácia e pede para to encherem de paciência, depois pões o balde ao pé de ti e de vez em quando molhas o lenço e espremes sobre a tua cabeça... ficou de voltar mas... como todos os outros, de há 30 anos até hoje, nunca mais apareceu!

Mas eles é que estão a ver bem... se aquilo que faço está perdendo valor, porquê aprender a fazê-lo?"

Começou assim este nosso encontro. Conversa espontânea, sem ensaios nem prefixação de assuntos a tratar. Muito serenamente, em tom desprovido de crítica ou ressentimentos, o "Ti" Moisés, a nosso pedido e com um ligeiro sorriso sonhador, lá voltou ao princípio.

"Chamo-me Moisés de Oliveira Rafael, nascido em 25 de Junho de 1921, é só fazer contas..."

Sou neto e filho de carpinteiros todos por cá nascidos e criados. Meu Pai morreu novo com a peste pneumónica. Aos 44 anos deixou cá 8 filhos, imaginem quantos irmãos seríamos se tivesse vivido até aos oitenta! Oito filhos, eu, o mais novo, ainda não tinha nascido quando ele faleceu, ele morreu em Fevereiro e eu nasci em Junho, o mais velho tinha então 18 anos. Foram os mais velhos que assu-



miram o sustento da família, primeiro por conta de outros e, poucos anos depois, em carpintaria própria onde todos trabalhamos e governamos as nossas vidas. Todos fomos carpinteiros, por causa dessa carpintaria da família é que eu também comecei como carpinteiro... não era isso que eu queria, sonhava com a ideia de ir para a Escola de Belas Artes... mas começaram a dizer que era muito difícil, que tinha que ter o sétimo ano, que era preciso muitos anos para poder tirar um curso e coisa e tal, eu que pensava que ir para belas artes era ir para lá por gosto e lá se aprendia o que fosse necessário, não tive outro remédio senão abandonar o sonho.

Com 11 anos, acabada a escola primária, fui pedir trabalho como servente na construção civil, dos 13 aos 18 trabalhei numa fábrica de massas alimentícias, resisti até aos 18 a entrar para a carpintaria, a ideia de ser escultor de imagens não me saía da cabeça.

Sempre, desde muito pequeno, gostei de cheirar e sentir a madeira entre as minhas mãos, olhar para ela e adivinhar a melhor forma de aproveitar os seus veios, as suas diferentes texturas, cada pedaço exigindo uma maneira diferente de trabalhar, ao contrário do barro, sempre achei que a madeira era matéria viva a tratar com amor e, no meu caso, com paixão!

Tive uma mocidade bem feliz. Para além de ser uma fa-



ADRACES

mília de carpinteiros, tínhamos um outro traço comum, todos tínhamos igualmente um certo jeito para a música. Toquei flauta durante 6 anos na filarmónica de Alcains, mas eu e a maioria dos meus irmãos fizemos parte dum conjunto que tocava em bailes e festas, eu era muito popular, nessa época pertencia às elites de Alcains.

Feita a tropa regressiei à carpintaria, nesse tempo recebíamos móveis do norte que vinham em branco para serem acabados aqui, comecei a analisar as “aparás” que vinham dentro e, por elas, a estudar o tipo de goivas que utilizavam para fazer os entalhes. Como nunca gostei de assentar portas e janelas nem da carpintaria grossa destinada à construção civil, disse ao meu irmão mais velho, “olha, eu quero é dedicar-me a fazer aqui os móveis que estamos a mandar vir do norte”, ele respondeu-me que se eu me entendia que avançasse, que mesmo que ao princípio estragasse alguma coisa, isso não teria importância.

Aí começou a minha actividade como marceneiro que mais tarde evoluiu para entalhador-dourador e restaurador de artes antigas em madeira.

Aos 26 anos casei-me e, com o nascimento das filhas, comecei a pensar que tinha que arranjar maneira de juntar algum dinheiro para que mais tarde não lhes acontecesse a elas o que me tinha acontecido a mim, não poder estudar.

Botando mão aos conhecimentos adquiridos, comecei a trabalhar em casa. Depois do trabalho de marceneiro de móveis de estilo na carpintaria, dediquei-me à criação de peças decorativas, candelabros, candeeiros, molduras, transferência de litografias sobre madeira etc., obras originais que começaram a ter muita aceitação e procura.

Saber desenhar é fundamental, um bom entalhador não pode dispensar a capacidade de transpor a ideia do que quer fazer, para um modelo desenhado em papel, tamanho natural, antes de rasgar a madeira para obter a forma desejada.

Uma ocasião, vieram uns artistas de Braga para restaurar o altar-mor cá da nossa igreja, aproveitei a oportunidade e ofereci-me para ir ajudar de borla, por lá andei a olhar como faziam, deixaram-me fazer de tudo menos dourar! diziam que era muito arriscado porque se houvesse algum erro tinha que se começar tudo de novo!

Mas eu já tinha experiência da arte de dourar... que é uma arte de extrema delicadeza. Em 1950 pedi um livro sobre as técnicas de dourar à Casa Varela e mais tarde todos os materiais necessários. Tinha feito a minha auto-aprendizagem, desta, como de todas as técnicas que fui dominando! Fui à sacristia e agarrei num andor que por lá estava todo escangalhado e meio podre, trouxe-o para casa, restaurei-o completamente com as respectivas molduras douradas e mais tarde mostrei-o aos artistas de Braga que, a partir daí, não puseram mais limitações à minha ajuda.

Às obras para decoração caseira juntei, cada vez com maior importância, as coisas de pendor religioso. Por todo o país e também no estrangeiro existem trabalhos meus, a maior parte sem identificação. A minha bancada de trabalho tem sido ao longo de mais de meio século, a par da minha companheira que Deus tem e das filhas, a grande companheira das minhas lutas e angústias constantes pelo aperfeiçoamento da minha arte.

Para além do reconhecimento das pessoas que me confiaram trabalhos, recebi durante estes últimos 30 anos algumas manifestações públicas de apreço pela minha arte, entre elas a medalha da Cidade de Castelo Branco.

Desde que abracei esta escolha... adeus bailes e músicas. Mais recentemente ainda ajudei a fundar o museu local de artes e ofícios, agora em vias de reorganização e instalação no antigo Museu do Canteiro. Isto tornou-se a minha paixão, o meu prazer e uma razão para querer, com satisfação, continuar até que Deus mo permita... por enquanto, o trabalho não acabou comigo, eu é que acabo com o trabalho!”

“Oh Moisés, faz-me umas tairocas...” – pediam elas!

Para além de músico e bem parecido, o jovem Moisés também era muito solicitado pelas raparigas do seu tempo, entre outras qualidades, pelas tairocas talhadas em madeira rendilhada que fazia de graça. Pelo que disse, era mesmo de graça, que nesse tempo as “liberdades” eram muito vigiadas!

Já nessa altura o Moisés se servia da sua arte para sustentar a sua popularidade e imagem: – “naquele tempo eu pertencia às elites!” ❁

O Desafio da Sustentabilidade... para manter o território VIVO

A Iniciativa Comunitária LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural; visou, (como o seu nome indica) intensificar a ligação entre acções de Desenvolvimento Rural e incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento integrado e sustentável de nível local, cujo objecto seja a experimentação de novas formas de:

- Valorização do património natural e cultural
- Reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho
- Melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

Esta Iniciativa enquadra-se no modelo rural europeu, cuja originalidade reside principalmente na integração e sinergias entre as diversas actividades; na tomada de consciência de que o desenvolvimento das zonas rurais deve ser concebido ao nível global, integrando as dimensões económicas, sociais e culturais e, por fim, no reconhecimento de que este desenvolvimento se apoia nas pessoas e em comunidades rurais dinâmicas.

Neste enquadramento global e, considerando o grande tema da Revista, importa pois referenciar a forma como a Iniciativa LEADER – ADRACES perspectivou e acolheu no território da BIS o sector agrícola.

Dado o papel importante deste sector no território e a perpetuação de certas práticas, a ADRACES considera que a agricultura desempenha um papel relevante no ordenamento do território e na preservação de bens e tradições culturais. Estamos assim perante o cerne da articulação entre actividade agrícola e desenvolvimento rural sustentável, ou seja, a expressão concreta do que é, realmente, a multifuncionalidade da agricultura que se revela nas sinergias entre actividade agrícola e desenvolvimento rural.

Portanto, neste contexto, pensar a agricultura inserida no Desenvolvimento Sustentável, é, antes de tudo, situarmos na lógica dos actores sociais presentes nas zonas rurais e nos movimentos que promovem uma nova ressignificação das pessoas que lá vivem, ou seja, visualizá-los como elementos dotados de criatividade, tecnologias e cultura próprias, e como pessoas que planeiam alternativas de

melhoria na qualidade de vida. Nesta perspectiva, a multifuncionalidade é uma nova forma de pensar a agricultura. Há algum tempo, a visão que se tinha da agricultura era de simples produtora de alimentos. Hoje, sabe-se que a agricultura também traz vários outros benefícios para a sociedade como a preservação da natureza e do meio-ambiente, a manutenção do património cultural, a estruturação de identidades de referência, a invenção e valorização de sistemas solidários de proximidade, a criação de empregos e a melhoria da distribuição demográfica evitando excessiva concentração urbana.

Em função destas suas outras funcionalidades, as actividades produtivas tradicionais do meio rural – agrícola, pecuária e florestal – passaram a ter novas valências na sociedade. Esta visão integradora representa uma nova forma de se analisar a agricultura, alargando-se o enfoque do desenvolvimento económico para uma visão de desenvolvimento sustentável, que tem em conta tanto os factores económicos, como os sociais e ambientais, criando assim uma nova forma de construção do capital social de um território.

Neste enquadramento e com esta filosofia de intervenção, foram formulados os apoios para a BIS, que passaram pela noção clara da necessidade de pluriactividade, em especial porque o emprego rural não se restringe às actividades agrícolas, pois o novo mundo rural ou as novas visões sobre a ruralidade abrangem estas novas dimensões e funções da vida no meio rural.

Estando vedados do LEADER os apoios directos à produção agrícola, o seu papel foi, apesar disso e, provavelmente por isso, de grande dinamizador do sector agrícola, pois existe presentemente uma procura crescente de bens e serviços não mercantis que a agricultura fornece em complemento da sua função primária de produção de bens alimentares. O sucesso do LEADER na BIS é disso testemunho. A valorização de antigas práticas ou de produtos locais tradicionais, o sucesso do turismo rural e actividades conexas, o interesse pelas culturas e tradições locais, etc. também o provam. Disso são exemplo a selecção de projectos demonstrativos destas práticas implementadas na BIS pela ADRACES, na gestão do PIC LEADER, que a seguir se apresentam. ☘



Legenda das fotos

da esquerda para a direita

- O Bordado de Castelo Branco com design e inovação
- Percurso Pedestre “Os Moinhos de Penha Garcia”
- Promoção e Valorização de Produtos Regionais – Azeite de Ródão
- O Queijo de Castelo Branco
- Artes e Ofícios Tradicionais – Restaurador de mobiliário



RED Ruralidade, (Environnement) Ambiente e Desenvolvimento
MER Movimento Europeu Rural

Em prol do desenvolvimento rural europeu

R.E.D. (Ruralité – Environnement – Développement) é uma associação internacional, sediada na Bélgica, dotada com um estatuto participativo que lhe permite desenvolver acções como assegurar, desde 1999, a vice-presidência do Comité Consultivo de Desenvolvimento Rural da Comunidade Europeia ou ser um organismo consultivo do Conselho da Europa desde 1986, entre outras.

Enquanto associação, a R.E.D., tem como objectivos principais trabalhar em prol de uma política de desenvolvimento rural que integre num mesmo espaço os conceitos de economia, cultura e ambiente, em relação positiva com os espaços urbanos; reivindicar, para as populações rurais e para os seus territórios, o direito a ter um papel activo nas formulações e aplicação das políticas locais, regionais e europeias; e promover exemplos concretos de desenvolvimento local em zonas rurais, principalmente acções que envolvam o binómio ambiente/desenvolvimento.

A R.E.D. é a coordenadora do Movimento Europeu da Ruralidade (MER), plataforma de ONG's internacionais criada em 1997, que reúne regularmente em Bruxelas com vista à preparação de documentos de posição comum relativos a projectos e programas da Comissão Europeia.

Esta plataforma tem como objectivos principais: promover uma política de desenvolvimento rural integrada, dinamizando e integrando

os interesses de todos os sectores, e alcançar diálogos frutíferos com instituições internacionais, principalmente as da União Europeia, com o fim de proteger os interesses de todos os sectores sócio-económicos do mundo rural, nomeadamente na aplicação das políticas comunitárias.

Integram esta plataforma entidades como:

- Associação Internacional do Desenvolvimento Europeu para a Ruralidade (R.E.D.)
- Associação Europeia de Representantes de Regiões de Montanha (AEM)
- Conselho Europeu de Direito Rural (CEDR)
- Conselho Europeu de Proprietários Rurais (CEPI)
- Comité Geral de Cooperação Agrícola da UE (COGEGA)
- Comité de Organizações Agrárias da UE (COPA)
- Organização Europeia de Proprietários Rurais (ELO)
- Federação Europeia de Agroturismo e Turismo Rural (EUROGITES)
- Federação de Associações de Caçadores da UE (FACE)
- Federação Internacional de Planificação Habitacional (FIHUAT)
- Associação para as Universidades Rurais Europeias (APURE).

Para saber mais sobre a R.E.D., ou sobre cada um dos parceiros integrantes do Movimento Europeu da Ruralidade visite o seu sítio na Internet em www.ruraleurope.org.



ADRACES - PAULO PINTO

Joaquim Alberto Simões

Carta de Paris Primavera de 2007

Todos os anos, na primeira semana de Março, há um acontecimento muito publicitado, aqui em Paris, que é a Feira da Agricultura. E eu, como em todos os anos anteriores, vou dar uma olhada para ver o que se passa numa actividade que, ainda hoje, gostaria que fosse a minha. Por isso, mais uma vez, fui à Feira da Agricultura.

Há alguns anos, a Feira da Agricultura de Paris era um acontecimento de nível mundial. Tinha representações de todos os países desenvolvidos do mundo, e era possível encontrar lá o que de melhor se fazia no mundo sobre agricultura, e tudo o que era mundo rural. Há cerca de 15 anos reduziram muito a área de exposição, porque tiraram da Feira toda a maquinaria e alfaias pesadas, cuja exposição passou a ser feita a mais de 40Km do local da Feira, sendo necessário atravessar Paris para poder ir de um local ao outro. Este ano, nem sequer a maquinaria de jardim se encontrava em exposição.

Claro que a Feira passou a ser um local aonde os parisienses se deslocam em família para passear. O preço das entradas aumentou muitíssimo, este ano era 12 euros cada bilhete, mas perdeu o cariz internacional.

Agora, só os países vizinhos da França mantêm uma representação, como, por exemplo, a Espanha. De Portugal nem sinal. Havia apenas uma exposição de cães perdigueiros apresentada por uma associação de emigrantes portugueses em França. Por sinal, premiada com um primeiro prémio.

quase inexistente. A Feira, agora, é mais ou menos como o Campo: – um lugar aonde se vai passear. E este ano, mais uma vez, bateu o recorde de entradas. Talvez porque há cada vez menos gente a viver e a trabalhar no Campo, há cada vez mais desemprego e há cada vez mais fogos nas florestas. Porque ninguém as limpa.

Dizem que é por falta de dinheiro que não há trabalho no campo. Mas eu gostaria que aqueles que têm os dados e tempo para fazer as contas, nos apresentassem a soma dos prejuízos causados pelos fogos e do dinheiro que se gasta com o desemprego. Se o dinheiro que se perde com os fogos e muito do que se gasta com o desemprego fosse empregue na limpeza das florestas e matas, não só o desemprego seria muitíssimo menor, como o flagelo dos fogos diminuiria imenso. Por outro lado, todas as sociedades cuja alternativa ao desemprego é apenas o subsídio, são sociedades caducas, sem futuro. Quando as pessoas perdem o hábito de trabalhar, perdem também a autonomia. E quando se habituam a viver de subsídios, passam a ter mentalidade de pedintes. A pior coisa que pode acontecer a um pobre, é transformar-se em pedinte. Nunca mais tenta resolver os seus problemas, porque está sempre à espera que os outros lho resolvam. Estou convencido que não é por falta de dinheiro que não há trabalho nos campos. É por falta de outra coisa, talvez juízo na cabeça de quem tem o poder de gastar o dinheiro que é de todos nós, mas não é por falta de dinheiro. ☘

Para se fazer uma ideia, exactamente há 18 anos, eu demorei 40 horas para ver a Feira. Cinco dias a 8 horas por dia. Este ano, demorei apenas 7 horas. O ano passado, como não havia aves, demorei 5 horas.

Há 18 anos, podíamos sair da Feira com documentação sobre tudo o que lá estava exposto.

Este ano, a documentação era



Foram aprovados pelo Comité de Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia os primeiros Programas Nacionais de Desenvolvimento Rural: Para 2007/2013: República Checa e Suécia.

O Comité de Desenvolvimento Rural, composto pelos representantes dos 27 Países aprovou os Programas Checo e Sueco, ou seja, 2 sobre 94; Pelos valores de 3.615 milhões de euros para Checoslováquia e 3.917 milhões de euros para a Suécia.

A repartição destes dois programas, entre os diferentes eixos, é a seguinte:

República Checa	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	LEADER	TA Assist. Tec.	TOTAL
Investimento total	840	1.945	635	175	18	3.615
Comparticipação EU	630	1.554	477	140	13	2.815
% C.EU	75%	55,20%	75%	80%	75%	77,87%
% por eixo	22,39	55,20	16,93	5,00	0,49	100,0
	21,93					

Suécia	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	LEADER	TA Assist. Tec.	TOTAL
Investimento total	555	2.702	326	264	70	3.917
Comparticipação EU	278	1.261	147	105	35	1.826
% C.EU	50%	46,66%	45%	40%	50%	46,61%
% por eixo	15,5	71	12	6,7	1,9	100,0
	18,7					

Proposta portuguesa em números aproximados segundo tabela 6.2.4. documento de 4 Dezembro 2006 página 274.

Proposta Portuguesa	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	LEADER	TA Assist. Tec.	TOTAL
Investimento total	2.190.428.817	1.707.759.156	2.817.937	453.012.341	187.396.917	4.541.415,168
Comparticipação EU	1.613.564.977	1.393.873.023	2.300.000	363.406.500	140.547.688	3.513.692.188
% C.EU	73,7%	81,6%	81,6%	80,2%	75%	77,4%
% por eixo	45,9	39,7	0,1%	10,3%	4%	100,0
	10,4					



OBSERVAÇÕES:

1. Chamamos a v/atenção para os valores atribuídos ao conjunto dos eixos 3 e 4 em cada um dos Países.
2. Na melhor das hipóteses, a proposta portuguesa, em relação ao sugerido pela comissão, retira a estes dois eixos, cerca de 75 milhões de euros!
3. Se Portugal seguisse as orientações da Comissão deveria atribuir a estes dois eixos o mínimo de 24%.
4. Também nos parecem dignos de registo os respectivos valores atribuídos ao pagamento da assistência Técnica! (Funcionários do Ministério?)

A Comissária da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Mme Fischer Boel, indicou que, globalmente, os Programas de D, Rural dos 27 estados membros, fixavam a seguinte repartição média por eixo:

	Média afixada pelos E. Membros	mínimo exigido pela comissão
Eixo 1:	35%:	10%
Eixo 2:	46%:	25%
Eixo 3:	19%:	10%
Leader:		5%:

A APROVAÇÃO DO PROGRAMA PORTUGUES DE DESENVOLVIMENTO RURAL, (Continente) ESTÁ PREVISTA PARA O MÊS DE NOVEMBRO.

O plano de aprovação dos restantes programas regionais e nacionais pela Comissão, é o seguinte:

Junho 20/21	D (Hessen, NRW , Brandenburg, nat, f'work). FIN . (continente). IT (rede nacional). NL . Sln;
Julho 18/19	Bel. (Flanders). Cyp , D. (Saxony). FR. (continente). Hun , IRE , It. (Emília Romana, Lombardia). Lith . Pol ;
Setembro 19/20	Aust. D. (Bayern, Hamburgo, GRE . It. (Abruzzo, Veneto, Liguria, Bolzano). Lux . UK. (N. Ire).
Outubro 24/25	Bul , Fr , (Réunion). It (Piemonte, Umbria, Toscana, Friuli, Campania, Calabria):
Novembro 20/21	Est. Esp (rede nacional). Fr. (Córsega & 3 outros departamentos ultramarinos. Port. (continente)
Sem data	Esp. (Planos regionais) Fin (Aaland Islands). It. (Trento, Valdaosta, Sicília, Lazio, Puglia, Basilicata, Sardegna, Molise). Lat. Port. (Madeira, Açores e Rede Nacional). Rom , Svk , UK , (Eng, Scot. Wales).

Especificação dos objectivos dos eixos:

EIXO 1. MELHORAR A COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL:

Nomeadamente através de:

- Formação profissional
- Instalação jovens agricultores
- Reformas antecipadas de agricultores e trabalhadores agrícolas
- Utilização de serviços de conselho e assistência técnica
- Ajuda à substituição de pessoal nas explorações e de aconselhamento à gestão.
- Modernização das explorações agrícolas
- Apoio à reconstituição do material agrícola destruído por catástrofes naturais. Etc etc

EIXO 2. MELHORAR O AMBIENTE

E ESPAÇO RURAL

Nomeadamente através de:

- Apoios aos agricultores situados em zonas desfavorecidas de forma a compensar os handicaps naturais.
- Apoios aos agricultores das zonas natura 2000.
- Apoios agro ambientais
- Apoios destinados ao bem estar animal
- Apoios aos investimentos não produtivos
- Uma ajuda pela primeira florestação de terras agrícolas.
- Uma ajuda à reconstituição do potencial florestal e à adopção de medidas de prevenção etc. etc

EIXO 3. MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA EM MEIO RURAL E AUMENTAR A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL.

Nomeadamente através de apoios a

- Apoiar a diversificação de actividades não agrícolas
- Ajuda a criação e desenvolvimento de micro – empresas com vista a desenvolver a iniciativa empresarial e reforçar o tecido económico rural
- Apoiar a promoção de actividades turísticas
- Criação de serviços básicos para a economia da população rural
- Apoiar a renovação e o desenvolvimento das aldeias
- Apoiar a conservação e valorização do património rural
- Apoiar a formação e a informação dos actores económicos rurais em todos os domínios cobertos pelo eixo 3
- Apoiar a aquisição de competências e de animação para a elaboração e implementação duma estratégia local de desenvolvimento.

EIXO 4. DEFINIÇÃO DA ABORDAGEM LEADER

Nomeadamente através de :

- Elaboração de estratégia locais de desenvolvimento elaboradas por zonas rurais claramente definidas a nível sub- regional.
- Constituição de parcerias público/privadas de nível local, designadas como “grupos de acção local”
- Adopção de abordagens ascendentes, com poder de decisão para os grupos de acção local, no que diz respeito à elaboração e implementação das estratégias locais de desenvolvimento (artigo 61-do regulamento (CE) nº 1698/2005 do Conselho de 20 de Setembro de 2005.
- Apoiar uma concepção e implementação multisectorial de estratégias fundadas sobre a interacção entre os actores e os projectos de diferentes sectores da economia local.
- Apoiar abordagens inovadoras.
- Apoiar a implementação de projectos de cooperação
- Colocar os parceiros locais em condições de trabalhar em rede

Autarquias em resistência para um Mundo Rural Vivo!

PEDRO MARTINS



Com frequência apontamos o exemplo do desenvolvimento da nossa vizinha Espanha. Mas raramente prestamos atenção aos processos sociais de gestão desse desenvolvimento. Hoje damos a conhecer princípios e conceitos básicos fundadores de um desses processos.

“Esta Reflexão vai dirigida não só aos candidatos que se apresentem às próximas eleições autárquicas, mas também a todas as pessoas que vivemos nas aldeias e que entendemos que as pequenas autarquias têm que dar um importante valor ao seu grau de autonomia para fazer a gestão dos seus territórios. Também para aqueles que se atrevem a imaginar o futuro, fora das lógicas do modelo de desenvolvimento que durante décadas expulsou as nossas gentes das suas aldeias, e a construir novos projectos e iniciativas a partir dos recursos locais, que às vezes desconhecemos, não valorizamos, e incluso desprezamos”.

“A nossa reflexão pretende adiantar algumas propostas para o futuro, mas, sobretudo, tenta dar a conhecer melhor algumas das ameaças que espreitam as povoações, ameaças que se tornarão realidade, se não somos capazes de nos opor a elas com firmeza, ainda que isso simbolize a luta de David contra Golias.”

“As pequenas autarquias, no momento histórico que nos toca viver, têm de assumir outras responsabilidades, comprometidas não só com os problemas do presente, mas também com a preocupação de conceber comunidades com futuro para as gerações vindouras.”

“Por isso é urgente travar o processo de desaparecimento de mais agricultores e apoiar decididamente UMA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA LOCAL, que não substitua trabalhadores por tecnologias que destroem o nosso meio e o nosso trabalho. Podemos e devemos recuperar uma agricultura que seja capaz de produzir alimentos sãos e cuide dos ecossistemas e dos recursos que permitem colocá-la em prática: os solos, a água e a biodiversidade.”

“É de suma importância defender a auto-suficiência alimentar, que os povoadores rurais possam ter as suas hortas e produzir nelas aquilo que queiram, fazer a matança e o queijo, ter as suas galinhas, sem outro impedimento legal, que o direito a produzir os seus próprios alimentos.”

É imprescindível boicotar todas as leis elaboradas debaixo da pressão da agro-indústria multinacional”. ☘

Para mais informação:

plataformarural@nodo50.org

Os cus são todos iguais

Fernando Paulouro Neves

Do álbum “Os Fantasmas não fazem a Barba” publicamos com os devidos agradecimentos o texto de Fernando Paulouro das Neves: “Os cus são todos iguais”.



A notícia espalhou-se rapidamente. Os militares em Lisboa tinham libertado o país e agora a liberdade era qualquer coisa de real que as pessoas podiam tocar com as mãos e tomar como sua. Olha! Já a praça se enche de gente e há palavras, e vivas, e canções, e sorrisos, anda toda a gente de cravo vermelho, é a vez do povo mandar. As pessoas escutam os noticiários na rádio e na televisão e abrem os olhos de espanto. Que ouvem elas? Os gestos e as sílabas de esperança que percorrem, por todo o lado, o país. É Abril, a noite se fez dia, já dizem que a terra é de quem a

trabalha e os mendigos ocupam casas devolutas. A canção do Zeca tornou-se um hino, Grândola Vila Morena terra de fraternidade é metáfora de uma pátria: em cada esquina um amigo, em cada rosto igualdade. Os polícias, habituados a bater nas pessoas de bem, olham agora aparvalhados para o rio de gente que, por dá cá aquela palha, levanta a voz e escreve a caligrafia da revolução nos muros do país.

Uma revolução é um vento que sopra por todo o lado uma liberdade livre, utopias que semeiam ousadias e desejos,



uma revolução é a capacidade de sonhar a vida como espaço de felicidade. É disso que falam as notícias. Em aldeias perdidas, os moradores juntam-se para abrir uma estrada, em bairros periféricos das cidades dão as mãos os homens e as mulheres para edificarem as paredes do salão de festas, há novas de que os militares puseram de lado as armas e andam a ajudar populações isoladas a construir pontes. Portugal está agora mais junto, abraçado na esperança de melhores dias. É verdade que “a pátria não deve nada a ninguém, em particular – deve tudo a todos”!

O alarido tomou conta das ruas e dos becos, galgou pátios interiores onde o sol não acampava nunca e bateu em cheio no rosto daquela gente que tinha sido longos anos descartada da vida. Esses foram os primeiros a ganhar alguma coisa com a mudança. Os magros salários, só um pouquinho mais cheios, permitem já o acesso a coisas que eram exclusivo dos ricos. Já falam alto e dizem agora que têm direitos, que a saúde e a habitação é pertença de todos, que todos nascemos livres e iguais.

Famílias inteiras, escravizadas por uma servidão de séculos, puderam abrir o rosto a um breve sorriso. A pobreza era uma herança fatal que passava de geração em geração. Havia muitas espécies de pobres, mas a escala última de desumanidade era quando se ouvia alguém dizer:

— Sou um pobre de pedir!

Eram os condenados à exposição pública.

O trabalho sem direitos era outra forma de ser pobre. Ao fim de uma vida inteira a labutar, cansados os braços e tolhidas as mãos, iam bater à porta do Albergue dos Inválidos e lá ficavam à espera da morte. Vestiam serrubeque castanho, quase nunca riam, e havia sempre um escalado para puxar a carreta que transportava o último morto, no funeral apressado, em que o próprio latim do padre era aviado às três pancadas.

Vi muitas vezes passar o cortejo fúnebre dessa gente que não tinha ninguém, sem outros acompanhantes que os

próprios velhos, que faziam o percurso até ao cemitério a pensarem que a sua vez estava próxima. Às vezes, alguém mais distraído ouvia a campainha do enterro, dalim dalim dalim, e perguntava:

— Quem é que morreu?

A resposta era quase sempre a mesma:

— Ninguém, foi um pobre do Albergue...

A vida era dor abraçada ao quotidiano.

Se o diabo amassava algum pão, os que sujavam as mãos e trabalhavam duramente, eram os principais fregueses. Muitos a pouco mais podiam aspirar do que recolher os despojos da sociedade de consumo – da abundância dos outros.

Esta coisa do 25 de Abril dera-lhes, a todos, um grande empurrão na vida. Foi um frémito de esperança. Ao fim do mês, o dinheiro parecia que tinha esticado.

A Estrelinha, que tinha no corpo as marcas do enxergão, a primeira coisa que pensou fazer, quando começou a contar os tostões da família, foi ir direitinha à loja dos móveis e comprar um colchão molaflex, que namorava sempre que passava por lá. Quando por lá ia, ficava longo tempo a imaginar como seria bom dormir numa coisa assim, tão larga e tão fofa!

— Um colchão daqueles! Tem bem dois palmos de espuma, caramba!

Nesse dia saiu à pressa e foi lá, combinar com o dono da loja, a compra das prestações.

— Levem-no lá a casa, ao fim da tarde...

O homem, que conhecia a geografia do lugar e o tamanho da habitação, mergulhou em mil dúvidas.

— A caminha entra no beco?, – interrogou. — E o colchão cabe na porta?

Ela disse que sim com gestos de impaciência.

— Atão não cabe? É mesmo résvés...

Nessa tarde, quando a camioneta chegou ao beco e desencadeou complexas manobras para não ficar de todo entalada entre as paredes das casas, cresceu o alvoroço na vizinhança que entretanto saíra à rua a dar fé de tantos falares. Quando os homens começaram a desatar cordas e mais cordas e a desembrulhar o papel que envolvia a mercadoria, as vizinhas ficaram de boca aberta, perante tal luxo...

— A Estrelinha comprou um molaflex! Não continham a surpresa e faziam tantas exclamações, tão puxadas de dentro, que até parecia ter saído a taluda lá no beco!

— Oh! Estrelinha! Logo um molaflex, hem!, – diziam-lhe, enquanto seguiam a procissão do colchão a caminho do cubículo onde a família dela habitava.

Algumas estendiam as mãos e apalpavam o material, cuja fofice transmitia uma imagem de bom sono e comodidades. E voltavam a atormentá-la:

— Oh Estrelinha! Logo um molaflex, caramba!

A outra, cansada de tantas admirações onde adivinhava uma pontinha de inveja, explodiu. Virou-se para elas e calou-as com uma verdade incontestável:

— E depois? O cu dos ricos não é melhor que o meu!

Os homens tinham feito o milagre de introduzir o colchão, lá dentro, depois de porfiada engenharia nas minúsculas divisões.

Nessa noite, Estrelinha imaginou que estava a dormir num palácio. Quando acordou, no dia seguinte, abrindo os olhos para a realidade, um enorme sorriso poisou na sua felicidade mínima. Afinal, era verdade: os cus eram todos iguais! ✿

“As cores dos modelos de desenvolvimento”

Paíça Garção: Pintor

O “centro do poder” ignora e desinteressa-se do espaço para além do infra-estruturado, do urbanizado, do mais produtivo, do espaço onde está o maior número de votantes, criando desigualdades sociais e desertificações territoriais



O “centro do poder” deseja que em todos os espaços se consumam UNICAMENTE os “produtos/pensamentos” que ele fabrica, para que possa ser ele o DONO DE TODO O MERCADO.



O “centro” age como animador/dinamizador da valorização das iniciativas locais, descentralizadas e territorializadas, articuladas em redes, de baixo para cima. (da periferia para o centro).





FISHEYE

E Deus cria a Globalização, esquecendo-se do Local?

Assunção Pedrosa

A luta contra a injustiça e opressão geradas pela “globalização desregulamentada” deve começar pela rejeição de todas as verdades reveladas, pela revitalização do espírito crítico.

É um combate no qual não podemos, como dizia Bossuet, “afligir-nos com as consequências e acomodar-nos com as causas”.

Recusar o mundo tal como ele é requer, antes de tudo, compreender até que ponto o conceito de “globalização/mundialização” é um conceito ideológico, de perceber que a “mundiglobalização – MG” não tem nada de fatal, que ela é apenas o fruto da escolha e de interesses humanos.

Uma ideologia, seja ela qual for, apresenta-se sempre como “coisa real”, como evidência reconhecida (e não imposta... dizem) pela grande maioria das pessoas. Isto é ainda mais verdade quando, a propósito do combate contra a MG, este é apresentado como arcaico e já perdido de avanço.

De repente, tal como os coloridos e alegres passatempos da televisão nos pintam um mundo de riqueza e felicidade, também nós começamos a pensar poder pintar a MG com as cores das nossas ilusões. A questão não é nova na História. As grandes construções dogmáticas permitem sempre, durante a sua fase de emergência, diferentes interpretações temporariamente não qualificadas de heresias, sempre que legitimem os conceitos fundamentais do dogma em fase de consolidação. Mas, a seguir, os interesses e jogos de poder acabam rapidamente com as questões em suspenso, liquidando ilusões e comportamentos apelidados de desviantes.

Ao contrário do que nos querem fazer aceitar, a mundiglobalização neo-liberal não é uma fatalidade, não é uma coisa inevitável!

Foram os próprios “ordenhadores interessados” que baptizaram “o seu animal”. Chamaram-lhe globalização ou mundialização e, mercê do seu domínio económico sobre os media, impuseram esse conceito de coisa inevitável e boa. Impuseram-no também “à esquerda” aproveitando-se da velha aspiração humana à Cidadania Mundial. Foram e são os órgãos de comunicação social bem pensantes “vozes dos donos do mundo” que matraqueiam a ideia de que esta MG é uma coisa inevitável, que não adianta opor-se, porque ela é a estrada única que nos levará ao fim da vida.

Foram e são os pseudo filósofos da modernidade que vêm legitimando o seu carácter pretensamente positivo.

A MG alternativa, a que eu chamo, por simplificação a “globalização dos fóruns mundiais”, também apelidada de “altermundialização”, não passa duma alternativa condicionada pelo modelo da primeira, perseguindo por outros processos, o objectivo de alcançar uma governação mundial, supostamente respeitadora dos direitos de todos os Humanos e praticante activa da justiça social e da equidade de oportunidades para todos os povos do planeta, porque emanada de um mítico processo ascendente!

Querer um outro mundo, uma outra correlação de forças sociais, é um combate necessário, mas não necessariamente na perspectiva de uma outra MG!

Será que a crítica de uma globalização deve ter por objectivo a criação de uma outra globalização geradora de outras alienações?

Toda a concepção de uma qualquer MG acaba por desejar a emergência de uma espécie de direito internacional sem estado (supra estado) sem território, “direito dominador” porque situado fora de toda a contingência social delimitada e concreta.

Toda a visão de mundialização, ao pretender-se por natureza a expressão do interesse da Humanidade, destrói a sua legitimidade porque, de facto, a Humanidade que evoca é uma Humanidade sem raízes planetárias, amorfa e despolitizada.

Substituindo a soberania popular, o controle democrático de proximidade e o internacionalismo solidário, por órgãos políticos ultra-distanciados das comunidades e dos povos, substituindo os naturais afrontamentos democráticos por verdades imanentes, ela impõe os seus dogmas em prejuízo da razão.

É bom reflectir sobre os dramas do século XX, porque eles explicam-nos bem os efeitos de tais predisposições à aceitação dogmática das verdades “emanadas”.

Não será nunca na ilusão dessas “verdades incontestáveis” que se construirá o progresso social. A sua construção exige a afirmação prática do livre arbítrio e da LIBERDADE HUMANA.

Esta é uma questão que, embora nos pareça de efeitos distantes e menores, influi directamente no quotidiano do Desenvolvimento Local. ✿

Comovem-me as manifestações de compaixão e solidariedade que as pessoas, espontânea e sinceramente, organizam em nome de causas em que acreditam. Gostaria que o mesmo impulso permitisse aos povos de todo o mundo, e particularmente aos portugueses, acreditar na cultura de cidadania que tão urgente se mostra na construção de uma efectiva coexistência pacífica face às dificuldades de sobrevivência económica e de integração social do mundo contemporâneo.

A defesa dos valores europeus que coincidem com os valores a que o 25 de Abril deu voz em Portugal consiste nos direitos à democracia, à liberdade, à igualdade e à solidariedade. Contudo, a realidade crua dos tempos, a pobreza, o desemprego, a competição e a corrupção põem em risco este modelo social sonhado pela Europa após o fim da II Guerra Mundial. A revolta e a necessidade de encontrar bodes expiatórios a quem culpar pelos indesejados efeitos das políticas económico-financeiras actuais levam os cidadãos a refugiar-se no isolamento, no egoísmo e na exigência de uma ordem imposta que ponha fim ao que se considera intolerável.

Vivemos numa Europa em risco e não podemos passar sem ela. Uma Europa em que cada Estado-membro não é auto-suficiente e cuja União não garante segurança nem integração social a todos os cidadãos. Num mundo que se caracteriza pela globalização fundada nas leis do mercado que conduziram à emergência dos conceitos de flexibilidade, polivalência

útil a preparação das sociedades europeias para a integração positiva dos imigrantes que permitem uma oportunidade única de rejuvenescimento social, de melhoramento dos recursos humanos e da qualificação profissional e, provavelmente, da capacidade inventiva para a criação de mais e mais diversificado emprego. Além disso, esta lógica permitiria a consolidação dos Estados de Direito, capazes de preservarem o exercício dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais, demonstrando ao mundo que a transparência é o único modo de contribuir de forma efectiva e eficaz para a extinção das redes de tráfico dos seres humanos e para a diminuição da corrupção.

O grau de capacidade de integração de uma sociedade depende da segurança e da solidez da sua coesão social. Se a auto-confiança dos países de acolhimento é baixa em relação a estes indicadores a sua fragilidade e precariedade fomenta e reforça sentimentos de xenofobia e racismo promotores da exclusão social e, conseqüentemente, dos riscos de conflitos internos que agravam as condições de convivência social.

Considerando que racismo e xenofobia são construções sociais e culturais que as pessoas vão, desde crianças, interiorizando, podemos claramente inverter o processo contribuindo para a construção de representações sociais solidárias onde o drama de cada cidadão é susceptível de

Ana Paula Fitas

Doutora em Ciências Sociais - Estudos Portugueses

- Cultura Portuguesa do Século XX

Cidadania e Diversidade Por uma Cultura de Paz



e mobilidade, a Europa vive hoje um modelo social que precisou do Acordo de Schengen para o controlo dos fluxos migratórios. No entanto, os valores que a imagem europeia propagandeou, atraíram imigrantes de todo o mundo. Foi aliás esta lógica que, do ponto de vista externo, contribuiu decisivamente para a queda (ou “implosão”) dos países de Leste.

Agora, batem-nos à porta tragédias humanas em cada cidadão que caminha, sozinho e sem apoio, carente e desprovido de um “projecto de sobrevivência cultural” (como disse Emmanuel Todd)... os imigrantes europeus deixaram os seus países de origem onde a inexistência de condições de vida digna não lhes permitiu encontrar respostas e chegaram a um espaço fragilizado, cujas economias nacionais não têm capacidade para resistir de forma autónoma e cuja sobrevivência colectiva parece caminhar, num esforço autista, para um futuro a lembrar os caminhos armados de Israel. Para garantir a sua própria existência, em termos de valores e de modelo social, seria mais

ser encarado como uma situação que pode acontecer a qualquer um de nós.

Na verdade, a decisão de emigrar é quase sempre um acto de desespero de quem não encontra alternativas na sociedade e na cultura a que pertence e, no contexto social da globalização em que vivemos, todos nós somos seres em risco de migrar. Nesse sentido, devemos ser capazes de criar as competências que nos permitirão viver com esta realidade de uma forma saudável e útil.

Só com a criatividade que a diversidade permite poderemos ultrapassar os bloqueios de desenvolvimento em que nos encontramos e evitar a violência que as nossas insuficiências económicas e sociais arrastam. Só com a definição de claros deveres de Cidadania que a solidariedade e a igualdade requerem, podemos consolidar a Europa dos Direitos que continuamos a querer construir caminhando, enfim, para uma Cultura de Paz. ✿



Problemas de identidade¹

Aida Recheda

Directora do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

Mestre em Museologia

A Identidade é em si uma noção problemática. Designa por um lado aquilo que perdura mas também aquilo que distingue e o que congrega. Não existe como objecto social, ou seja, não tem existência real, mas é indissociável da própria formação social e indispensável para a união do grupo através de um princípio de unificação identitária.

Podemos defini-la como “aquilo pelo qual uma pessoa, um grupo familiar, profissional, cultural, se reconhece a si próprio e é reconhecido pelos outros. Para que esse reconhecimento funcione é preciso que um certo número de representações, de imagens e sentimentos legitimem a pertença a uma história, a uma cultura”.² **O património cultural inclui-se neste conjunto de representações que contribuem para a pertença Identitária.**

A análise de uma identidade grupal faz-se recorrendo à definição dos elementos a partir de um de um conjunto de referentes³ que podem ser:

Referentes materiais e físicos do grupo: incluem os elementos relativos à posse (nome, território, objectos, habitação, vestuário), às potencialidades (económica, financeira, física e intelectual), à organização material (do território, do habitat, das comunicações) e às aparências físicas (importância e repartição do agrupamento, traços morfológicos, signos distintivos);

Referentes históricos: respeitantes às origens, aos acontecimentos marcantes, aos traços históricos como as crenças, costumes, hábitos, leis e normas;

Referentes psicoculturais: incluem o sistema cultural que integra as crenças, a religião, os códigos culturais, as ideologias, os valores e as expressões culturais; a mentalidade na qual se incluem as visões do mundo, as normas grupais e

hábitos colectivos, e o sistema cognitivo respeitante aos traços psicológicos do grupo, atitudes e sistemas de valores; Referentes psicossociais: englobam as referências sociais (nome, sexo, idade, profissão, poder, papel social, actividades e filiações), os atributos de valor social (como a competência, as qualidades e defeitos) e as potencialidades de mudança (motivação, estratégia, adaptação, estilo de conduta).

A identidade local, por seu turno, define-se pela relação com o Território e compreende a maneira de estar no mundo face aos outros e o património cultural enquanto produto da história e da experiência quotidianas.

Quando num território ou num grupo falamos de construção de identidades, referimo-nos à construção de novas e não da recuperação de identidades tradicionais ou do passado. São estas novas identidades culturais que possibilitam a reconstituição ou o reforço da coesão das comunidades locais actuais. Contudo, as novas identidades baseiam-se quase sempre em elementos referenciadores enraizados no passado.

É importante sublinhar, como faz Henry-Pierre Jeudy⁴, que a identidade tratada como um objecto cultural e passível de musealização apenas traduz os signos do identitário e nunca é a expressão do vivido, do real:

“Para que os vestígios identitários apareçam e que sejam susceptíveis de representação, é necessário que a morte duma cultura tenha de facto acontecido ... a musealização das culturas populares poderá sempre restabelecer até ao detalhe a linguagem do corpo e as mudanças, que ela mais não fará que reconstituir um sistema perfeito de representação simbólica desprovido para sempre da sua origem e da sua vivência.”

Tendo em conta estas considerações, um processo museológico é um método de formação da identidade cultural ao permitir a perpetuação de determinados indicadores culturais, ao possibilitar a reapropriação e utilização social do património, por constituir a manifestação de expressões ritualizadas de determinados traços diferenciais fundamentais e porque contribui para a tomada de consciência das populações sobre os elementos definidores da identidade, incluindo as potencialidades e problemas do território onde vivem. ☼

¹ Texto adaptado da tese de mestrado de RECHEDA, Aida, (2003). “Processos museológicos locais: panorama museológico da Beira Interior Sul”, Lisboa: ULHT

² CARREIRA, T. (1996: 324). Identidade e pertença: do individual ao colectivo. Anais Universitários, série ciências sociais e humanas, n.º 7, Covilhã: UBI

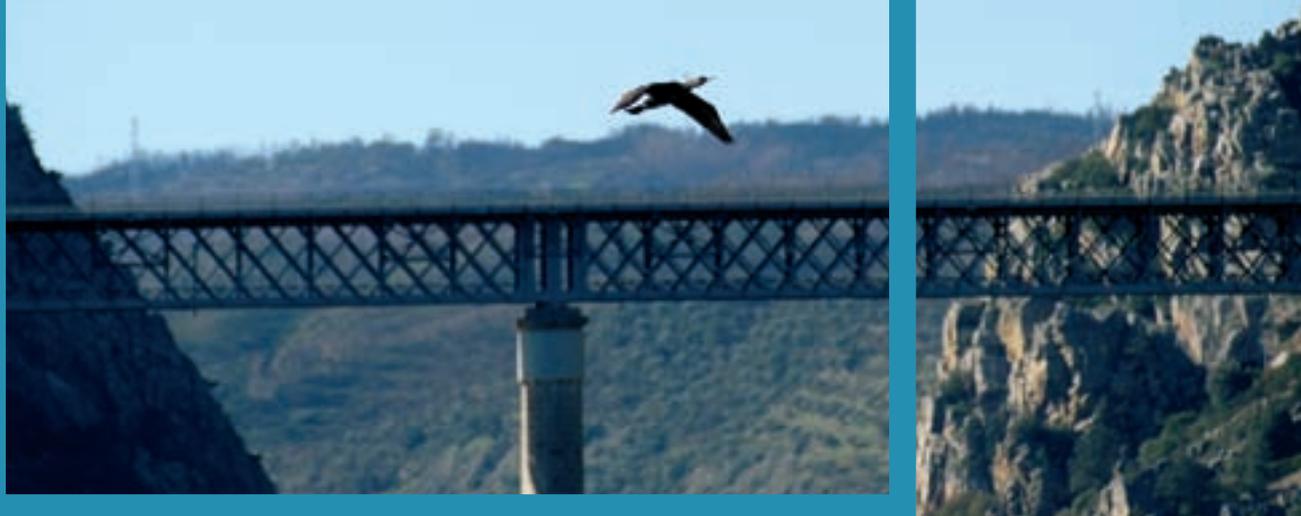
³ MUCHIELLI, A. (1986: 5 e sgs.). L'identité. Paris: PUF

⁴ JEUDY, Henry-Pierre. (1992: 111-112). Patrimoines en folie. Collection Ethnologie de la France, cahier 5. Paris: éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

⁵ Tradução livre do texto de Henry-Pierre Jeudy: «Pour que les restes identitaires apparaissent et qu'ils soient susceptibles d'être remis en scène, il faut que le meurtrier d'une culture ait eu lieu... la muséification des cultures populaires pourra toujours rétablir jusque dans les détails le langage du corps et les échanges, elle ne fera que parfaire un système de représentation symbolique dépourvu à jamais de son origine et de son vécu.»

Do museu ao mundo globalizado

Alguns olhares



Manuel Gomes

gomesmac@gmail.com

*Doutorando em Ensino da Geografia, Departamento de Geografia, FLUL;
Investigador do CEG UL; Equiparado a Bolseiro pelo Ministério da Educação no âmbito da investigação Educação para o Desenvolvimento Sustentável no ensino*

Quando hoje num qualquer museu do mundo, no Museu Britânico, no Museu Arqueológico de Lisboa,... nos *perdemos*, ou nos *encontramos*, na memória dos tempos, nem sempre é fácil entender a relação entre as técnicas dos nossos dias e os artefactos utilizados no passado, nas práticas agrícolas ou no transporte de bens alimentares (ex: as ânforas para o azeite ou vinho).

Olhar o passado com os olhos do presente permite-nos observar as diferenças abismais quanto à *velocidade* do crescimento dos bens alimentares, sejam eles de origem animal ou vegetal. Hoje, com o recurso aos Organismos Geneticamente Modificados ou às Estufas, consegue-se *enganar* o tempo e temos produtos agrícolas *fora de tempo* e fora do seu espaço geográfico; as diferenças registam-se igualmente nos processos de conservação, ontem, as técnicas da salga de peixe ou de carne e hoje o processo do ultra-congelamento.

Também a *velocidade* relativa aos meios de transporte utilizados para a troca ou comercialização de produtos sofreu grandes alterações. No tempo dos romanos, eram necessárias semanas para ligar o mediterrâneo ao atlântico ou na época das descobertas, meses para ligar o atlântico ao indico. Actualmente, podemos comprar, num qualquer mercado da Europa, um qualquer produto que, algumas horas antes, se encontrava no outro lado do mundo; compramos frutos tropicais do Brasil ou alfaces da África do sul. É a globalização.

Ainda, no museu, ao procurarmos entender os modos de vida dos nossos avós mais antigos, verificamos pelas datas das pinturas ou pelas datas das peças expostas, que o espaço

de tempo que nos separa não é assim tão grande e que as maiores alterações nas formas de produção e de consumo se registaram nas últimas décadas.

Porém, apesar das diferenças entre o passado e o presente, existem ainda comunidades, principalmente rurais e conseqüentemente mais afastadas das influências dos grandes centros urbanos e das leis de mercado, onde essas diferenças não são assim tão grandes e não impediram que se mantivesse, de forma genuína, uma grande diversidade cultural manifestada na relação equilibrada entre os seres humanos e entre estes e o ambiente.

Essa diversidade cultural no âmbito da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014, bem como em outros contextos das Nações Unidas é reconhecida como uma *condição essencial para um desenvolvimento sustentável em benefício das gerações actuais e futuras* – Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; Estratégia da CEE/ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Do que atrás ficou exposto, retenha-se que é fundamental preservar as comunidades rurais, principalmente as mais ligadas à terra, à agricultura, pois, os sistemas de conhecimento tradicionais, especialmente os das populações autóctones, desempenham um papel fundamental devido ao seu profundo conhecimento da utilização sustentável do seu ambiente e a sua particular vulnerabilidade a um desenvolvimento que não seja sustentável (Projecto de Plano de Aplicação Internacional da DNUEDS, 2005 e Plano de Acção para a Aplicação da Declaração Universal da UNESCO sobre Diversidade Cultural).

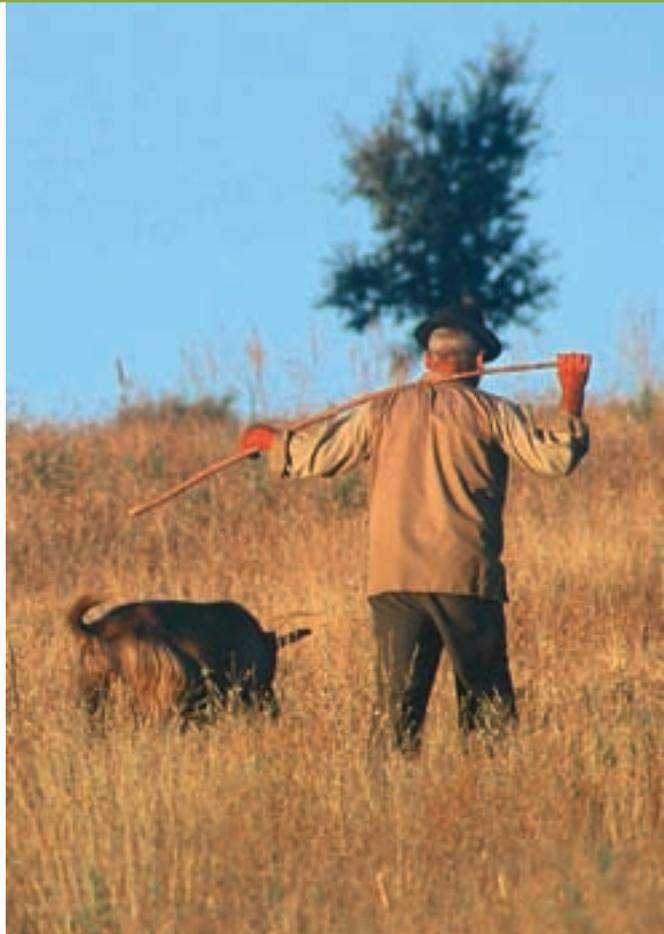
Mas respeitar e proteger a diversidade cultural não é tarefa fácil, uma vez que existem várias pressões, umas orientadas para se manterem as tradições /diversidade cultural como condição para a um desenvolvimento humano sustentável, outras viradas para as leis de mercado que influenciam o que se consome e o que se produz. É a globalização.

Não foram referidas, neste artigo, as conseqüências das formas de produção e consumo da sociedade contemporânea, porém facilmente entendemos que os custos ambientais das nossas acções, “pegada ecológica”, são substancialmente maiores que os das gerações passadas.

Não posso deixar de referir, por fim, que este texto seguiu por via digital e que o seu contexto de reflexão teve como pano de fundo uma das maiores cidades do mundo, Londres, mas que o escrevi a pensar, sobretudo, no mundo rural português, tendo, por vezes, na memória os Gaibéus de Alves Redol. ☼

Lopes Marcelo

Áreas Rurais, que Agricultura?



PEDRO MARTINS

1. Território e Cidadania. Não há territórios pobres, nem condenados à desertificação produtiva e ao despovoamento! O que há são territórios com maior ou menor atraso em face da (in)capacidade para definir prioridades, planejar intervenções, assumir e concretizar com vontade política as estratégias, os projectos e os objectivos. A capacidade para definir estratégias a concretizar através de projectos coerentes com o território, reside nas pessoas em função da sua mentalidade, cultura, informação e capacidade de organização.

A capacidade de organização, residindo nas pessoas, depende sobretudo da atitude e do comportamento das elites. Se, por um lado, é importante a rede de Associações, Colectividades, Escolas, Organizações empresariais e sindicais, Partidos, Governo e Autarquias locais; **o mais relevante** é a visão, a atitude e o comportamento dos dirigentes.

Para o bem e para o mal, a emergência do território aí está na ordem do dia, quer para as populações das áreas rurais quer, mesmo para os habitantes das cidades. Aí estão na Comunicação Social e cada vez a interpelar de forma grave a nossa consciência cívica, as notícias dramáticas dos incêndios, da seca, das cheias, das derrocadas, das construções em sítios inadequados, das praias destruídas pelo mar... Mas, para além destas notícias, existem outros factos que todos os dias traduzem a contínua **degradação do território**: leitos de rios e ribeiras que não são limpos, floresta que não é ordenada nem limpa, terrenos de cultivo abandonados que se enchem de silvas e mato, reservas e parques naturais geridos como “reservas de índios” – tudo a contribuir para expulsar as pessoas!

Esquecem-se os responsáveis que quem organizou, produziu e humanizou o território foram as pessoas ao longo de sucessivas gerações. Assim, o território é cada vez mais uma **questão de**

cidadania, uma questão cultural social e política de progressiva relevância. É lento o processo de tomada de consciência desta realidade, mas é irreversível e incontornável.

2. Alteração de perfil da intervenção autárquica. Os municípios, com o regime democrático que consagrou a sua autonomia de gestão e os meios financeiros através da Lei das Finanças locais, foram configurados como pessoas colectivas de direito territorial. Assim, como primeira estratégia, lançaram mãos à obra nas infra-estruturas de abastecimento de água, luz, esgotos e vias de comunicação. Dizia-se que era necessário colocar as pessoas em primeiro lugar e garantir-lhes boas condições de vida. Sendo em grande parte verdade, só o foi numa perspectiva de curto prazo e dentro de um perfil de cultura de betão e alcatrão que se tornou dominante. As pessoas têm a casa melhorada com água corrente, luz e esgotos mas, sempre que o território não se desenvolve em termos produtivos, as pessoas continuam a ir-se embora, reagindo com os pés já que quem podia ter agido com a cabeça, decidindo e aplicando políticas correctas, não o fez!

E cá temos grande parte das nossas aldeias e vilas com grande parte das casas fechadas, com água, luz e esgotos, mas sem pessoas! Que enorme **investimento público desaproveitado** por falta de intervenção no território produtivo. Não tem parado a concentração urbana em poucas cidades que tem sido suportada e alimentada pela morte progressiva das áreas rurais. Mas será que se quer um deserto à volta dos centros urbanos? A actuação de cada Câmara Municipal com a atenção e prioridades centradas no principal centro urbano e de costas volta-



PEDRO MARTINS



das para os concelhos vizinhos, conduziu a que o território seja tratado como uma manta de retalhos e os municípios se comportem geralmente como um conjunto de ilhas rodeadas de terra por todos os lados. Contudo, este perfil de actuação falhou redondamente. A realidade aí está a meter-se pelos olhos dentro. Mas, ainda há responsáveis autárquicos e no Governo com a cultura do betão e alcatrão, muitos tecnocratas a fazerem carreira política “cegos”, porque não querem ver, não lhes interessa verem o fundo dos problemas. São actores com bonitos discursos, mas fechados às lições que deviam colher no terreno concreto do território e suas populações. É necessária e urgente a alteração do perfil de gestão das Autarquias e do Governo dando prioridade ao investimento produtivo e na formação das pessoas, articulando programas coerentes com as características e potencialidades do território.

3. Que agricultura? Dos cerca de 70.000 residentes nos quatro concelhos desta faixa raiana (BIS), cerca de 20.000 estão directamente ligados à actividade agrícola. Destes, apenas 10% assumem a agricultura como actividade principal e fonte mais importante dos seus rendimentos, sendo empresários agrícolas com ligações com o mercado dos produtos agro-pecuários. Cerca de 60% têm uma actividade agrícola residual destinada ao autoconsumo. À volta de 20% estão ligadas ao comércio artesanal de produtos agrícolas e artesanato e cerca de 10% ocupam-se nas fileiras de consumo de qualidade em que se destacam os produtos biológicos. Nas áreas rurais é cada vez mais evidente a multifuncionalidade, a pluriactividade e o pluri-rendimento das pessoas. O grande desafio é praticar-se a mobilidade do agricultor mas sem o expulsar do meio rural. Sem a sua presença e actividade produtiva, **o território enve-**

lhece, enruga-se torna-se áspero e agressivo. Sem agricultura não há áreas rurais. E sem estas, as áreas urbanas não têm sustentação nem qualidade de vida.

A Política Agrícola Comum da União Europeia até há pouco tempo concentrava-se em controlar os preços, as quotas de produção e o mercado. Só agora, com a futura aplicação do Eixo 3 do Financiamento da Política de desenvolvimento rural, está aberto espaço a estratégias locais visando a **diversificação da economia rural**. O objectivo, finalmente assumido, é o do desenvolvimento do tecido produtivo, logo da economia dos recursos do território, salvaguardar a qualidade de vida nas zonas rurais englobando serviços básicos para as populações, renovação das aldeias e a conservação e valorização do património.

A agricultura e a floresta têm que ser assumidos como instrumentos essenciais no ordenamento do território, indispensáveis à **paisagem humanizada** como mais-valia, seja para os residentes, seja para atrair um turismo de qualidade. Será uma agricultura e floresta diversificada, em mosaico, que tem de defender os recursos hídricos e utilizar bem a água. No sector produtivo temos a fruticultura, a vinha, o olival e a agro-pecuária, como especializações naturais. No sector da transformação, os produtos culturais do artesanato produtivo são essenciais: o queijo, as carnes (com destaque par os enchidos), o azeite, o vinho, o mel e o pão. É necessário que haja financiamento para investimento e formação das pessoas, prioritariamente para a criação de micro-empresas que se fixem no território de forma coerente e enraizada nas tradições de modo a valorizarem os saberes e os sabores genuínos das nossas terras. ☼



Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitano que esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes

Aranhas

Toda a vida foi pastor

Jolon

Há quarenta anos atrás, a zona da ribeira da Baságueda era um mundo de actividades.

A maioria dos seus moinhos de cereais, movidos a água, ainda funcionavam.

Onde hoje se vêem eucaliptos e mato, estevas e giestas, imperavam as searas e as pequenas e bem cuidadas hortas.

Nos pastos o gado (cabras e ovelhas) era rei.

"Havia mais de 50 pastores e mais de duas mil e quinhentas cabras a pastar só nesta zona", afirma Manuel Luís dos Santos, de 66 anos de idade, natural e residente em Aranhas, concelho de Penamacor.

São dois ou três rebanhos, cujo total não ultrapassa os 300 animais, que actualmente pastam por aquelas paragens.

Mais conhecido por Manuel "Birra" – herdado do pai – (já falecido), com quem aprendeu as artes da pastorícia, mas não o jeito de cantar o fado à desgarrada – era conhecido pelo Fernando Farinha de Aranhas, comparativamente ao timbre de voz – ele é detentor de 56 cabeças de gado. Manuel dos Santos admite que os tempos da sua juventude eram bem mais difíceis que actualmente.

"Trabalhava mais e ganhava menos. Cheguei a ganhar 70 escudos por mês, mais a comida e dormida. Também tinha direito à forra". A forra era a permissão de poder levar as suas cabras (chegou a ter 20) para as pastagens do patrão.

Após ter trabalhado na profissão em Castelo Branco, no Entroncamento e na fronteira (Espanha), passou a fazê-lo por conta própria, guardando o gado que foi adquirindo ao longo dos anos.

O abandono dos terrenos que se tem verificado nos últimos anos deu azo a que pudesse comprar alguns a preços mais acessíveis. Ainda assim, tem necessidade



de arrendar outros, pagando os pastos em dinheiro a uns proprietários e a outros com cabritos, conforme o combinado com eles previamente.

Este pastor dedicou toda a sua vida à actividade de que diz gostar muito.

É solteiro e provavelmente um dos poucos habitantes da aldeia que nunca foi a Lisboa e nunca viu o mar. Mas tudo isso é suplantado pelo prazer do contacto permanente com a natureza e com as suas cabrinhas. Para quem conhece todos os seus animais pelos respectivos nomes e que vê o seu chamamento correspondido por cada um deles, Lisboa ou o mar são coisas de menor importância. ☘





Tchupistas

PEDRO MARTINS

Com a devida autorização, publicamos um excerto do texto retirado do blogue “A Arca Velha” do nosso conterrâneo Chanesco, ao qual desde já agradecemos.

Em Novembro de 1996, uma insólita notícia pôs esta anónima aldeia de gente, tão humilde quão desprotegida, na capa de quase todos os jornais e até teve honras de abertura num dos telejornais da noite.

Nascida sabe-se lá por que artes do diacho, chegou escorregada e sem pecado aos jornais regionais Gazeta do Interior e Povo da Beira, passou pelo JN e, por obra e graça da maleita do “voyeurisme”, chegou às televisões já de tal forma empolada que os ecos da sua invulgar existência se repercutiram até aos espanhóis El Mundo e Cambio16.

Então foi mais ou menos assim:

O Monte Fidalgo é um antigo coito, quase roubado à herdade da Zebreira, encantinhado entre a ribeira da Toulica junto à ermida de São Domingos, os Malhadis e o Vale de Cardas, onde a flor de tabaco Virgínia ainda vai dando algum ar garrido à faina agrícola que, segundo dizem, para rodar a terra respeitando a alternância de culturas (ou talvez pelas agressivas campanhas anti-tabágicas), está a dar as últimas fumaças, preparando-se já a sua substituição pela doce amargura da cana sacarina, com vista à produção de bio-combustível à base de álcool.

O povo, que por aqui vai sobrevivendo das magras oportunidades que esporadicamente vão surgindo, queixando-se de que isto vai de mal a pior, já diz: “É de vício em vício! Larga-se o tabaco e encarrilha-se na copaneira!”.

Este terreno de cultura diversificada em que abunda o azinho e o sobreiro, apesar da folha pintalgada que denuncia a doença do sobreiro assim como sintomas da seca que nos tem assolado, continua a oferecer de nove em nove anos, quase de mão beijada, umas valentes arrobadas de cortiça que mal vão dando para as quebras.

Um enorme olival, em tempos bem tratado, produzia um azeite de primeiríssima qualidade. Hoje, à semelhança do que acontece nos grandes olivais da região, a azeitona fica na oliveira para matar o bicho à passarada.

Visto que *a jeira nem chega prá peneira*, deixou de ser rentável a sua colheita.

E é aqui que começa a história!

Naquela altura, as pastagens por entre este arvoredado enchiam a barriga a um enorme rebanho que, até então, dava origem a um divinal queijo amarelo da Beira Baixa.

Esse bem cuidado rebanho, sem explicação plausível, começou subitamente a ficar desfalcado.

Um dia faltavam duas ovelhas, passados oito dias faltavam outras duas, na semana seguinte faltavam mais três e assim por diante durante algum tempo. Vinte e tal ovelhas levaram sumiço, tendo sido encontradas mortas apenas nove, todas elas com um profundo buraco na garganta, sem vestígios de mais nada.

Na procura de uma razão que explicasse este facto, chegou-se a uma hipotética conclusão alvitrada pelo ti Zé Pequeno e corroborada por algumas autoridades locais na área agropecuária: “*um lobo velho, só com um dente (o outro partira-o por qualquer motivo), atacava os pachorrentos ovinos*”. Dado o alerta montou-se uma vigília, mas sem resultados.

Para a televisão, este misterioso fenómeno era, taxativamente, obra de um chupacabras, relacionando esta notícia com as recentemente chegadas de alguns países sul-americanos, dando conta de acontecimentos semelhantes, em que relatos de testemunhas diziam tratar-se de um morcego gigante que atacava as rezes para lhes sugar o sangue.

Estava oficializado: o chupacabras fizera sangue em Toulões.

Também numa primeira reacção, os toulonenses, principalmente as pessoas mais velhas que, tal como a generalidade do nosso povo é propenso a crenças e superstições, mal a notícia, pulando as cancelas do bardo, se difundiu no éter, fizeram logo o seu vaticínio, lembrando antigas histórias de bruxas que se contavam nos serões de Inverno sentados ao lume. Via-se, pelos indícios, que a evidência era óbvia: “*aquilo é obra da diabólica que por onde passa, dá conta de tudo*”.

Para os mais cépticos, habituados a lidar diariamente com o gado e com os protagonistas deste enredo, a notícia possuía contornos de veracidade duvidosa e muitos lhe torciam o nariz, de tal forma que durante algumas semanas o fenómeno do chupacabras se tornou anedótico e sem importância, tendo apenas dado origem a mais um episódio, no mínimo, caricato.

É que tirar esta região do anonimato, promovendo aquilo que tem de bom e que vale a pena ser dado a conhecer, não dá audiências, mas propagandear especulações e “*aldravadas*”, valendo-se da boa fé e da ingenuidade desta gente tão vulnerável, transformando assuntos de família em “*fait divers*” é o que está a dar.

Era de bom tom que, intercalando com big brothers, futebolis e brasileiradas, as televisões que vão sendo, a par da mulher do pão e do homem do peixe que aqui vêm vender, os únicos elementos exteriores que por aqui, quebram a rotina, passassem também a transmitir programas apelativos para auxiliar na batalha contra o analfabetismo e a iliteracia, em prol da nossa cultura e da nossa identidade. ❁

Resultados do Concurso de Poesia Popular da Revista VIVER

1º LUGAR

MC Ledo Cascavel

Penamacor, 2004

PENAMACOR EM MOVIMENTO

Penamacor!...
Na rota de um castelo.
Campanário de uma igreja.
Convento azul, amarelo!...
À tarde,
Um sol raiano que tomba
Desenho no horizonte
Sobre uma névoa de pomba!
Granito pulso de jaspe
Por sobre aqueles telhados
Que vistos da Vila Rica
Em desejos explorados...
- Penamacor foi guerreira
Na Vila Medieval
Os Paços guardam História
Sua majestade real
El-Rei D. Sancho I
Na Providência da urbe
Galardão, deu-lhe foral, em 1189
As pedras rezem glória
Trabalho e pão suor feito
Cansaço levado ao leito,
Bocado de Portugal!

Na rota de um castelo
O lince esconde segredos
Povoados, não há medos
Um condor voa Mais alto
Malcata veste amarelo
Sol doirado que te beija,
À noite sem sobressalto
Cheira a flor da carqueja...
Na Rota de um castelo
Penamacor a conquista,
No horizonte Mais belo
Movimento e reconquista!

2º LUGAR

Luis S. R. Salgueiro

(Castelo Branco)

SEMPRE QUE EU QUISER

I
No tempo de todas as cores
Quero render-me aos teus encantos
Admirar teus verdes mantos
E cheirar milhares de flores

II
Quero ouvir os passarinhos
As campainhas a tilintar
O cão de guarda a ladrar
E vaguear pelos teus caminhos

III
Sempre que eu quiser
Subirei aos teus belos montes
Beberei água das fontes
Esteja eu - onde estiver

IV
Não me impeçam de lá voltar
Não me obriguem a sofrer
No teu meio sinto o prazer
De saber o que é amar.

V
Tuas quelhas vou percorrer
Boas amoras irei provar
Quando já não puder andar
O Paraíso deixarei de ver

VI
Meu Deus - quanta beleza
Tão pura e sem vaidade
Porquê - tanta maldade
Nos ataques à Natureza

VII
Na sombra da azinheira
Sentado -a repousar
Tudo tento - valorizar
Nos teus campos ÓH - ZEBREIRA

VIII
Gostaria de ali - ficar
Com sol ou a chover
Ver os ribeiros - correr
E desse sonho não acordar

3º LUGAR EX-AEQUO

Rosário Bello

(Castelo Branco)

“... PARA RECORDAR...”

Nesta manhã
De uma simples
Terça-feira
Um céu azul
Envolve de cor
Aquela aldeia.
Quem sabe,
A minha aldeia!
Cuja sombra entenebrece
O mais nobre olhar
São risos,
As crianças
Que não param de brincar
São sonhos,
As lembranças
De um dia
Talvez... voltar

Maria de Fátima Dias Varão Carreiro

(Roterdão, Holanda)

DEDICADOS A SEGURA

Quem diz que a nossa zona é feia
Não é lá muito boa do juízo;
Se olhares bem o que nos rodeia...
Mais parece um Paraíso.

Começando com a bonita ponte
Que separa Espanha de Portugal,
Seguindo o Moinho das Freiras, Azenha do
Roque,
Uma paisagem sem igual.

Quem vive sempre na cidade
Cheia de barulhos e vai vem,
Nem sequer sabe apreciar...
Como aquele silêncio nos faz bem.

Segura aldeia querida
Terra do meu coração
Tu és a mais bonita
Aqui desta Região.

Posso dizer que nunca vi
Nenhuma terra igual
Como a terra onde nasci
Dentro deste Portugal.

Aldeia maravilhosa
Que tens tanta ternura
Tu és como uma rosa
Minha querida Segura.

Pertences a Portugal
Nasceste nesta nação
És minha terra natal
Segura do coração.

Castelo Branco é o meu distrito
Segura minha terra natal,
Sentimos muito orgulho
De pertencermos a Portugal.

A ADRACES agradece a todos os outros participantes o arrojo que tiveram em enviar as suas poesias a concurso: Pedro Vinagre Elias; Aniceto da Silva Nunes; Marisa Isabel Esteves Rodrigues; João Francisco Rodrigues Gonçalves; Maria de Fátima Esteves Xavier Jerónimo; Elsa Borrego da Silva; Emílio Magro Martins; Coro Feminino de Salvaterra do Extremo; Victor Manuel Antunes Marques; Domingos Bernardino da Costa; José Marques Lavado; Elisa da Silva Cavalheiro; Manuel Marques Lavado.

Atirando pedrinhas na poça

(umas pequeninas, outras grandes,
umas sérias, outras brincalhonas)

Por: Abel Cuncas

Grande notícia! O despovoamento e a desertificação do interior vão acabar!

“A imagem corresponde ao ano 2100!

Estudos efectuados por super-computadores com as análises ao aquecimento global e ao descongelamento dos pólos concluíram que, em todo o planeta, grande parte das cidades junto ao mar vão desaparecer e mudar radicalmente os limites dos países que conhecemos. No caso do nosso País, dá para ter uma imagem disso...tanto mar!”



imagem cedida por cientista amigo desnecessariamente assustado com a perspectiva.

Se for verdade o que nos mostra a imagem... se for, está encontrada a solução para o repovoamento cá da BIS e adjacentes! Temos é de esperar 100 anos ... paciência!

Preparemo-nos!... Iniciemos a construção de milhares de prédios para alojar as multidões que quererão instalar-se nestas terras litorais!

Animem-se criancinhas... com os progressos da ciência e os arezinhos puros destas veredas tão protectoras dos meus deambulares solitários, havemos de enrijar todos como os Cuncas cá da família do Abel e, cada vez mais durinhos e roliços, durar até poder ir à praia aqui bem pertinho, sem necessidade de percorrer esses montes e vales até à Figueira da longínqua Foz.

Ai, que até seria capaz de cortar os tufos da longa relva que tapa o jardim da minha cara, só para ficar douradinho nas Praias da BIS. ☘



Coisas belas de outros tempos (Proença-a-Velha)

PEDRO MARTINS

director: **António Realinho**
publicação trimestral
distribuição gratuita


viver

Nesta edição destaca-se:



grande tema

Agriculturas e Agricultores da BIS

10

“Em qualquer caso, tanto as molduras como os quadros do ambiente, ou seja, as paisagens “naturais”, rurais, ou agrárias que nós valorizamos e de que os agricultores também têm percepção por via do seu fazer quotidiano, são questões que merecem discussão. Para os agricultores e produtores florestais, o essencial centra-se no quadro produtivo, na dignidade e utilidade do seu trabalho, não na visão estética de outrem”. - José Portela



ondas rurais europeias

Foram aprovados pelo Comité de Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia os primeiros Programas Nacionais de Desenvolvimento Rural: Para 2007/2013: República Checa e Suécia

43



teorias e práticas do desenvolvimento local

E Deus cria a Globalização, esquecendo-se do Local?

48

“Recusar o mundo tal como ele é requer, antes de tudo, compreender até que ponto o conceito de “globalização/ mundialização” é um conceito ideológico, de perceber que a “mundiglobalização – MG” não tem nada de fatal, que ela é apenas o fruto da escolha e de interesses humanos”.



sentir a beira

Áreas Rurais, que Agricultura?

52

“A capacidade para definir estratégias a concretizar através de projectos coerentes com o território, reside nas pessoas em função da sua mentalidade, cultura, informação e capacidade de organização”.